

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Foz do Iguaçu
Centro de Educação, Letras e saúde
Curso de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras
Nível de Mestrado
Área de Concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras

MAURICIO DEZORDI

**O BRASÃO E O RAMO DE CAFÉ: MIGRAÇÃO, SIMBOLOGIA E IDENTIDADE NO
MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA 1950-1980**

**THE COAT AND COFFEE BRANCH: MIGRATION, SYMBOLOGY AND IDENTITY
IN THE MUNICIPALITY OF MATELÂNDIA 1950-1980**

FOZ DO IGUAÇU

2015

MAURICIO DEZORDI

**O BRASÃO E O RAMO DE CAFÉ: MIGRAÇÃO, SIMBOLOGIA, E IDENTIDADE
NO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA 1950-1980.**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para a obtenção do título de Mestre junto ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: **Território, História e Memória.**

Orientador: Prof. Dr. Valdir Gregory

FOZ DO IGUAÇU – PR

2015

Dedico esse trabalho a todos os professores,
E servidores públicos do Estado do Paraná.
Trabalhadores que assim como eu,
Lutaram bravamente pelos seus direitos,
E por uma educação pública gratuita e de qualidade
No massacre ocorrido no dia 29 de abril de 2015
No centro cívico em Curitiba – PR.
Há todos os colegas o meu respeito e admiração.
E que nossa luta jamais seja esquecida pelas próximas
gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar meu caminho abrir as portas do conhecimento, da sabedoria e da perseverança que me possibilitaram ingressar no mestrado e chegar até aqui. A minha querida Andrieli pela paciência, humildade apoio moral que me encorajou a prosseguir com a escrita nos momentos em que a luz da inspiração me abandonava. Aos meus Pais Amarildo Dezordi e Vanir Inês Dezordi, igualmente a minha irmã Ana Gabriela Dezordi e demais familiares e amigos agradeço o apoio incondicional de todos vocês, as indicações de leitura e a confiança.

Quero agradecer as Famílias Biazus, Fontana, e as senhoras Maria Odete Valim, e Adelaide Daroda pela confiança no meu trabalho, e a contribuição inestimável de seus relatos históricos que enriqueceram essa pesquisa.

Igualmente não poderia deixar de agradecer a secretaria do meio ambiente, câmara municipal e prefeitura municipal de Matelândia. Há todos os funcionários que direta ou indiretamente contribuíram com informações e com arquivos históricos e fotográficos do município. Há prefeitura, câmara municipal e funcionários da secretaria da agricultura do município de Ramilândia, agradeço pelas indicações de fontes e contribuições prestadas que foram de grande valor. Há todos os meu agradecimento pelo voto de confiança em mim depositado, sem esse material não seria possível dar sequência a esta dissertação de mestrado.

Ao professor Valdir Gregory, pelas orientações ao longo do trabalho, que serviram como uma bússola para indicar o caminho do meu trabalho. Ao meu amigo de Moçambique Ilídio Macaringue pela companhia durante as vezes que almocei em Foz do Iguaçu, e por compartilhar um pouco mais da cultura e conhecimento do continente africano.

Aos professores e colegas do programa de Mestrado em Sociedade Cultura e Fronteiras da Unioeste, pela oportunidade que me deram e por todo o conhecimento, transmitido. As ricas discussões, viagens e integração promovida durante os dois anos de mestrado aumentam ainda mais a bagagem de conhecimento por mim adquirido, tendo a certeza que de concludo essa etapa da minha caminhada rumo ao conhecimento e crescimento pessoal mais experiente do que quando iniciei.

Enfim obrigado a todos, peço desculpas se esqueci de alguém. Espero que este trabalho sirva de referência para outros pesquisadores, e uma importante contribuição para o resgate da história e memória local de Matelândia e região.

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.
(Marthin Luther King)

RESUMO

O presente trabalho discute a migração e o processo de construção de identidades no município de Matelândia – PR, entre o período de 1950 a 1980 a partir da análise do antigo brasão do município de Matelândia, e a da representação simbólica do ramo de café no respectivo brasão. Procuro investigar inicialmente o processo migratório e a constituição das colônias agrícolas imigrantes no sul do Brasil. Analisando as colônias agrícolas e a migração para o Oeste do Paraná, eu discuto a existência de fronteiras simbólicas e a construção de uma identidade territorial local no município de Matelândia. Onde é perceptível a presença de relações de alteridade a partir da presença de um ramo de café no antigo brasão do município. Tomando por base a metodologia do “paradigma indiciário” de Ginzburg, procurei, por meio de indícios, averiguar como se construiu a imagem do “migrante colonizador” e como foi fundamentada a ideologia do progresso por meio do trabalho. Outra questão analisada é a associação entre o cultivo de café e a cultura e sistema de trabalho do migrante nortista em Matelândia. Considerando a presença desses grupos de migrantes nortistas na região norte do município de Matelândia. Região localizada no antigo brasão do municipal brasão justamente onde estava representada o ramo de café. O cultivo de café na região embora cultivado por sulistas estava associado à cultura e ao migrante nortista.

PALAVRAS-CHAVE: Matelândia, Migration, Representation.

ABSTRACT

This paper discusses the migration and identity construction process in the municipality of Matelândia - PR, between the period 1950 to 1980 based on the analysis of the old coat of arms municipality of Matelândia, and the symbolic representation of the coffee business in its coat. Seeking initially investigate the migration process and the establishment of immigrant agricultural colonies in southern Brazil. Analyzing the agricultural colonies and the westward migration of Paraná, we discuss the existence of symbolic boundaries and building a local territorial identity in the municipality of Matelândia. Where is noticeable presence of alterity relations from the presence of a coffee business in the old coat of arms municipality. Based on the methodology of “evidential paradigm” Ginzburg, searched through clues, find out how to build the image of “migrant settler” and how it was founded the ideology of progress through work. Another issue discussed is the association between coffee cultivation and the culture and work system in Northern migrant Matelândia. Considering the presence of these groups of northern migrants in northern city of Matelândia. Region located in the old coat of arms municipal just where the coffee business was represented. Coffee cultivation in the region although cultivated by Southerners, was associated with culture and the Northern migrant.

KEY WORDS: Representation, Borders, Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Localização de Matelândia – Paraná.....	46
Imagem 02 - Mapa da microrregião de Matelândia e do distrito de Agro Cafeeira, identificado pela letra A.....	47
Imagem 3. Brasão antigo do município de Matelândia (1960-1995). Fonte: Arquivo do museu municipal de Matelândia, Paraná. Autoria desconhecida.....	68
Imagem 04 - Representação do trabalho em uma máquina de “bater” rami em um desfile cívico municipal no dia 7 de setembro de 2014.....	109
Imagem 05 - Trabalhadores posam junto a uma carreta agrícola de tração animal carregada com sacas de café.....	110
Imagem 06 - Manifestação de trabalhadores rurais em Matelândia.....	112
Imagem 07 - Assembleia dos trabalhadores Sem-Terra de Matelândia.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo, segundo a atividade econômica (1970).....	55
Tabela 2 - Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo, segundo as microrregiões e municípios (1970).....	56
Tabela 3 – Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo e pessoal ocupado residente nos estabelecimentos, segundo as mesorregiões, microrregiões e municípios. Extremo Oeste Paranaense (1975).....	57
Tabela 4 – Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo e pessoal ocupado residente nos estabelecimentos, segundo as mesorregiões, microrregiões e municípios (1980).....	58
Tabela 5 – Colheita, valor da produção e efetivo das plantações dos principais produtos das lavouras permanentes, segundo as microrregiões e os municípios café (1970).....	59
Tabela 6 – Colheita, valor da produção e efetivo das plantações e dos principais produtos das lavouras permanentes, segundo as mesorregiões, as microrregiões e os municípios (1975). (café).....	59
Tabela 7 – Transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários, ano de 1975, segundo as mesorregiões e os municípios. (café em coco) – 1975.....	60
Tabela – 8 Relatório: Aspectos econômicos do município de Matelândia (1977).....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA FAMILIAR IMIGRANTE NO SUL DO BRASIL	17
1.1 Imigração europeia no Brasil	18
1.2 A organização produtiva imigrante no Sul do Brasil	24
1.3 As colônias de imigrantes e a construção de fronteiras	32
1.4 O contexto da colonização de Matelândia	36
CAPÍTULO 2 A PRODUÇÃO CAFEEIRA, MIGRAÇÃO, FRONTEIRAS E REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA	46
2.1 Os primeiros anos de colonização e exploração econômica	49
2.2 A produção cafeeira em Matelândia	54
2.3 Bandeiras, simbologia e representação	64
2.4 O escudo e o ramo de café. A bandeira do município de Matelândia: simbologia representação e identidade	67
CAPÍTULO 3 IDENTIDADE HISTÓRIA E MEMÓRIA	87
3.1 Narrativas, História e Memória	89
3.2 Locais de memória ou locais de história	105
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

Este trabalho se originou de uma inquietação pessoal durante meu trabalho de recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no interior do município de Céu Azul no ano de 2010, quando comecei a analisar a quantidade de estabelecimentos e de casas abandonados, e de pequenas propriedades que não existem mais. Tomando por base também relatos de moradores e histórias referentes à geada negra no município de Matelândia, comecei a investigar e a buscar informações a respeito. Analisei a possível relação entre o êxodo rural, a mecanização agrícola e o desaparecimento das pequenas propriedades no interior dos municípios de Matelândia e de Céu Azul, no qual constatei que esse processo poderia ter sofrido influência desse fenômeno climático ocorrido em julho de 1975.

Desse modo, com base em fontes estatísticas dos censos agropecuários do IBGE, em fontes secundárias de manchetes jornalísticas do ano de 1975 e em fontes orais, desenvolvi uma monografia de especialização em História do Brasil. Pesquisei o possível impacto da geada negra no distrito de Agro Cafeeira, em Matelândia, localizado na região Oeste do Paraná, e a questão da memória de alguns moradores mais antigos, que vivenciaram esse processo.

Com base nessas informações, elaborei um projeto de pesquisa no ano de 2012, com ele buscando aprofundar questões referentes ao impacto econômico e social da geada na localidade de Agro Cafeeira e no município de Matelândia no Oeste do Paraná, a reestruturação econômica local, o impacto econômico e social da geada e a possível influência desse fenômeno no processo migratório para o município, e, posteriormente, para outras regiões. Discuti ainda a relação entre a ocorrência da geada, o êxodo rural e a mecanização agrícola, pois entendi que esses fatores resultaram na reorganização do espaço rural e urbano e na mudança das relações de trabalho locais. Mesmo assim, contudo, com o início dos estudos de mestrado e no decorrer das discussões das disciplinas obrigatórias e eletivas, novas questões foram surgindo e, no decorrer dos trabalhos de levantamento de dados e durante a pesquisa, outras fontes foram encontradas, o que ampliou as possibilidades da pesquisa. “Primeiramente, a interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de determinada realidade e de outro pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico”. (FRIGOTTO, 2008, p.47) Embora o trabalho em questão tenha fundamentação histórica devido a minha formação na área, o seu

desenvolvimento só foi possível devido ao caráter interdisciplinar da minha discussão. Segundo Pombo, “há muitos objetos do conhecimento que só podem ser constituídos como tal, justamente numa perspectiva interdisciplinar”. (POMBO, 2008, p.24). Assim na pesquisa utilizei conceitos e discussões das áreas de história, geografia, estatística, meteorologia entre outros, e que me permitiram ter um olhar interdisciplinar do objeto e das questões discutidas. Alguns desses autores entre outros, influenciaram especialmente o rumo das discussões, o que ocasionou uma mudança nos objetivos específicos do projeto de pesquisa. A epistemologia do conhecimento interdisciplinar demonstra a necessidade de superação das barreiras disciplinares na metodologia de pesquisa, escolha e uso das fontes e desenvolvimento do trabalho.

Assim, o objetivo maior deste trabalho passou a ser discutir a representação simbólica do cultivo de café no município de Matelândia na região Oeste do Paraná. Para analisar teoricamente essa representação, foram abordados temas relativos ao processo migratório e à construção de identidades e de fronteiras relacionadas ao cultivo do café no município desde a sua colonização nos inícios de 1950 até meados da década de 1980. Por meio da análise do antigo brasão do município e da representação simbólica de um ramo de café nesse brasão, investigo a relação entre o cultivo de café e a construção de identidades e fronteiras simbólico-culturais no município.

Tomando por base a metodologia do “paradigma indiciário” de Ginzburg, procurei, por meio de indícios, averiguar como se construiu a imagem do “migrante colonizador” e como foi fundamentada a ideologia do progresso por meio do trabalho. Trata-se de recuperar como ocorreu a construção da imagem de um colono sulista que desbravou e trouxe o “progresso”, ou seja, que trouxe o desenvolvimento, imagética essa que foi implantada em detrimento da imagem do migrante colono nortista. Dessa forma, também abordo as frentes migratórias de colonos “sulistas” e de colonos “nortistas” e a relação desses migrantes com o cultivo de café na região do município. A imagem do ramo de café já constava no brasão da primeira bandeira do município, que permaneceu até 1995, ano em que ocorreu a mudança para a bandeira municipal atual. Assim, por meio da análise de documentos escritos e do entendimento de fontes orais, investigo a presença de fronteiras étnicas e simbólicas e as relações de alteridade em diferentes vilas e distritos do município no período de cultivo de café na região.

No primeiro capítulo, com base nas informações de Klein (1999) e de Vainer (1995), procuro discutir o processo migratório de europeus para o Brasil, focando especificamente a migração, tanto a subsidiada quanto a espontânea, para as colônias de imigrantes no Sul do Brasil durante o século XIX a partir da proclamação da Independência e início do século XX durante a Primeira República. Para discutir a organização de trabalho familiar desses imigrantes, para essa discussão tomei por base a teoria marxista da mais-valia, aí incluída a teoria da especialização do trabalho, e a discussão levantada por Schallenger (2009) em sua tese de doutorado sobre a formação das comunidades de imigrantes no Sul do Brasil. Com base nas discussões de Marx e Arendt, procurei analisar as alterações provocadas na estrutura produtiva familiar, que passou de um modo de produção voltado à subsistência para um modo de produção voltado às necessidades do mercado. Nesse modo de produção voltado para o mercado, o pequeno agricultor, “expropriado” da sua condição de autonomia, é induzido a especializar a sua produção de forma a se integrar e a atender às novas necessidades sociais, quais sejam as de produzir excessos produtivos para venda que garantiriam a próxima produção, e a sua sobrevivência com o lucro da venda desses produtos.

Assim, procuro traçar um paralelo entre esse sistema de produção baseado na especialização da produção agrícola e o modelo de colonização adotado pelas companhias na colonização do Oeste do Paraná, tal como esse modelo de trabalho foi idealizado e aplicado pelas companhias colonizadoras para a colonização do Oeste do Paraná no final de década de 1940 e início da década de 50. É desse modo que, em algumas colônias, o trabalho familiar foi substituído, gradativamente, por causa da implantação de mecanismos de especialização dos meios de produção, isso devido às necessidades do mercado ao qual a produção era direcionada.

No segundo subtítulo, em relação à construção de identidades e de fronteiras nas colônias e nas vilas em que “predominava” a população imigrante, com base nas discussões de Banton (1977) e de Barth (1998), procuro analisar a possível presença de fronteiras étnicas e de fronteiras de inclusão e de exclusão nessas localidades, buscando discutir a presença dessas fronteiras na colonização de Matelândia Oeste do Paraná. Em relação à migração, ao povoamento e à colonização da região Oeste do Paraná no início do século XX, procuro discutir também os antecedentes históricos da colonização de Matelândia, então fazendo referência à chamada Colônia Militar de Foz do Iguaçu e à exploração econômica de madeira e erva-mate abordada por Myskiw (2009), por Colodel (1992) e por Gregory (2008). Nas décadas de 1930 e 1940, nos centros urbanos maiores do Sul do país, reitera-se a ação de

companhias colonizadoras dirigidas por sócios acionistas compostos por empresários industriais, agricultores com capital, entre outros, que, visando à exploração econômica da madeira e, posteriormente, à colonização e efetiva ocupação das terras pertencentes a essas companhias no Oeste do Paraná dividiram a sociedade em colonizadoras menores, estas presididas por um sócio-diretor, encarregado de organizar a compra e a venda de terras. Nessa organização também estavam incluídas providências para o transporte e a infraestrutura básica para a instalação provisória dos moradores e posterior estabelecimento definitivo nos terrenos por eles adquiridos. Também utilizo os conceitos de “frente de expansão” e de “frente pioneira de povoamento”, tal como discutidos por Martins, de forma a caracterizar e a discutir o modelo de colonização e povoamento implantado pela Colonizadora Matelândia.

No segundo capítulo centrei minha discussão, primeiramente, nos aspectos históricos e econômicos dos primeiros anos de colonização do município de Matelândia, aí tratando da exploração da madeira e do interesse pelo cultivo de café pelos colonos sulistas ainda na década de 1950. Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, o cultivo passou a ser dominado predominantemente por colonos e fazendeiros “nortistas”, assim denominados devido à sua procedência das regiões Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil, segundo a discussão de Colodel (1992), no seu livro “Matelândia: história e contexto”.

Na posse de dados estatísticos dos censos agropecuário de 1970, 1975 e 1980, analisando-os, procurei evidenciar a produção econômica de café no município de Matelândia, e o aumento do número de trabalhadores empregados no município entre 1970 e 1980. Esse aumento de número de trabalhadores também coincidiu com a frente migratória nortista, que começou a migrar para o município ainda no início da década de 1960 e perdurou até meados de 1975, ano da ocorrência da geada negra, o que efetivamente “decretou” o fim da agricultura cafeeira e o fim dos subsídios ao plantio de café em Matelândia e em outras regiões do Estado do Paraná.

Na sequência, voltei a minha discussão para o movimento “paranista” e a questão da construção de símbolos que representassem a imagem e a cultura do “paranaense”, pois o Paraná era, até meados do século XX, um estado etnicamente constituído por imigrantes de diferentes etnias, mas com históricos de migração mais antigos e diferentes das novas frentes de migração. Nessa perspectiva, o interesse em discutir a composição dos símbolos da bandeira do município de Matelândia tem por objetivo compreender qual era a relação existente entre o ramo de café — presente no brasão e na bandeira municipal — e a identidade

local. Considerando a migração de “sulistas” e de “nortistas” para a região, a presença do ramo de café, e tomando por base as discussões de Milton Santos em *Concepções de Geografia, Espaço e Território* (1998), trabalho com a hipótese da existência de uma “identidade territorial local” no município de Matelândia frente às diferenciações étnicas e às relações de alteridade presentes na colonização do município entre as décadas de 1950 e 1980.

Outro elemento que possivelmente tenha relação com a bandeira municipal é o discurso do “progresso pelo trabalho”, discurso que enalteceu a imagem do colono desbravador das matas, e se é possível perceber esses elementos característicos na simbologia expressa pela bandeira do município. Pretendo analisar isso tendo em vista que, dado o processo migratório para o município de Matelândia, à primeira vista não se percebe uma presença étnica forte por parte dos colonos sulistas em relação à imigração de trabalhadores nortistas (e suas famílias) na década de 1960. A princípio não há uma identificação étnica cultural majoritária por parte de determinado grupo em relação a outro, fenômeno que de fato ocorreu na colonização de alguns municípios no Oeste do Estado, em que predominou a presença e a preservação da cultura germânica, por exemplo.

Nessa perspectiva, analiso publicações do *Jornal Povo e Terra*, da responsabilidade editorial da Prefeitura Municipal de Matelândia da década de 1980. O objetivo de trabalhar com jornais enquanto fonte de época é perceber diferentes discursos, de perceber classificações presentes nas publicações referentes à população e, especificamente, com relação a algumas vilas e distritos de Matelândia. Assim, procuro indícios da presença de fronteiras étnicas, baseadas nas relações de alteridade. Embora as publicações do jornal sejam da década de 1980 — como acima dito —, já ao final do período do recorte temporal da pesquisa, esse jornal traz argumentos não retratados pela historiografia local. Outra fonte utilizada foram algumas leis municipais de incentivo à cafeicultura em Matelândia. Assim, investigo indícios da relação entre as publicações do *Jornal Povo e Terra*, as leis municipais de incentivo à cafeicultura e o princípio da construção de uma *identidade territorial* regional relacionada ao cultivo do café.

No terceiro capítulo, abordei o papel das narrativas e da memória de moradores locais que vivenciaram o processo de colonização e transformação do espaço local. Por meio da história oral é possível perceber diferentes visões e diferentes significados que os sujeitos atribuem a determinados fatos, e como relacionam a sua experiência de vida à narrativa histórica local. A história oral está baseada na memória de sujeitos e fornece informações

muitas vezes não retratadas em outras fontes. Analisando contexto de época em que ocorrem fatos relatados pelo entrevistado, e a forma como o mesmo relata essas experiências. Então, para auxiliar nessa tarefa de interpretação, neste trabalho utilizo, como fundamentação teórico-metodológica, conceitos encontrados em obras de autores como Thompson — com *A Voz do Passado* (1992) —, Halbwachs — com *Memória Coletiva* (1990) — e Alberti — com *História dentro da História* (2005) —, que trazem discussões pertinentes à metodologia de trabalho com história oral. As entrevistas realizadas têm como base perguntas referentes ao tema de modo geral e expressadas com base na progressão da conversação com os sujeitos. A metodologia com base na conversação possibilita uma entrevista mais “aberta”, o que traz fatos e elementos que vão além do assunto formulado nas perguntas do historiador.

No próximo subtítulo com base nas discussões de autores como Le Goff — com *História e Memória* (1996) — e Nora — com *Entre Memória e História - a problemática dos lugares* (1981) — para discutir o conceito de “locais de memória” e aplicado à discussão do trabalho. Sabido é que determinados objetos, monumentos, nomes e construções remetem a acontecimentos ou a contextos históricos passados, então cabe entender que a expressão “distrito de Agro Cafeeira”, de Matelândia, como mencionado na pesquisa, remete a diferentes memórias e a variadas situações relacionadas ao cultivo de café na localidade. Isso ocorre do mesmo modo em locais oficialmente conhecidas, seja pelos órgãos públicos, seja por populares, por IBC ou Casa Amarela no atual município de Matelândia. Esses nomes são referentes ao antigo escritório do Instituto Brasileiro do Café, situado naquele local. Assim, a existência dessa construção passou a denominar a comunidade local e, inclusive, a escola da região, conhecia como escola do IBC ou da Casa Amarela.

Do mesmo modo trabalhei com algumas fotografias enquanto fontes históricas. São fotografias que têm relação com os locais de memória, vale dizer, que têm relação com locais de história. O trabalho com imagens, além da sua preservação enquanto registro histórico possibilita uma visão diferente de outras fontes escritas. Além do contexto de produção da imagem, ela pode revelar a existência de elementos relacionados a determinado contexto histórico ou a valores relativos à identidade local dos sujeitos. Ainda a mesma imagem pode remeter a diferentes narrativas ou a diferentes memórias coletivas de sujeitos que estavam presentes no registro fotográfico trabalhado.

CAPÍTULO 1 A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA FAMILIAR IMIGRANTE NO SUL DO BRASIL.

Ao discutir a colonização da região Oeste do Paraná em meados das décadas de 1940 e 50, a economia local e a possível construção de fronteiras étnicas e sociais entre os diferentes grupos de migrantes estabelecidos na mesma região, no qual procuro caracterizar o modelo de colonização adotado. O princípio de um projeto colonizador planejado, motivado pela migração de famílias de descendentes de imigrantes europeus, provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, se juntou a levadas de migrantes de outras regiões do Brasil, nas décadas de 60 e 70. Um considerável número de trabalhos referentes ao processo migratório no Sul do Brasil e à colonização do oeste do Paraná aborda a perspectiva econômica desse processo. A saturação das terras agricultáveis dos estados mencionados possivelmente foi um dos fatores propulsores da migração e constituição de novos municípios no Oeste do Paraná, onde os colonos desenvolveram um modelo de colonização baseado no sistema de pequenas propriedades.

Abordagens mais recentes da historiografia que discutem os processos de povoamento e de colonização da região Oeste do Paraná tratam estes processos migratórios no século XIX e XX a partir de uma visão sociocultural. Analisam as comunidades imigrantes e a relação de pertencimento entre grupos de imigrantes e determinados espaços *versus* fronteiras e a construção de valores e identidades desses grupos étnicos. Nesse contexto, uma primeira afirmação que se pode fazer é que o princípio do “multiculturalismo” está presente nas áreas colonizadas no Oeste do Paraná a partir da década de 1940 e 50, pois não há como não considerar a difusão de valores e o contato com outros fluxos migratórios, nas décadas de 1960 e 70, de brasileiros provenientes das regiões Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil. É, pois, nesse ambiente multicultural que grupos migrantes “sulistas” e “nortistas” se encontram e difundem seus valores, reproduzem e inter-relacionam suas culturas e suas identidades.

Nessa perspectiva, esse capítulo tem por objetivo contextualizar o processo migratório de europeus para o Brasil no século XIX, discutindo a imigração, de um lado, para a substituição da mão de obra escrava no Sudeste brasileiro e, de outro, a imigração para fins colonizadores e estratégicos, voltada especialmente a ocupação de terras “devolutas” no Sul do Brasil e para a produção agrícola alimentícia. Embora nossa intenção, nesse estudo, seja explorar as diferentes “faces” desse processo de migração e de estruturação dos colonos imigrantes no Sul do Brasil, é vital compreender a forma de organização e de estruturação das

companhias colonizadoras. Trata-se de uma estrutura e organização fundamentadas no modelo de produção agrícola familiar baseada em sistema de pequenas propriedades e voltada à subsistência familiar e, geralmente, ao abastecimento do mercado local, nas colônias de imigrantes. Isso ocorreu principalmente nas colônias que se originaram da iniciativa particular, empreendimentos que, em geral, obtiveram próspero desenvolvimento agrícola e econômico. Nos primeiros anos da constituição do povoamento, com interesse logístico do governo imperial (especialmente mediante implantação de ferrovias e de melhorias nas estradas de acesso). Gradativamente se garantiu, às colônias imigrantes, ainda em meados do século XIX, nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo entre outros, a sua inserção no modo de produção capitalista, com a produção agrícola e comercial local voltado às necessidades de um mercado regional e mesmo estadual. Autores como Gregory, entre outros que discutem a colonização na região Oeste do Paraná a partir da década de 1940, mencionam que o modelo agrário familiar policultor era o “preferido” pelas companhias colonizadoras, pois que esse modelo visava um empreendimento colonizador voltado ao povoamento e ao desenvolvimento agroindustrial (fatores do interesse das companhias colonizadoras para além da mera comercialização inicial das terras).

1.1 Imigração europeia no Brasil.

Antes do estabelecimento desses colonos enquanto arrendatários ou proprietários de terras, majoritariamente os primeiros fluxos migratórios de alemães e de italianos no século XIX, com destino ao Brasil, destinavam-se, em sua maioria, ao trabalho braçal nas lavouras de café em São Paulo e no Rio de Janeiro. Embora o Brasil não fosse o único destino de boa parcela desses imigrantes, o país era um dos maiores receptores de mão de obra imigrante no século XIX, principalmente a proveniente da Europa e também a da Ásia a partir de 1907, quando legalmente chegaram os primeiros imigrantes asiáticos ao Brasil. Mas por que a mão de obra do imigrante Europeu, e posteriormente a do imigrante asiático, se tornou tão importante para os interesses econômicos do Brasil? No contexto do século XIX, em meados de 1850, com a aprovação de leis abolicionistas como a *Lei Bill Aberdeen* (1845), a *Lei Eusébio de Queiróz* (1850) e a *Lei do Ventre Livre* (1871), já se impunham dificuldades, aos grandes cafeicultores paulistas, em recrutar mão de obra escrava para o trabalho nas lavouras de café. Isso acontecia justamente em um período em que aumentava a demanda pela produção e pela exportação do café brasileiro. Sabendo-se que o café era o principal produto de exportação brasileiro na época e considerando que o cultivo e o comércio do café eram “controlados” por uma “elite cafeicultora”, então se pode imaginar a pressão desses “barões do café” sobre o

governo para uma solução via migração estimulada. Essa elite de grandes latifundiários tinha, em sua vanguarda, políticos que “defendiam” os seus interesses econômicos particulares, embora o discurso proferido fosse enquanto interesses da economia brasileira ao final do século XIX.

Com base nas reflexões de Klein (1999), compreende-se que a adoção de políticas imigratórias pelo governo brasileiro partiu de dois argumentos, embora não fossem interesses coordenados entre si, porque justificados por interesses antagônicos. O primeiro argumento, complexo pelas suas várias facetas, era trabalhista e surgiu da necessidade de substituição da mão de obra escrava por mão de obra assalariada imigrante. Tratava-se de argumento derivado, principalmente, das barreiras impostas ao tráfico e comércio de escravos e da necessidade de mão obra para lavouras de café, atividade anteriormente preenchida por mão de obra escrava. Essas mudanças não se efetivaram em virtude somente de questões econômicas, pois, naturalmente, ocorria uma forte “resistência”, da elite escravista, em aceitar esse novo modelo de trabalho. A necessidade de mão obra livre aumentou ainda mais após a promulgação da *Lei Áurea*, de 1888, mas o processo apresentava possíveis dificuldades de relação entre os trabalhadores imigrantes e alguns cafeicultores, estes acostumados ainda ao sistema de trabalho forçado. Ao mesmo tempo, o escravo liberto tinha dificuldade de inserção no mercado de trabalho em virtude das imposições da sociedade elitista brasileira na época em relação aos escravos libertos. Esses agora cidadãos, após ganharem a liberdade, encontravam dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e, em alguns casos, eles não eram aceitos ou não queriam mais trabalhar nas fazendas dos seus antigos “proprietários”, pois “[...] havia a existência competitiva dos trabalhadores negros livres” (KLEIN, 1999, p. 25). Além da dificuldade de adaptação a uma nova cultura e sistema de trabalho, o trabalhador imigrante enfrentava a “concorrência” com trabalhadores locais tradicionalmente livres, também sempre na busca por trabalho.

O segundo argumento, para além da propaganda veiculada pelo governo brasileiro e dos incentivos políticos prometidos, também questões locais da Europa serviram de motivação à migração de europeus para o Brasil e ao continente americano de modo geral. Trata-se de motivações econômicas e trabalhistas na Europa que influenciaram a vinda de imigrantes italianos, alemães, espanhóis e de outras etnias, além de asiáticos, posteriormente, para o Brasil. Além dos baixos salários pagos nos seus países de origem, havia as estruturas familiares estratificadas e a questão da divisão de terras entre filhos, o que estava tornando a situação no mínimo complicada pelo crescimento da população e o esgotamento das áreas

agrícolas ocupáveis. Assim, a relativa facilidade de acesso à terra com melhores condições financeiras que as encontradas em seus países de origem, isso motivou a migração para o Brasil. É válido ressaltar que muitas famílias migraram não somente devido à política de subsídios do governo brasileiro, mas também devido a políticas de reforma política e econômica de cunho nacionalista na Europa, como a unificação alemã e italiana no século XIX.

Esses trabalhadores, de acordo com Klein (1999), aceitavam trabalhos inferiores às suas qualidades, mas que eram recusados pelos nativos da América. Estes sujeitos, ainda que na condição de imigrantes, e exercendo funções por vezes menos “qualificadas” que a sua formação permitia, mesmo assim tinham aqui uma remuneração maior do que a que recebiam no país de que emigraram — apesar de que isso não tenha sido fator predominante entre os imigrantes.

Discussão próxima é a levantada por Sayad em *O que é um Imigrante* (1998), e diz respeito à hierarquia e à diferenciação social do imigrante. Segundo o autor, ocorria que, devido ao desconhecimento do sistema e da hierarquia social no Brasil, imigrantes aceitavam qualquer emprego, sendo essa aceitação característica dos imigrantes recém-chegados, situados na parte inferior dessa hierarquia.

Há, porém, um terceiro argumento, esse permeando os dois primeiros. Trata-se de uma justificativa calcada na questão racial e que gerou um conflito de interesses entre a necessidade de mão de obra para a economia cafeeira e a política de “branqueamento” racial no Brasil. Entra em questão o sentimento de diferenciação étnico-racial, com forte influência das políticas de eugenia racial na tentativa de construção de uma identidade nacional brasileira. Esse debate se tornou muito forte na segunda metade do século XIX com as correntes imigratórias e em virtude da política de branqueamento da “nação” brasileira, política que, ao mesmo tempo, atendesse às necessidades de mão obra do Brasil. Além das disputas entre aprovações e divergências de pensadores e literatos, havia uma preferência da elite nacional pelo elemento étnico “europeu”. Outro argumento é descrito por Vainer (1995), que é o conceito de *assimilação*, que teve o respaldo do governo brasileiro. Ainda como apontado por Vainer, já no século XX, segundo o *Conselho de Imigração e Colonização* em 1940, deviam-se evitar os elementos indesejáveis de difícil assimilação e “[...] promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do País”. (VAINER, 1995).

Não há uma definição concreta em relação ao conceito de raça, por ser um conceito “subjetivo”, e de múltiplas interpretações, Segundo Renan (1997), em *Que é uma Nação*, a ideia de raça pura é um mito. Já para Barth, em *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*, a raça é uma categoria que se cruza com nação, com classe social, com etnia e com grupos sociais. E a *etnia* é uma categoria criada pelos antropólogos para desmembrar o termo *etnia* de *raça*, devido, possivelmente, a essa justaposição de valores ligados ao conceito de raça (BARTH, 1998). Já *grupo étnico*, de acordo com Cunha, “[...] seria, então, aquele que compartilharia valores, formas e expressões culturais. Especialmente significativa seria a existência de uma língua ao mesmo tempo exclusiva e usada por todo o grupo” (CUNHA, 1986, p. 114-115).

Com base nas discussões de Klein (1995), compreende-se o discurso racial brasileiro no século XIX enquanto uma construção mental de uma minoria da população considerada elite e esta, por sua vez, ligada ao governo imperial e integrada pelos grandes latifundiários. Trata-se de construção cultural baseada num processo colonizador que descaracterizava o elemento indígena e o trabalhador negro. Conseqüentemente, o mestiço, na categoria de trabalhador livre no Brasil, também era desqualificado, e, historicamente, esse discurso favorecedor de determinados grupos em detrimento de outros possivelmente continuou sendo empregado posteriormente no Sudeste e no Sul na qualificação do trabalhador ou migrante “nortista”.

No contexto do século XIX, é notória, na política imigratória brasileira, a adoção de um discurso de valorização do imigrante europeu e a de uma perspectiva econômica de atração de mão de obra para o trabalho nas lavouras de café, enfatizando-se que eram bons trabalhadores — o que era, inclusive, utilizado para justificar uma política de subsídios do governo brasileiro para essa migração. Segundo Albuquerque:

Nesse cenário, os conceitos de raça, nação, civilização, trabalho e desenvolvimento se combinam e impulsionam diversas formas de discriminação. Nessa perspectiva, os europeus brancos são os portadores da civilização e do progresso, pois têm uma maior capacidade de trabalho, enquanto os negros, índios e mestiços americanos simbolizam o atraso, a barbárie e a preguiça. (ALBUQUERQUE, 2010, p. 163-164).

Além da cultura característica herdada pelos descendentes desses grupos de imigrantes, um traço marcante é o sistema de organização econômica familiar e social desses grupos. Essas famílias de imigrantes tinham uma estrutura familiar geralmente fundamentada em pequenas propriedades agrícolas, voltadas para a subsistência e ao comércio local: “Elaborando um complicado sistema de salários, de trabalho por tarefa e mesmo da meação,

os fazendeiros de café organizavam a produção de suas lavouras com base no trabalho de grupos familiares” (KLEIN, 1999, p. 25).

Uma parcela dos imigrantes que vieram ao Brasil se estabeleceu nas lavouras de café no Vale do Paraíba e em outras regiões do interior de São Paulo. Assentavam-se na condição de trabalhadores assalariados ou, ainda, na condição de arrendatários, até que tivessem condições de adquirir a sua propriedade. Parcela dessa população não se adaptou a esses regimes de vida e trabalho, não permanecendo nas fazendas e migrando para as cidades da região, estabelecendo-se no comércio ou na indústria local.

Além disso, dessa corrente migratória para São Paulo, outra parcela participou, na sequência das décadas, do processo de ocupação e colonização de várias regiões do Norte Pioneiro no Paraná, consideradas zonas cafeeiras e que também sofreram com o impacto da geadas negra no ano de 1975. Segundo Klein, as famílias de origem europeia eram predominantes entre os grupos imigrantes, não somente famílias italianas e alemãs, mas espanholas, portuguesas e, posteriormente, numerosas famílias asiáticas. Dentre os migrantes asiáticos, destacaram-se os imigrantes japoneses, que vieram trabalhar inicialmente na cafeicultura, e “rapidamente” estabeleceram colônias no Brasil, apesar das restrições impostas a essa imigração. Tratou-se de restrições pelo lado do governo japonês, que somente cedeu após uma ampla reforma interna na sua política de governo e abertura comercial. Também houve, porém, restrições pelo governo brasileiro, que preferencialmente favorecia a imigração de europeus, isso devido à sua política imigratória de subsídios que favoreciam a imigração dessas famílias. Além da barreira imposta à imigração asiática pela questão étnica e política, e pela política de branqueamento da população brasileira, outro argumento era o fato de o imigrante europeu ser considerado de mais fácil assimilação e miscigenação com a população local.

Com o fim da imigração subsidiada de alemães e de italianos para o Brasil e a recorrente necessidade de mão obra para as lavouras de café, o governo brasileiro se “obrigou” a abrir as portas para os imigrantes japoneses. Após rodadas de negociação, no ano de 1908 chega o primeiro grupo de imigrantes japoneses ao Brasil, direcionados, quase que exclusivamente, às grandes lavouras de café. Embora, segundo Vainer (1995), o imigrante japonês seja considerado um ótimo trabalhador, era considerado um imigrante de difícil assimilação. Dentre os fatores que contribuem para isso, podem-se destacar os fatores linguístico e cultural, muito diferentes da cultura e da língua locais encontradas no Brasil.

Voltando aos imigrantes europeus, cabe aqui incluir que, dentre os italianos que ficaram no Brasil, vários posteriormente se tornaram proprietários de terras ou foram para as cidades e ali cresceram na indústria. No caso dos alemães, alguns fatores chamam a atenção. Era tendência desse grupo em viver em sociedades distintas e homogêneas. Com base nas discussões levantadas por Sayad em *O que é um Imigrante* (1998), a permanência do imigrante era considerada provisória em território brasileiro e condicionada ao trabalho. Ao mesmo tempo, porém, de modo paradoxal, grande parte do trabalho dependeria da permanência dessa mão de obra imigrante por tempo indeterminado em solo nacional. Para Sayad, a imigração pode ser entendida enquanto um problema social e, mais, o discurso sobre o imigrante era um discurso imposto, “[...] e uma das formas dessa imposição é perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo ou, mais simplesmente, sempre falar dele como um problema social” (SAYAD, 1998, p. 56).

Em relação ao processo migratório de europeus ao Brasil no final do século XIX e inícios do século XX, a exemplo das discussões de Klein (1999) e de Vainer (1995), além das considerações de outros autores, destaca-se que a imigração de europeus ao Brasil não estava unicamente condicionada ao trabalho nas lavouras de café. Ainda que houvesse uma necessidade “urgente” para a contratação de mão de obra para a substituição do trabalhador escravo liberto, havia a preocupação do governo e das elites, quanto às políticas imigratórias, com a teoria da eugenia e do “branqueamento racial”. Outro fator importante é a questão da assimilação étnica desses imigrantes. Trata-se da superação da condição de imigrante para integrar-se na sociedade brasileira e ser reconhecido como brasileiro. Com base em Barth, em *Grupos Étnicos e suas Fronteiras* (1998), compreende-se que havia “mecanismos culturais” que permitiram esse processo de assimilação cultural e étnica dos imigrantes no Brasil. Embora as questões discutidas por esses autores estejam relacionadas a outros grupos e contextos históricos, é interessante aqui apropriar essa discussão. Desse modo, passa-se a entender por que maneiras ou modos as colônias de imigrantes, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, preservaram boa parte de sua cultura e língua, como forma de auto identificação e de reconhecimento de sua etnia ou identidade original. Em algumas situações, embora a nacionalidade dos descendentes desses imigrantes seja brasileira, havia fortes laços de ligação com a cultura, à língua e os costumes alemães ou italianos, respectivamente, nessas colônias. Nessa perspectiva, com base nas discussões de Banton (1979), em *A Ideia de Raça*, é pertinente destacar que a questão linguística e a cultura comum, nessas comunidades, contribuíram para a formação e a diferenciação desses grupos. Essas considerações são

importantes para entender a estruturação e a aplicação do trabalho familiar trazido da Europa e praticado pelos imigrantes alemães e italianos, poloneses, ucranianos entre outros, no Sul do Brasil no início do século XX.

1.2 A organização produtiva imigrante no Sul do Brasil.

Com base na discussão de Schallenger (2009), em *Associativismo Cristão e Desenvolvimento Comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil*, compreende-se que as colônias de imigrantes no Sul do Brasil cresceram em meados do século XIX e isso ocorreu concomitantemente com a decadência da agropecuária e do comércio do gado tropeiro, assim diminuindo na época a demanda do mercado de compra dessa região. Abriu-se, então, espaço para o crescimento da estrutura produtiva agrária colonial, que ganhou espaço com a gradativa atração de imigrantes, tudo devido, sobretudo, à substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres nas fazendas de café na região Sudeste do Brasil. Entretanto, as migrações promovidas para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina tinham interesses colonizadores voltados ao povoamento e ao desenvolvimento da agricultura, em contraponto ao comércio do charque e do gado tropeiro que estava em declínio na rota para São Paulo e Minas Gerais. De modo geral, no contexto do século XIX, constata-se a quase ausência do Estado no processo de colonização no Sul do Brasil, considerando a ainda “fraca” estrutura política do Império e as revoluções que eclodiram no período regencial e período posterior: “Foi, contudo, com o desenvolvimento de núcleos coloniais a partir da iniciativa particular que a colonização ganhou mais forma e expressão. Os vazios entre os estabelecimentos oficiais foram sendo progressivamente ocupados” (SCHALLENBERGER, 2009, p. 130).

A colonização e a organização produtiva adotadas pelas companhias colonizadoras no contexto da década de 1940 e 1950 estiveram pautada em um modelo de policultura agrícola familiar presente nas colônias de imigrantes ítalo-germânicos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e, também, em regiões do Paraná. Deve-se entender, porém, que as relações de produção nesse meio comunitário familiar são mais complexas e vão além de uma estrutura de produção familiar gradual e estratificada, voltadas ao consumo próprio e ao abastecimento de uma economia de mercado periférico local. Assim como na Europa, segundo descrições de Marx (1996), em *O Capital*, no período anterior ao desenvolvimento da maquinaria, da diversificação da produção industrial com a expropriação do trabalho dos pequenos produtores e controle dos meios de produção, o colono imigrante no Sul do Brasil detinha o

controle dos meios de produção que garantiam a sua subsistência, e abastecimento do mercado e comércio local.

Além disto, ele deve ser entendido como alguém que exerceu um domínio sobre a produção diversificada, possuidor de conhecimentos tecnológicos e de referências culturais que lhe garantiam a reprodução da existência da unidade familiar. Esta concepção traz no seu bojo a ideia da organização da produção e do processo produtivo como formas possíveis de superação das necessidades básicas e dos limites impostos pelo meio. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 122).

Com base em Schalleberger, compreende-se que, em regiões de relativa “pouca” influência do Estado na criação e no desenvolvimento de novas colônias, os empreendimentos particulares tiveram maior autonomia para desenvolver o seu modelo de desenvolvimento e produção econômica particular. Era um modelo primeiramente com a produção voltada à subsistência, de modo a suprir as necessidades mais básicas, e, posteriormente, a economia familiar de subsistência. Embora esse modelo de organização produtiva familiar seja descrito, por alguns autores que discutem a colonização do Oeste do Paraná, como o mesmo sistema de produção idealizado pelas companhias colonizadoras do passado rio-grandense e catarinense, a colonização do oeste-paranaense a partir dos anos 1940 e 1950, na prática, fez ascender a aspirações e a discursos desbravadores mais amplos, em que os sujeitos desbravadores se assumem como aqueles que buscam o progresso e o desenvolvimento da “nação”. Trata-se de discurso elaborado e difundido principalmente por lideranças políticas locais, que, com isso, visavam enaltecer a “imagem” do pioneiro, imagem própria das elites agropecuárias de modo geral do país. A posse da terra garantia mais que a subsistência para o colono, pois a propriedade era detentora de um “capital simbólico”, de significado cultural, quando não político: “Nesse contexto, a posse de propriedades significava dominar as próprias necessidades vitais e, portanto, ser potencialmente uma pessoa livre, livre para transcender a sua própria existência e ingressar no mundo comum a todos” (ARENDDT, 2007, p. 75).

Assim, acrescentadas essas novas aspirações à colonização tradicional, essas “novas” sociedades imigrantes se constituíram a partir da necessidade da produção de acúmulos de produtos que garantissem a manutenção da propriedade e disponibilidade de terra para os descendentes dessas famílias. Segundo Gregory, na obra *Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial — migrações no Oeste do Paraná*:

Fica claro que a pequena propriedade nas regiões coloniais do Sul do Brasil é uma herança do imigrante europeu e que sua migração e a de seus descendentes aconteceu por causa da possibilidade de ser proprietário e de

garantir aos filhos a condição de proprietários de terras. (GREGORY, 2008, p. 51).

Gradativamente, esse modelo de produção foi substituído por um modelo de produção capitalista, o que equivale a dizer que a ênfase foi passando para a produção de excedentes, estes voltados às necessidades do mercado consumidor. Marx aponta para o fato de que “[...] não foi o capital quem inventou o trabalho excedente”. Quem detém o controle dos meios de produção automaticamente detém os direitos de exploração do tempo de trabalho livre do trabalhador, e seu excedente destinado à subsistência do proprietário dos meios de produção (MARX, 1996, p. 272). Em outras palavras, com o crescimento das colônias, o valor de uso da mercadoria voltada à subsistência passou a existir também enquanto valor de venda, atendendo às necessidades do mercado e, conseqüentemente, sofrendo com as conseqüentes oscilações econômicas. Segundo Marx, o valor da mercadoria é determinado pelo tempo necessário para se produzir esse produto, embora, no contexto sul-brasileiro, esse produto sofresse alterações devido às oscilações dos valores no mercado consumidor. Com o crescimento das colônias, mudanças ocorreram não somente dos meios de produção, pois as colônias mais próximas de estradas e, principalmente, próximas de ferrovias experimentaram um significativo aumento populacional e um desenvolvimento econômico de todo o mercado produtor e consumidor. Para Schallenberger, seguindo essa lógica de acúmulo de produção, aliado à maior demanda do mercado consumidor, conseqüentemente essas colônias, teoricamente “favorecidas” com a proximidade de ferrovias e de portos, tiveram que se adequar ao mercado consumidor. É importante salientar que, para o escoamento da produção econômica, a criação de ferrovias e de sistemas logísticos próximos a essas colônias e centros urbanos em desenvolvimento foi devida a interesses de grupos políticos dominantes, visando garantir a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento no mercado consumidor a nível nacional e também para exportação.

Por essa perspectiva é que se pode entender a alavancagem do desenvolvimento da maquinaria e da diversificação da produção industrial, tudo impulsionado também pela mudança de valor do produto de consumo para mercadoria de venda nessas colônias no Sul do Brasil. Recapitulando, cabe dizer que a produção de excedentes, inicialmente, era destinada a garantir o acesso à compra de propriedades para os descendentes e submetendo-se às necessidades do mercado, além da produção voltada à subsistência local. Assim surgiu uma nova dinâmica de mercado consumidor, mas isso não impossibilitou, aos agricultores ou aos pequenos comerciantes, a produção de gêneros alimentícios para o seu próprio consumo e

subsistência. Com base em Schallenger, deve-se destacar que esse processo de desenvolvimento não foi homogêneo se comparado às colônias de imigrantes em outras regiões no noroeste do Rio Grande do Sul e em algumas regiões de Santa Catarina. Esses locais, embora garantissem a subsistência familiar, não tinham acesso adequado ou se encontravam relativamente distantes das rotas comerciais e ferrovias, fator que limitou ou ainda impossibilitou o desenvolvimento de uma produção diversificada que atendesse aos interesses do mercado. Tosi e Faleiros, em seu artigo “Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917)”, analisam o conceito de *economia-mundo* de Braudel e a influência de circuitos econômicos favorecidos pela economia capitalista em detrimento de outros circuitos. Segundo Tosi e Faleiros:

A economia-mundo implica em um centro em benefício de uma cidade e de um *capitalismo* já dominante, seja qual for a sua forma; e são hierarquizadas, sendo esse espaço a soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo a única relativamente *rica* no seu centro. Daí resultam as desigualdades, diferenças de voltagem, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto. (TOSI; FALEIROS, 2011, p. 29-30).

Embora a discussão de Tosi e Faleiros esteja ligada à região Sudeste do Brasil, o recorte temporal é próximo ao que discuto nesse trabalho, considerando a possibilidade do uso do princípio de *economia-mundo* de Braudel para discutir o desenvolvimento de algumas colônias no Sul do Brasil. Trata-se daquelas voltadas à lógica de acumulação e exportação para atender às demandas do mercado consumidor, e que estavam relativamente próximas às ferrovias e aos portos que facilitavam a exportação e escoamento da produção. Em contraste, os demais núcleos coloniais, mais afastados das ferrovias e dos portos, conseqüentemente estavam restritos a uma economia periférica de mercado consumidor local, e com desenvolvimento relativamente modesto. Por outro lado, segundo Schallenger:

A necessidade de transformar a agricultura numa atividade geradora de bens que permitissem ganhar a vida e garantir um espaço vital para os filhos colocou o agricultor diante do dilema do endividamento para poder sobreviver, distanciando-o, de certa forma, da propriedade e do controle do seu trabalho e da sua produção. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 135-136).

Desse modo, a produção excedente voltada à necessidade familiar de adquirir mais propriedades para os descendentes cedeu lugar a um modo de produção voltado a suprir as necessidades do mercado nacional. Isso ocorreu nas colônias localizadas nas proximidades dos centros de consumo e abrangidas por ferrovias ou estradas adequadas. É provável que também tenha ocorrido uma melhoria nas ferramentas utilizadas pelos colonos, que passaram a realizar esse investimento visando a um aumento da produção, mas não uma especialização

do trabalho, ao menos nas comunidades mais isoladas, divididas em pequenas propriedades e que não estavam localizadas em regiões ligadas por estradas ou ferrovias que facilitassem o transporte e o comércio da produção. Esse modelo de organização é descrito por Arendt como *divisão do labor*, que consiste em um modelo de organização política e trabalhista semelhante à divisão do trabalho. Segundo Arendt:

A especialização do trabalho e a divisão do labor têm em comum somente o princípio geral da organização, princípio este que, em si, nada tem a ver com o trabalho ou labor, mas deve sua origem à esfera de vida estritamente política, ao fato de que o homem é capaz de agir, e de agir em companhia e em acordo com os outros. (ARENDR, 2007, p. 135).

No modelo de produção voltado à indústria cafeeira, no estado de São Paulo no século XIX, observa-se que, possivelmente, havia uma especialização do trabalho, no qual o *trabalhador imigrante* assume as funções que eram do trabalhador escravo. Ali então ocorre a divisão do trabalho, em que trabalhadores assumem funções específicas, especializando-se nessa função, incrementando o processo do beneficiamento voltado à produção de um único produto. Na região Sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, a formação de colônias se promoveu com a vinda de *imigrantes colonos*, imigrantes que tiveram espaço para reproduzir o seu modelo de trabalho, em que ocorria a divisão do labor em propriedades voltadas inicialmente à produção agrícola policultora.

Segundo Schallenberger (2009), a formação da comunidade e o desenvolvimento tecnológico visando um aumento da produção tinham por finalidade também a afirmação e o reconhecimento dessas sociedades enquanto grupo social perante o Estado brasileiro. Preservando a cultura e o “estigma” de trabalhador, esses colonos tinham no modelo de trabalho familiar a sua forma de reconhecimento enquanto grupo social, o Estado e a sociedade no geral.

Em outro contexto, posteriormente, em meados da década de 1930, no governo Vargas, com o fim da migração incentivada pelo governo, restrições foram impostas às colônias de imigrantes. Com base em uma política de segurança nacional, de promoção de iniciativas de miscigenação de imigrantes, algumas comunidades começaram a “perder” as suas características culturais do grupo. Mesmo assim, entretanto, em locais em que a localização dificultava a exportação e o comércio de produtos, outra forma de organização e especialização da produção se mostrou necessária para a adequação às condições gerais

locais. E foi nessas localidades, em que o alcance do Estado era limitado e infraestrutura mínima, que se desenvolveram organizações e sociedades de ajuda mútua entre os colonos:

Da mesma forma como os colonos tiveram que suprir a inoperância do Estado para a preservação da ordem pública, ficou-lhes reservada, também, a tarefa de construir a infraestrutura para o desenvolvimento econômico e para o suprimento das necessidades decorrentes da demanda de serviços. As dificuldades encontradas para o escoamento da produção tiveram no fator estradas um dos seus obstáculos básicos. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 378).

Em comunidades mais abastadas, em que o controle e a assistência do Estado eram precários, justamente ali é que as sociedades de “autoajuda” prosperaram, segundo Schallenger (2009). Nesse contexto, uma entidade de autoajuda visava o desenvolvimento econômico das colônias com o fortalecimento dos interesses mútuos na ampliação do mercado consumidor, e também a preservação da cultura, considerando ainda a necessidade de proteção e defesa de seus demais interesses. Com a “autorização” do governo, em alguns casos, os colonos se organizavam até mesmo em milícias, isso devido ao reconhecimento da inoperância e da “incapacidade” policial do aparelho estatal para oferecer a devida segurança a essas colônias e grupos familiares frente aos movimentos revolucionários e aos conflitos armados que afloraram no início da década de 1920 no Sul do Brasil: “Essas debilidades da organização judiciária e policial resultam do isolamento, da pobreza do país, da escassez de suas rendas públicas, da fragilidade humana e, em grande parte, do interesse menos escrupuloso das situações políticas estaduais” (LEAL, 20012, p. 205).

Em algumas regiões do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1920, foram criadas algumas milícias coloniais, com autorização do Estado e sob a supervisão do comando regional da polícia. Mesmo assim não se deve menosprezar o capital simbólico outorgado a esses grupos armados e o poder “paralelo” que representavam, considerando que visavam, além de garantia da segurança das famílias, a defesa dos interesses do grupo. Visto sob outra perspectiva, o fenômeno foi uma maneira encontrada pelo Estado para garantir a “ordem” e a sua “presença” em regiões de mais difícil acesso e até em áreas de fronteira, como no noroeste do estado e no vale do Alto Uruguai (divisa com a Argentina), e poder suprir as deficiências do aparato policial. Assim, voltando agora ao Oeste paranaense, com esse discurso de defesa da soberania nacional e de defesa da nação, os interesses do Estado por vezes se confundiam com os interesses particulares das companhias colonizadoras na região nas décadas de 1940 e 50.

Com o fim das sesmarias no Segundo Império, a partir da regulamentação da Lei da Terra, de 1850, as terras só poderiam ser adquiridas por meio de compra, o que gerou especulação das terras agricultáveis no Sul do país. Foi dessa forma que as terras brasileiras passaram a ser entendidas não apenas enquanto bens de valor de uso, mas como propriedades privadas, adquiridas por meio da compra: “A terra se transforma em mercadoria e é percebida como possibilidade de investimento passível de rendimento. Quem ocupa a terra o faz por adquirir direito por compra. O colono adquire o *status* de pioneiro, de empreendedor e de proprietário” (FERNANDES, 2009, p. 89). Seguindo essa lógica, os sócios investidores apostavam na especulação e valorização das terras recém-colonizadas, a partir do valor de uso e de posse que a terra adquire, visando lucros posteriores com a sua venda. Em meados de 1930, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina já há indícios da saturação das terras agricultáveis disponíveis, considerando as condições tecnológicas disponíveis na época e resultado de décadas de ocupação e de expansão da população local. Nessa realidade se deve considerar ainda a menor disponibilidade de terras em razão de maior demanda por aumento da produção exigido pelo mercado, bem como a questão das heranças familiares considerando a grande quantidade de filhos por família no período, o que foi outro fator que contribuiu para o rápido esgotamento das áreas de terra produtivas dos dois estados.

É nesse contexto que nasceram as “sociedades” nas comunidades imigrantes no Rio Grande do Sul e as cooperativas agrícolas e econômicas. Segundo o artigo 3º da Lei Federal nº 5.764, de 16/12/1971: “Celebaram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

Desse modo, a busca por soluções que complementassem ou suprissem as necessidades econômicas locais e regionais justificou a criação das primeiras cooperativas agrícolas. Essas pequenas organizações, embora denominadas *cooperativas*, devem nesse aspecto ser questionadas, pois a própria definição de cooperativa, além de suas atribuições básicas gerais, também exerce atividade econômica de proveito comum, o que não poderia ser qualificado como “sem objetivo de lucro”, a considerar a lógica de acúmulo da produção no sistema capitalista. Não objetivar lucro é quase que contraditório, se se for analisar somente do ponto de vista econômica de cada organização dessas. Além do mais, foi num sistema similar de sociedade que se organizaram as companhias colonizadoras no oeste do Paraná. Como foi o caso da *Maripá* (Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.), que, por

meio de sócios acionistas, investiram na compra de glebas no Oeste do Paraná, visando a exploração econômica de madeiras e erva-mate e, posteriormente, a colonização da região.

Procurei, contudo, analisar a formação das “sociedades” colonizadoras, que eram compostos por empresários, agricultores, contadores e comerciantes, que, em conjunto, formavam um grupo de sócios investidores e criaram as companhias colonizadoras, como é o caso também da Colonizadora Pinho e Terras. Esta, inicialmente detentora de grande extensão de terras no oeste-paranaense, foi depois desmembrada para formar outras companhias colonizadoras menores, onde as porções de terras respectivas a cada investidor foram distribuídas por meio do sistema de cotas. No sistema de cotas, cada investidor tinha direito a uma cota de terras e a uma parcela respectiva dos lucros ou dividendos da companhia ao final de cada ano, respectivamente de acordo com o número de cotas de cada sócio acionista. Dentre os investidores eram eleitos alguns membros diretores. A eles cabia gerir as companhias. Eram, geralmente, os sócios investidores detentores das maiores cotas ou ações no investimento que ficavam eleitos para os cargos de direção das companhias. Estes, enfim, por sua vez, revendiam os terrenos no mesmo sistema baseado em pequenas e médias propriedades, pois isso facilitava a compra, devido ao fato de o valor ser mais acessível às economias dos futuros colonizadores.

É importante frisar que, embora a colonização do Oeste do Paraná tenha sido planejada para um desenvolvimento econômico pautado na pequena propriedade agrícola familiar, o plano de desenvolvimento das companhias colonizadoras, diferentemente, estava fundamentado no estabelecimento definitivo dos colonizadores e no desenvolvimento da colônia tendo em vista a implantação de indústrias voltadas ao agronegócio de exportação. A fertilidade das terras recém-desmatadas abria a possibilidade de obtenção de “lucros” com o desenvolvimento industrial das chamadas *vilas*, que, posteriormente, tornaram-se municípios. As companhias colonizadoras buscavam grupos de colonizadores, famílias, trabalhadores rurais, que possuíam características adequadas ou voltadas aos interesses econômicos dessas empresas colonizadoras: “Desta forma, o espaço teria sua estrutura fundiária, estradas, núcleos populacionais de acordo com a experiência do espaço colonial das antigas Colônias do Sul. As áreas se destinariam à agricultura e à criação para o consumo familiar e para o mercado” (GREGORY, 2008, p. 93).

É pertinente destacar que, segundo consta no documento de alteração de contrato da firma Colonizadora Matelândia, documento datado de 1961, os senhores Dalcanale e Ruaro¹ eram os sócios majoritários da companhia Colonizadora Pinho e Terras, ou seja, eram donos da maior cota de ações da companhia. O que chama a atenção é o fato de que Dalcanale era um industrial e Ruaro um comerciante, ambos empresários e que, possivelmente, tinham pretensões relacionadas ao desenvolvimento agroindustrial, apostando no desenvolvimento agrícola dos demais colonizadores. Ainda resta saber qual era o papel da produção cafeeira em Matelândia nas pretensões desenvolvimentistas das colonizadoras, e se havia alguma relação econômica entre os interesses públicos municipais e privados dos cafeicultores locais.

Busca-se, então, compreender como os imigrantes europeus e seus descendentes organizaram sua produção econômica e modo de produção familiar, e como esse modelo de produção se reproduziu em sistemas de colônias imigrantes no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em algumas localidades no Paraná. Esses elementos explicariam parcialmente a ideologia ou o “discurso do progresso” presente no sistema de colonização e organização produtiva reproduzido no Oeste do Paraná. É pertinente destacar a importância, para o colono descendente de imigrantes, a condição de ser dono de propriedades, ou de possuir um pedaço de terra. Além de garantir um meio de “sustento” para as próximas gerações, essa lógica estava vinculada à importância que o trabalho tinha para esses sujeitos. A valorização do trabalhador pode estar vinculada à relação entre trabalho, terra e produção econômica, valorizando a imagem do colonizador e do trabalho. Assim, é interessante analisar o viés étnico da construção da imagem valorativa do migrante “sulista”. É possível que o mencionado discurso do progresso pelo trabalho tenha uma fundamentação cultural, além da perspectiva econômica com base no sistema de trabalho reproduzido pelos imigrantes no geral.

1.3 As colônias de imigrantes e a construção de fronteiras

A imagem do colonizador também remete à construção de uma identidade que permite a esse sujeito se identificar ou não enquanto pertencente a determinado grupo, de modo que o sistema de trabalho não teria elementos suficientes para diferenciar ou construir uma

¹ Alberto Dalcanale, e Alfredo Paschoal Ruaro foram, dentre outros, sócios donos da Companhia Colonizadora **Pinho e Terras**, que, por sua vez originou outras colonizadoras menores, vendidas a outros sócios acionistas. Esse é o caso da **Colonizadora Matelândia**, que foi a responsável pela vinda dos primeiros colonos a Matelândia. A **Pinho e Terras** ficou responsável pela colonização da cidade vizinha de Céu Azul e a **Industrial e Agrícola Bento Gonçalves**, responsável pela formação do município vizinho de Medianeira.

identidade. O mais provável é que, para formular a imagem do trabalhador ideal para o Brasil naqueles tempos, se tenha associado a visão do governo (sua política de branqueamento) com as escolhas das companhias colonizadoras, ao preferencialmente selecionarem colonos descendentes ou de origem ítalo-germânica para a composição dos primeiros grupos de migração com intenções colonizadoras para o Oeste do Paraná.

Partindo dessa premissa, é possível perceber a presença de fronteiras entre grupos culturalmente diferentes na mesma região considerando os movimentos e os fluxos migratórios para o Oeste do Paraná entre as décadas de 1950 e 1970. A população colonizadora de Matelândia, a exemplo de outros municípios da região, embora planejada e resultado de ação e propaganda das companhias colonizadoras, pode ser considerada heterogênea, isso tendo em vista a chegada de migrantes provenientes de outras regiões do país, além da região Sul. Desse modo, é interessante analisar a organização social dessas colônias de imigrantes no Sul do Brasil, a construção de fronteiras e identidades locais, considerando a presença da fronteira a partir do momento em que é possível, para alguns sujeitos, se identificarem e se diferenciarem dos outros, na perspectiva de “nós” e “eles”. Assim, analiso a possível relação entre a construção de fronteiras desses grupos imigrantes em algumas colônias rio-grandenses e catarinenses, enquanto forma de identificação, diferenciação ou ainda preservação da identidade ou cultura daquele grupo ou etnia frente aos demais sujeitos, formando, assim, uma espécie de fronteira étnico-cultural. Seria possível que a construção de fronteiras étnicas e culturais tivesse contribuído para a construção de uma imagem de valorização do trabalhador imigrante nessas colônias imigrantes e, posteriormente, no Oeste do Paraná, no Paraguai e nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, assim como o modo de produção capitalista foi reproduzido tendo como carro-chefe a mecanização agrícola.

Questionando a construção de fronteiras nas colônias imigrantes no final do século XIX e início do século XX, procuro averiguar a possível existência de dois tipos de fronteiras, em diferentes grupos culturais e sociedades, as *fronteiras de inclusão* e as *fronteiras de exclusão*. Segundo Banton, em *A Ideia de Raça*:

Há duas fronteiras, uma de inclusão, reflectindo o reconhecimento que os membros da minoria têm um dos outros como pertencentes a uma unidade, e uma de exclusão, que reflecte o modo como a secção mais poderosa da população define uma categoria social menos poderosa como um grupo que deve ser posto de lado (e que pode ser uma maioria numérica). (BANTON, 1979, p. 197).

Embora Banton traga uma discussão mais relacionada às minorias e às maiorias étnicas, é possível elencar elementos da sua discussão entre a relação de pertencimento dessas pessoas a determinado grupo sociocultural e as comunidades italianas e alemãs entre outras no Sul do Brasil no início do século XX. A formação dessas comunidades e a forma de reconhecimento de seus membros, enquanto pertencentes à determinada culturas já criam uma categoria de fronteira. Entre os migrantes e, posteriormente, os descendentes de alemães e de italianos, é muito presente a formação dessas comunidades urbanas e rurais, especialmente nas décadas de 1910 e 20, quando há interesses em “comum”, ou ainda adquirem consciência de si mesmos e isso, possivelmente, está relacionado ao que Banton discute ao mencionar Epstein:

À medida que se formam novos grupos, os seus membros adquirem uma nova consciência de si mesmos como membros destes grupos, compartilhando interesses comuns com os outros membros e reconhecendo que estão em oposição a grupos cuja existência não conheciam anteriormente. (EPSTEIN, 1958, p. 231-40 apud BANTON, 1979, p. 193).

Considerando a realidade brasileira, é possível constatar que, até o início do século XX, a principal preocupação do governo brasileiro em relação aos imigrantes era atrair essa mão de obra em substituição à mão de obra escrava. Posteriormente, porém, na década de 30, a política adotada em relação aos imigrantes no Brasil tornará a relação entre o governo e as colônias migrantes ainda menos amistosa. Essa situação ocorre em razão, principalmente, da política nacionalista do governo Vargas, que promoveu uma política nacional de promoção da assimilação desses elementos, e também política de controle dos chamados “*kystos ethnicos*”.

Essa preocupação com a presença desses grupos ou sociedades de imigrantes, que compartilhavam língua e cultura comum, surgiu em virtude da política nacionalista do governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 40. No discurso do governo Vargas esses grupos representavam um “perigo” à soberania da “nação”. Alegava-se que a preservação da sua língua natal, cultura e costumes remetia a uma espécie de “extensão” dos seus países de origem em território nacional, significando interferência na soberania brasileira. Como se sabe, essa política nacionalista do governo Vargas, de demonstração de preocupação em relação a essas comunidades de origem estrangeira, se agravou durante a Segunda Guerra Mundial.

As comunidades imigrantes ou colônias tem em comum o fato de compartilharem a mesma língua, e provavelmente, o mesmo país de origem, embora parte desses imigrantes venha de diferentes regiões do mesmo país. E, nesse espaço territorial, onde buscavam

reconstruir o seu modo de vida e representações, poder-se-ia aplicar o fundamento de *homogeneidade regional*, em que “[...] esta homogeneidade não é mais do que o resultado do processo que supõe não só a comunicação, a troca entre os membros do grupo, mas a escolha – consciente ou inconsciente – de soluções comuns” (RONCAYOLO, 1986, p. 169).

Na década de 1930, em um contexto pós-depressão econômica com a crise de 1929, vislumbram-se repercussões e revoluções políticas e sociais dos anos 30 no Brasil e no mundo, com a ascensão do nazi-fascismo na Europa e a eclosão da Segunda Guerra Mundial. A declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo ocorreu após rodadas de negociações comerciais e políticas, e “barganha” do governo de Getúlio Vargas junto ao governo dos Estados Unidos, para conseguir financiamento para a modernização das tropas brasileiras e fomento para a implantação da companhia siderúrgica nacional (CSN). Seguindo uma política de nacionalização desses grupos sociais, os imigrantes e descendentes de alemães, de italianos e de japoneses, foram vigiados e cerceados pela polícia política do governo Vargas, quando os principais alvos de vigilância foram justamente os chamados “kystos étnicos”, as colônias de imigrantes e descendentes.

Esses sujeitos foram proibidos de falar outra língua senão a portuguesa. Igrejas e escolas que ensinavam em outro idioma tiveram que se adaptar ou eram fechadas. Há relatos de que livros em alemão, italiano ou japonês foram queimados durante esse período de guerra, ação legitimada pela política nacionalista do governo de Vargas nas décadas de 1930 e 40. De acordo com Banton: “[...] as bases das fronteiras inclusivas são, regra geral, as crenças sobre a nacionalidade comum, a mesma etnia e a mesma religião. As crenças acerca da raça serviram frequentemente de base para a formação de fronteiras exclusivas” (BANTON, 1979, p. 197).

Nessa perspectiva, é notória a presença de fronteiras inclusivas nas colônias e vilas compostas, em sua maioria, por imigrantes e descendentes, considerando a origem comum e a etnia. Já em relação à religião e a raça, não é possível determinar se eram elementos unânimes entre todas as comunidades, embora se tolerassem diferenças dentro do mesmo grupo ou espaço local, mesmo em grupos sociais com a mesma nacionalidade ou cultura.

A miscigenação dos sujeitos de diferentes culturas e a influência da sua cultura e modos de vida locais, características pessoais de cada grupo, demonstra a diversidade, ainda que compartilhando a mesma língua. Se, por um lado, possa ocorrer a perda de certas características culturais e tradições por conta desse processo, por outro, o apelo à identidade desses grupos migrantes permite reforçar a questão cultural nessas pequenas comunidades,

nos costumes e valores transmitidos aos descendentes. Algo característico de comunidades com grande presença de imigrantes e descendentes é a preocupação com a preservação dos costumes e a “identidade cultural” desses sujeitos. Claro que existiam grupos “relativamente homogêneos” em muitos fatores, e a preservação da língua, cultura e determinados valores também pode ser considerada uma característica de uma fronteira de inclusão.

Por outro lado, cabe referência às discussões de Banton, em relação aos grupos políticos na Europa, que, embora sendo minorias, se ergueram em virtude dos seus interesses, o que é perceptível em alguns países. A questão do isolamento geográfico de alguns grupos ou comunidades, como também o seu modo de vida, também pode ser considerado um exemplo de fronteira de inclusão, realidade que, ao mesmo tempo, remete também a uma fronteira de exclusão.

1.4 O contexto da colonização de Matelândia

Autores como Gregory (2002) e Colodel (1992) entendem que a colonização de grande parte dos municípios do Oeste do Paraná por companhias colonizadoras nas décadas de 1940 e 50 estava fundamentada em um sistema de colonização planejada, baseado em pequenas propriedades agrícolas familiares. Era uma colonização impulsionada por um novo movimento migratório e incentivada pela propaganda das companhias colonizadoras, tudo devido à saturação das áreas agricultáveis no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e também à política governamental de Vargas na década de 30, política conhecida como “marcha para o oeste”, para ocupar os grandes espaços “ocidentais” do território nacional.

A ocupação e exploração econômica da chamada Tríplice Fronteira, região onde atualmente está localizado o município de Foz do Iguaçu, a exemplo de boa parte da região Oeste do Paraná, é repleta de contradições. Ao final do século XIX, ainda no governo imperial, cresceu o debate relacionado à questão da soberania nacional nas fronteiras e a importância da construção de uma base militar avançada no Oeste do Paraná, em uma região considerada estratégica e até então tida como “desabitada” na visão dos militares e políticos, que ignoravam ou desconheciam propositadamente a presença indígena, de trabalhadores ervateiros paraguaios “mensús” entre outros que já se habitavam a região Oeste do Paraná.

Na história das migrações e ocupação do território paranaense, o elemento indígena muitas vezes representava um empecilho à política de povoamento e de estabelecimento de fazendeiros e criadores de gado nos campos gerais, território original de algumas etnias

indígenas que foram de certa forma, “acuadas” para áreas periféricas do Estado. Além da presença indígena, ainda no século XIX é notável a presença de ervateiros e madeireiros estrangeiros no extremo Oeste do Paraná, empreendedores que aproveitavam o leito navegável do rio Paraná em direção à Argentina para o transporte e comércio da madeira e da erva-mate extraída e cultivada na região — comércio esse que envolvia exportação a países europeus. De acordo com a discussão de Myskiw (2009), em *A Fronteira como Destino de Viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907)*, para a surpresa dos membros da primeira expedição recrutados para a missão de exploração e estabelecimento da colônia militar em Foz do Iguaçu, já no Oeste do Paraná, os militares se deparam com picadas abertas por trabalhadores ervateiros que já habitavam e trabalhavam na região. Esse fato serviu de respaldo para justificar a presença militar na região e legitimar ações visando salvaguardar a soberania das fronteiras brasileiras e controle sobre essas terras, considerando que alguns desses empreendimentos ervateiros estavam nas mãos de estrangeiros que exploravam a mão de obra dos chamados “mensus” nas atividades laborais de extração e cultivo de erva-mate:

A presença de paraguaios naquela porção do território paranaense assinalava a precariedade (ou ausência) do domínio sobre as terras que estavam a percorrer. Para os militares, a fundação da Colônia Militar na foz do rio Iguaçu iria pôr fim à exploração dos ervais e das florestas a Oeste dos campos de Guarapuava. (MYSKIW, 2009, p. 138-139).

A presença de empreendimentos agrícolas e trabalhadores estrangeiros foi um pretexto a mais para justificar a necessidade da presença militar na região, para salvaguardar os “interesses” políticos e econômicos na região. Ainda que, no início do século XX, em relação à concessão de terrenos para exploração e povoamento na área da Colônia Militar, a prioridade estivesse destinada a cidadãos brasileiros, a população local encontrada na fronteira poderia ser considerada heterogênea. Para alguns, o espaço de fronteira foi uma oportunidade de garantir o acesso a terra ou de prosperidade econômica, com o comércio e crescimento local. Por outro lado, também logrou fama de reduto de pessoas de “índole duvidosa” e de estrangeiros que lidavam clandestinamente com o comércio de erva-mate e madeira. Segundo Myskiw (2009), os cidadãos brasileiros que migravam para a Colônia Militar ficavam sujeitos às práticas ilícitas de invasão de terras, ação que era legitimada por interesses econômicos dos diretores da Colônia Militar, através de contratos de exploração “frios” cedidos a estrangeiros. Esses, então, sem muita alternativa, cediam aos interesses locais dos administradores da Colônia, ou se obrigavam a migrar para outras regiões em busca de melhores condições. Sequer com o apoio jurídico os colonos podiam contar na Colônia

Militar, devido aos interesses econômicos pessoais dos diretores da Colônia (MYSKIW, 2009, p. 192-193).

Ainda em relação à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, alguns autores discutem as dificuldades para o seu estabelecimento e estruturação na região. Colodel no livro intitulado *Obrages e Companhias Colonizadoras* (1988), descreve as dificuldades relatadas pelos primeiros moradores da Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Refere principalmente a distância da região da Tríplice Fronteira em relação ao Paraná habitado. O muito precário estado das estradas de acesso, ainda no início do século XX, gerava escassez de materiais e de comida e, segundo relatado, o único meio de ligação entre a Colônia Militar e a cidade brasileira mais próxima, no caso Guarapuava, no centro do estado, era por uma “picada” aberta em mata fechada, o que, evidentemente, dificultava a comunicação e o envio de recursos. Assim, a escassez de recursos enviados pelo Exército sediado em Guarapuava obrigava os primeiros moradores a depender, muitas vezes, do monopólio empregado por comerciantes argentinos e paraguaios, com as facilidades de navegação pelo rio Paraná. Os comerciantes estrangeiros se aproveitavam da falta de fiscalização por parte do governo brasileiro e da falta de recursos dos primeiros moradores de Foz do Iguaçu, isso devido, principalmente, à quase insuperável distância entre a Colônia Militar de Foz do Iguaçu e Guarapuava. Então, aproveitando-se desses fatores, comerciantes de charque e de outros gêneros alimentícios revendiam mantimentos acima do preço normal praticado nos grandes centros urbanos, além de propositadamente atrasarem a entrega de produtos e mantimentos. Quanto a alternativas para esse grande impasse, cabe verificar a informação abaixo descrita por Myskiw.

Para os viajantes, a extinção da Colônia Militar e a transformação do povoado em vila atrelada ao município de Guarapuava era a melhor saída, pois ao Governo do Paraná seria facultada a exploração ainda mais intensa dos recursos naturais existentes nas florestas, mediante a venda e ou concessões de terras a empresas brasileiras e estrangeiras. (MYSKIW, 2009, p. 197).

Com a extinção da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1913, alguns empreendimentos nacionais e estrangeiros se instalaram adquirindo direito de concessão de exploração ou compra de grandes extensões de terra, conhecidas por “glebas”. Dentre essas glebas, destacam-se a fazenda Britânia e a gleba de Miguel Matte, sendo que esta última foi, posteriormente, desmembrada em glebas menores, para, em seguida, companhias colonizadoras promoverem a exploração e o povoamento dos futuros municípios de Matelândia, Céu Azul, Medianeira e São Miguel do Iguaçu, no início da década de 1950.

Como já mencionado, na década de 1930 o governo Vargas contava com a política nacionalista e a chamada “marcha para o oeste”, por isso passou a dar mais importância à questão da soberania nacional nessa tríplice fronteira, fiscalizando inclusive a exploração da terra por ervateiros e madeireiros estrangeiros:

A conjuntura mundial em crise e as incertezas das companhias estrangeiras que operavam no Oeste do Paraná fizeram com que fossem desativados seus empreendimentos ou entrassem em falência, abrindo fabulosos espaços para o investimento de capitais nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. Esses fatos foram fundamentais para criar as condições de colonização da Região. (GREGORY, 2008, p. 91).

Assim, mesmo antes dos empreendimentos das companhias colonizadoras, seguindo a estratégia de um projeto de colonização planejada, outros comerciantes e migrantes se estabeleceram no Oeste do Paraná. Nem todos os projetos de colonização tiveram êxito, devendo-se o fracasso especialmente às dificuldades de locomoção por via terrestre, dada a ausência de estradas planejadas. Esse era, então, o principal entrave a qualquer projeto voltado à colonização, subsistência e até exploração de recursos naturais e povoamento.

No contexto da década de 1920, enfatiza-se a venda de terras públicas do Paraná a particulares, como foi o caso dos imóveis (glebas) *Ochohy* e *Passo Cuê* adquiridos por Miguel Matte, terras onde se localiza atualmente o município de Matelândia, fato discutido também pelo historiador Wachowicz, em *Obrageros Mensus e Colonos: história do oeste paranaense*:

Este último organizou a Companhia Florestal do Paraná S/A, com sede em Foz do Iguaçu, a fim de explorar e colonizar a região, como previam os contratos com o Estado do Paraná. Em 1924, Miguel Matte contraiu, com a firma argentina Alfredo Giambelli e Cia., sediada na cidade de Rosário, um empréstimo de 100 mil pesos. Para dar cobertura a esse empréstimo, foram dados sob-hipoteca os imóveis ‘Ochoy e Passo Cuê’, o primeiro adquirido em 1922 e o segundo em 1923, do Estado do Paraná, figurando, como adquirente, Raimundo Picolli. (COLODEL, 1992, p. 173 apud WACHOWICZ, 1987, p. 178).

Segundo essa informação de Colodel, fica explicitada a concessão idealizada pelo governo do Estado do Paraná com base na Lei de Terras, de 1850, das glebas *Ochoy e Passo Cuê*, a Miguel Matte para fins de exploração econômica dos recursos naturais e “colonização”.

De acordo com Wachowicz e confirmado por Colodel, Matte contraiu um empréstimo junto a bancos para financiar o seu empreendimento colonizador, concedendo como garantia de empréstimo as duas glebas como hipoteca junto aos bancos. Há dúvidas em relação aos

interesses do empreendimento colonizador idealizado por Matte no Oeste do Paraná. Se ele buscava apenas a exploração dos recursos naturais, com o estabelecimento de uma indústria madeireira, ou se tinha um projeto colonizador visando exploração de recursos e povoamento. As informações disponíveis nas fontes documentais e bibliográficas apontam para o fato de que, apesar dos esforços, o empreendimento não prosperou, sobretudo devido às contradições da instalação e manutenção do empreendimento, e ao isolamento das famílias que se estabeleceram na gleba de Matte, acrescidas a isso as dificuldades de comunicação e obtenção de recursos para a manutenção das famílias na região. Matte, devido às dificuldades para colonização relatadas, fracassou no seu empreendimento. Então, com muitas dessas famílias indo embora para outras localidades mais povoadas, as terras pertencentes a Miguel Matte foram hipotecadas devido ao seu endividamento contraído junto aos bancos.

Buscando compreender a colonização do município de Matelândia, é importante descrever a constituição da companhia colonizadora MARIPÁ, da qual se originou a Colonizadora Matelândia e as demais companhias encarregadas da colonização de outros municípios da região, como Céu Azul, Medianeira e São Miguel do Iguacu no início da década de 1950.

A MARIPÁ adquiriu, em 1941 (sic),² da Companhia Madeireira del Alto Paraná, uma área de 227.846 hectares de terra (2.748 km²), denominada Fazenda Britânia, que estava coberta por intensa vegetação de mata latifoliada e de algumas manchas de pinheiro de começaram a ser exploradas, a partir do final dos anos 40, atendendo ao comércio da madeira, no início, e, depois, cedendo lugar para as lavouras dos colonos sulinos. (GREGORY, 2002, p. 104).

Embora a exploração madeireira pudesse ser considerada um negócio lucrativo, de acordo com Gregory, havia a necessidade do pleno estabelecimento e “domínio” da área adquirida pela MARIPÁ, isso devido à grande extensão da área adquirida pela companhia, à baixa densidade demográfica local e à necessidade de criação de atividades alternativas. Embora a exploração de madeira garantisse renda para a companhia, a colonização baseada na pequena propriedade agrícola se tornou, como se previa, uma alternativa viável.

Segundo Colodel (1992), em *Matelândia - história e contexto*, Alberto Dalcanale, um dos acionistas da MARIPÁ, descobriu essas terras hipotecadas e, junto com outros acionistas do mesmo grupo, como Alfredo Paschoal Ruaro, compraram esses imóveis em nome da Colonizadora Pinho e Terras. Eles, por sua vez, dividiram e revenderam parcelas desse

² Segundo Gregory a Maripá adquiriu as terras na região Oeste do Paraná no ano de 1946, e não em 1941 como está mencionado na citação acima.

território a colonizadoras menores. Boa parte dos investidores eram detentores de um capital para investimento, sendo que a sociedade organizada e instituída enquanto firma colonizadora estava dividida em um sistema de cotas entre os sócios investidores, a quem cabiam os lucros e dividendos do investimento:

Foi assim que o patrimônio total adquirido inicialmente pela “*Pinho e Terras*” foi dividido entre as seguintes empresas de colonização. A “*Colonizadora Gaúcha*” ficou responsável por São Miguel do Iguaçú; a “*Industrial Agrícola Bento Gonçalves*” por Medianeira; a “*Pinho e Terras*” por Céu Azul; e “*Colonizadora Matelândia*” ficou com Matelândia propriamente dita. (COLODEL, 1992, p. 175).

Conforme descrito por Colodel, a Colonizadora Pinho e Terras vendeu lotes de sua gleba a colonizadoras menores, por exemplo, para a Colonizadora Matelândia, “desmembrada” da Pinho e Terras. Desse modo, os corretores de imóveis da colonizadora, e seus sócios acionistas, se encarregaram de vender os terrenos e de buscar os moradores para iniciarem o povoamento dos primeiros núcleos urbanos. Ainda de acordo com Colodel, os corretores de imóveis, mesmo residentes nas antigas colônias rio-grandenses ou catarinenses, se tratavam de funcionários das colonizadoras ou a serviço delas, encarregados da venda dos terrenos das colonizadoras no Paraná. Eles tiveram um papel fundamental na propaganda e venda de terrenos das companhias colonizadoras, nesse caso terrenos da Colonizadora Matelândia. A missão desses corretores era, basicamente, abordar os moradores, agricultores e colonos que estivessem dispostos a comprar e colonizar terrenos das companhias colonizadoras:

Nos panfletos que eram distribuídos, fazia-se menção a um “*paraíso verde*” repleto de madeiras de excelente qualidade e com fácil aproveitamento futuro. As possibilidades para um plantio intensivo do café também eram constantemente divulgadas. (COLODEL, 1990, p. 206).

O sistema de colonização voltado à venda de terrenos teve relativo sucesso, considerando as condições climáticas e falta de infraestrutura no contexto da época, do início da colonização de vários municípios nas décadas de 1950 e 60. O projeto adaptava-se às condições econômicas dos migrantes que vieram a se instalar nesses novos núcleos populacionais. Embora as terras fossem relativamente mais baratas que atualmente, devem-se levar em consideração as condições de vida que essas famílias tinham nos seus locais de origem. Muitas dessas famílias estavam instaladas em pequenas propriedades, também, voltadas à economia de subsistência, inseridas no modo de produção capitalista em que se exigia um volume de produção maior e conseqüente especialização dos meios de produção, visando atender às necessidades do mercado. Essas exigências passavam a dificultar, cada vez

mais, a manutenção das pequenas e médias propriedades voltadas à produção diversificada de gêneros alimentícios. Foi provavelmente por conta desses fatores que várias famílias se convenceram a arriscar-se no empreendimento e partir em busca de melhores oportunidades, ainda que ao custo de muito trabalho, esforço e necessidade de “sorte”.

De modo geral, foram os sócios acionistas das colonizadoras que mais obtiveram lucros com os empreendimentos colonizadores no Oeste do Paraná, considerando que se aproveitaram da mão de obra excedente de trabalhadores rurais e urbanos principalmente no Rio Grande do Sul e o interesse desses colonos por melhores oportunidades de crescimento e de desenvolvimento pessoal. Os sócios majoritários das companhias colonizadoras viram nesses colonos a possibilidade de implantar um modelo de colonização voltado ao desenvolvimento produtivo de gêneros agrícolas diversos. Posteriormente, com o estabelecimento dos núcleos urbanos com a chegada dos primeiros moradores e o gradativo crescimento do comércio local, novas frentes migratórias são atraídas para a região em busca de oportunidades. O Oeste do Paraná, compreendido também enquanto região de fronteira do ponto de vista político-institucional é também uma região marcada por contradições e por relações de alteridade e poder entre os diferentes sujeitos que povoaram essa região, esparsamente desde o final do século XIX e início do século XX, e densamente a partir da consolidação das companhias colonizadoras no início da década de 1950. O processo de povoamento e ocupação do espaço pelos colonos intermediados pelas colonizadoras pode ser analisado a partir do conceito de *frente pioneira* e de *frente de expansão*, tal como discutido por Martins, em *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Martins analisa outras perspectivas de fronteira, como a fronteira demográfica e a fronteira econômica, e como, em algumas regiões de fronteira, as frentes pioneiras e de expansão se contrapõem a partir de um conflito de interesses entre os sujeitos que ocupam o mesmo espaço. Segundo Martins:

A frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. (MARTINS, 1997, p. 158).

Nessa perspectiva é considerado que a colonização de Matelândia tenha se fundamentado na mesma estratégia das demais companhias colonizadoras voltada com o estabelecimento de pequenas propriedades voltadas à subsistência, mas já visando a um posterior desenvolvimento agroindustrial. Com base em Martins, argumenta-se que a frente pioneira também é caracterizada pela ocupação econômica do espaço, relegando à terra o seu

valor de propriedade e de mercadoria viabilizada pela compra, nesse caso, pelos colonos intermediados pelas companhias. Já a *frente de expansão*, de acordo com Martins, “[...] foi constituída de populações ricas e pobres que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas” (MARTINS, 1997, p. 178). A frente de expansão, no oeste do Paraná, era representada pela presença dos ervateiros e madeireiros donos de glebas e imóveis na região no início do século XX, considerando que a sua relação de produção estava ligada ao mercado consumidor local e externo, mas não influenciado pelas oscilações do mercado. Em alguns casos, por se tratar de terras “devolutas” ou sem a presença ou controle do Estado, a relação com a terra estava ligada à questão de ocupação voltada à produção, considerando que ela não tinha valor de mercadoria ou propriedade, prevalecendo possivelmente uma relação de posse e exploração dos recursos naturais. Outro elemento importante da frente de expansão é o de produção de excedentes de modo a atender às necessidades básicas do agricultor e do mercado consumidor local, ao qual era destinada a produção excedente. Desse modo, no modelo de colonização elaborado pela Colonizadora Matelândia no início da década de 1950, cada colônia destinava-se primeiramente à produção de gêneros alimentícios básicos para a subsistência das famílias, que, posteriormente, passariam a obter uma produção de excedentes voltados ao mercado consumidor local e nacional. Embora as características da frente pioneira estejam presentes nesse processo colonizador, ela tinha, em sua vanguarda, as empresas colonizadoras e seus possíveis interesses econômicos voltados ao mercado. É pertinente mensurar que a compra e venda de terrenos é uma economia de produção de excedentes que, posteriormente, passou a atender às necessidades do mercado, considerando ainda o modelo de colonização planejado e adotado pelas companhias colonizadoras:

Não se trata, nesse caso, de ocupação espontânea. Mesmo existindo a pressão demográfica, o deslocamento dos migrantes ocorre sob controle institucional. Os próprios migrantes desejavam tal acompanhamento orientador e buscavam um espaço planejado. (GREGORY, 2002, p. 118).

Ainda é preciso compreender se a economia cafeeira local estava voltada aos interesses do mercado e se a “destruição” dos cafezais e a política de erradicação dos pés de café, adotada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) gerou consequências negativas para a economia e o desenvolvimento social local do distrito de Agro Cafeeira — pertencente ao território de Matelândia — e para esse município de modo geral.

Assim, na sequência da presente argumentação, já em vias de conclusão desse capítulo, procuro compreender a migração subsidiada de imigrantes europeus ao Brasil na

perspectiva do contexto econômico brasileiro no final do século XIX e da política nacional de branqueamento. Procurei acima discutir a constituição de colônias imigrantes no Sul do Brasil, a economia policultora familiar e a influência do modo de produção capitalista e do mercado consumidor no modelo de produção e no desenvolvimento de algumas colônias em que a produção se especializou e passou a atender às necessidades do mercado consumidor. Ainda em relação às colônias imigrantes, com base na discussão de Banton, foi possível perceber a presença de fronteiras de inclusão e de fronteiras de exclusão nessas comunidades, abrindo caminho para a discussão sobre a possibilidade da presença de fronteiras econômicas e culturais entre os diferentes grupos que migraram para Matelândia entre as décadas de 1950 e 70.

Quanto à colonização da região Oeste do Paraná, embora tenha características de um modelo de colonização planejada, segundo vários autores que discutem esse processo, procurei perceber as contradições existentes no povoamento da região no final do século XIX e no início do século XX. Para isso abordei a criação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, a presença de latifundiários na região, mais os empreendimentos econômicos nas décadas subsequentes e que antecederam a ações das companhias colonizadoras, bem como o processo de compra e revenda de terras para os colonos. Por fim, procurei enunciar a forma como se organizaram as sociedades de compuseram as companhias colonizadoras e a preferência pelo colono imigrante “sulista” e seu respectivo modelo de produção agrícola familiar. Entretanto, também explicitarei que o plano de desenvolvimento das colônias no Oeste do Paraná estava voltado à agroindústria de exportação de modo a atender aos interesses econômicos dos empresários ligados às colonizadoras.

Segundo Colodel (1992), em *Matelândia História e Contexto*, além da exploração maciça dos recursos naturais abundantes, como a madeira, a terra era considerada de “boa qualidade”, inclusive para o cultivo de café, segundo a propaganda das companhias colonizadoras. O desenvolvimento de uma economia cafeeira local e sua possível relação com a atração de mão obra braçal e corrente migratória para o município de Matelândia é um dos pontos que pretendo discutir no segundo capítulo. Outro ponto que pretendo analisar são os pormenores e as especificidades do processo de povoamento e de urbanização de Matelândia, estudo em que procuro centrar minha discussão no desenvolvimento econômico e social local, e sua relação com a constituição de uma expressiva economia cafeeira, relacionando-a com as frentes migratórias de colonos sulistas na década de 1950 e a vinda de imigrantes “nortistas” na década de 1960 e 70. Pretendo mostrar que a forma como ocorreu à ocupação territorial do

espaço do município evidencia a possível presença de fronteiras econômicas e sociais. E também espero verificar se o modelo de produção econômica dos colonos “sulistas” estava vinculado à ocupação da terra enquanto propriedade. Desse modo, pergunto se haveria alguma relação entre o modelo de produção agrário fundamentado pelas companhias e o “discurso do progresso”, simbolizado na imagem do trabalhador do campo. Outro questionamento a ser feito é se havia alguma possível distinção entre a imagem do trabalhador rural “sulista” em relação aos demais trabalhadores “brasileiros” ou “nortistas”, assim denominados pelos sulistas, sendo eles proprietários de terras ou apenas trabalhadores volantes ou mensalistas. Ainda nesse contexto é possível perceber a relação entre a produção cafeeira em Matelândia até o ano da ocorrência da “geada negra” em 1975 e a simbologia e representação do ramo de café no brasão na antiga bandeira municipal que representava o município até o ano de 1995.

CAPÍTULO 2 A PRODUÇÃO CAFEEIRA, MIGRAÇÃO, FRONTEIRAS E REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA

A cafeicultura nas décadas de 1950 e 60 estava geograficamente concentrada nas regiões norte e noroeste do Estado do Paraná, e também no interior do Estado de São Paulo e no Vale do Paraíba, pois o clima e o solo favoreciam o desenvolvimento do cultivo de café nessas regiões (CANCIAN, 1981). O que chama a atenção, entretanto, é o fato de que essa cultura também esteve presente, de forma bastante expressiva, em algumas localidades recém-estabelecidas nesse período. Dentre esses locais, centro a minha discussão mais especificamente no distrito de Agro Cafeeira, local pertencente ao território de Matelândia. O distrito de Agro Cafeeira está, portanto, localizado na região oeste do Paraná, distante, aproximadamente, cinco quilômetros ao norte da sede do município de Matelândia, como quem vai em direção a Cascavel, às margens BR 277. Segundo Colodel (1992), o nome do local faz menção à atividade cafeicultora na região.



Imagem 01: Localização de Matelândia – Paraná. Fonte: www.google.com.br/maps

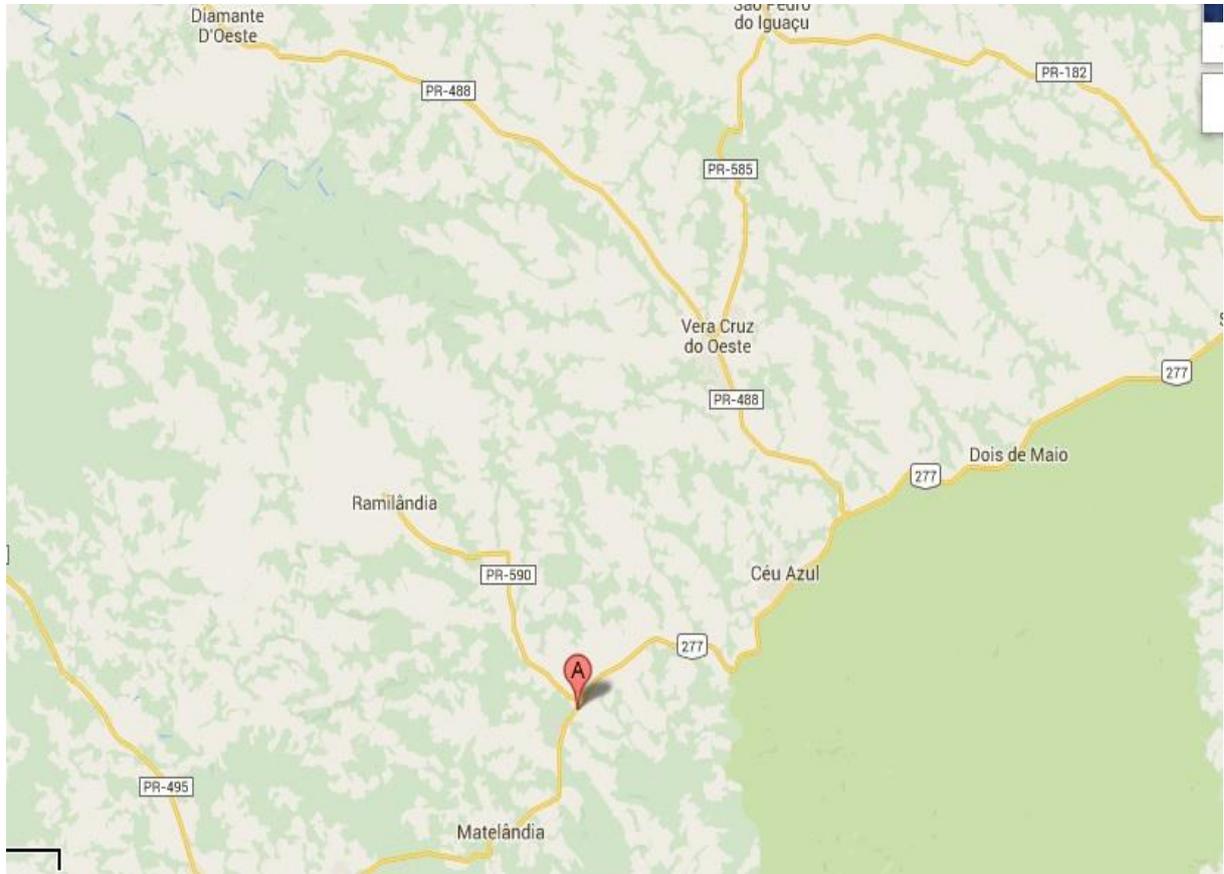


Imagem 2. Mapa da microrregião de Matelândia e do distrito de Agro Cafeeira, identificado pela letra A. Fonte: www.google.com.br/maps

Ginzburg, no livro *O Fio e os Rastros*, dentre várias questões, discute, por exemplo, a do extermínio dos judeus na Europa, e de que modo histórias relativamente diferentes “[...] se conectam por intermédio de múltiplos fios” (GINZBURG, 2007, p. 213.) Desse modo, como a perseguição e o extermínio de judeus na Segunda Guerra Mundial poderiam estar ligados por indícios ou fios, a histórias de perseguição aos judeus ainda na Idade Média, no contexto da Peste Negra, em que eram acusados pelos cristãos de trazer a moléstia, e que a “peste negra” teria ligação a uma acusação referente a fatos ocorridos anteriormente em que os judeus foram acusados de envenenar os poços de água dos habitantes cristãos na França, além de outros países na Europa no final da Idade Média (GINZBURG, 2007, p. 211).

Utilizo aqui esse princípio aplicado à discussão referente ao contexto da colonização de Matelândia e desenvolvimento da agricultura cafeeira no município. Procuo relacionar o cultivo de café nas regiões norte e noroeste do Estado do Paraná com a frente migratória “nortista” nas décadas de 1960 e 70 para Matelândia. Busco compreender a possível relação entre o plantio de café no município e a migração desses sujeitos. Já com base na obra *Mitos, Emblemas e Sinais*, do mesmo autor, pretendo utilizar o método de pesquisa conhecido por *paradigma indiciário* para compreender as especificidades do processo de colonização do município e o desenvolvimento de um cultivo provavelmente até então pouco conhecido pelos colonos “sulistas” em uma região recém-colonizada. Através desse princípio procuro analisar os dados estatísticos dos censos agropecuários de 1970, 1975 e 1980, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de fontes variadas, como documentos da Câmara Municipal de Matelândia.

Por meio da análise desse material pretendo buscar indícios relacionados ao cultivo do café na região de Agro Cafeeira até o ano da ocorrência da geada negra em 1975, e o possível impacto desse fenômeno climático na agricultura e na economia local, bem como os significados e simbolismo relacionados ou atribuídos à economia cafeeira no município. Com base nos conceitos de frente de expansão e frente pioneira, como discutido por Martins (1997), busco discutir o fluxo migratório “nortista” para o município nas décadas de 1960 e 70, procurando compreender se a vinda de migrantes da região norte do Paraná e do Sudeste e Nordeste brasileiro estaria relacionada à falta de “mão obra qualificada” para o trabalho nas lavouras de café. Seriam, em sua maioria, migrantes que espontaneamente visavam se fixar na região enquanto proprietários de terras em terrenos da companhia colonizadora à venda? Ou seriam contingentes de trabalhadores volantes que foram atraídos ou vieram enquanto mão de obra subsidiada por fazendeiros para trabalhar nas lavouras de café e também no rami? Esse fluxo migratório para Matelândia pode ter sido incentivado pela companhia colonizadora devido à falta de prática dos colonos “sulistas” no cultivo do café, conforme descrito por Colodel, em *Matelândia: história e contexto* (1992). Propostas de emprego por parte de agricultores locais que investiram nas lavouras de café podem ter atraído esse contingente de migrantes ou teriam migrado por motivações próprias, visando uma oportunidade de investimento em Matelândia. Esses migrantes poderiam ainda ter sido “remanejados” dos seus locais de origem por conta do processo de urbanização e de reconfiguração de centros urbanos paranaenses mais antigos na região conhecida como Norte Pioneiro.

No segundo subtítulo discuto a heráldica, simbologia e representação do cultivo de café, mais a questão do discurso do progresso, ambas presentes na bandeira municipal de

Matelândia, além da possível presença de fronteiras até o ano de 1995, quando um projeto de lei alterou o formato do brasão e as cores da bandeira municipal. Para isso, uso como fundamento a questão do “paranismo”, movimento cultural e intelectual no início do século XX que propunha a criação de uma “identidade paranista” ou paranaense, construindo valores culturais e sociais que representassem o cidadão paranaense. Assim procuro buscar, nesse movimento, indícios que remontem à prática da representação de valores, da imagem e soberanias nas bandeiras municipais, como no caso do município de Matelândia. Pretendo discutir, além da representação simbólica, se os dizeres ou valores predominantes no brasão municipal expressam determinada cultura ou identidade de grupos locais, e por que havia a presença de um ramo de café no brasão municipal.

2.1 Os primeiros anos de colonização e exploração econômica

De acordo com Colodel (1992), em seu livro *Matelândia História e Contexto*, o primeiro grupo de colonos com destino às terras da Colonizadora Matelândia, no Oeste do Paraná, saiu do município de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul, em 26 maio de 1950. Chegariam ao local somente quinze dias depois, em 11 de junho. Deve-se ressaltar que as viagens do Rio Grande do Sul ao Oeste do Paraná no início de 1950 levavam vários dias devido, principalmente, às péssimas condições das poucas estradas de terra existentes na época. Outros fatores, como a chuva, também prejudicavam a viagem, visto que transformavam as estradas em verdadeiros “atoleiros” cercados de floresta, praticamente intrafegáveis, obrigando os viajantes a interromper a viagem. Os primeiros anos de colonização foram marcados por muitas dificuldades, privações e persistência dos primeiros colonizadores, devido ao fato de que até a madeira para a construção de casas precisava ser adquirida longe, no município de Cascavel, isso tendo ocorrido até a instalação da primeira serraria local, de propriedade da Colonizadora Matelândia, em 1952.

A falta de mercados consumidores, durante todo o transcorrer da década de 1950, determinou um processo de depredação, muitas vezes involuntária, da paisagem vegetal. A necessidade da derrubada da mata para a limpeza dos terrenos onde seriam feitas as primeiras plantações provocaria o desperdício de grandes quantidades de madeira. (COLODEL, 1992, p. 266).

É nesse contexto que deve ser, compreendida a exploração da madeira na região, embora já estivesse presente muito antes, em finais do século XIX. Assim, nos anos 1950, com o avanço da colonização, iniciou-se o período de exploração em larga escala da madeira nativa da região, atividade que perdurou do início da colonização até meados de 1980, quando

a madeira começou a se tornar escassa. Outro elemento que contribuiu para a rápida degradação e extinção da mata nativa foi a mecanização das lavouras no início da década de 1970 e a derrubada dos matos restantes, seja para plantio ou para pastagem. Foi isso que acarretou o rápido desaparecimento das reservas nativas e o declínio da comercialização da madeira originária da própria região. Outro elemento que contribuiu significativamente para o desmatamento na região foi à introdução do plantio da hortelã. Esse cultivo, segundo Colodel, se espalhou em diversos municípios no Oeste do Paraná, e era atrativo para os colonos devido ao rápido retorno financeiro, e por se adaptar e produzir bem em áreas férteis recém-desmatadas: “O plantio da hortelã oferecia rendimentos compensatórios por um espaço de tempo muito curto, em torno de quatro e no máximo cinco anos. É uma planta que desgasta violentamente o solo, retirando seus nutrientes essenciais” (COLODEL, 1992, p. 273). Assim como a “febre” do plantio de hortelã trouxe retorno financeiro em curto prazo, rapidamente o cultivo também entrou em declínio devido ao desgaste natural do solo, somando-se a isso as limitadas áreas de matas nativas agricultáveis restantes, o que inviabilizou a produção da hortelã, dando lugar a culturas alternativas e à pecuária.

Segundo Cancian, fatores relacionados à migração, à ocorrência de geadas e ao preço do café no mercado nacional e internacional influenciaram no surgimento de novas lavouras, inclusive em regiões recentemente colonizadas no Oeste do Paraná, o que provavelmente também motivou a migração “nortista” para Matelândia em meados das décadas de 1960 e 70. De acordo com Cancian, “[...] as geadas de 1953 impulsionaram ainda mais os preços e, como resultado, aceleraram os plantios novos, verificando-se, em poucos anos, a itinerância e expansão da produção em alta escala” (CANCIAN, 1981, p. 90). Outro ponto que merece atenção é referente a possíveis outras motivações que culminaram na migração expressiva de famílias e trabalhadores das regiões norte e noroeste do Paraná e de outros estados para Matelândia no início da década de 1960. Desse modo, é preciso caracteriza-se essa frente migratória sem apresentar uma dualidade comparativa em relação à frente migratória sulista.

Embora o contexto histórico da frente migratória sulista na década de 1950 esteja muito próximo à frente nortista para o município de Matelândia no início da década de 60, os interesses divergem se analisarmos as famílias que migraram com o intuito de se tornarem proprietárias de terras, ou ainda as que migraram para somente trabalhar na terra, seja como trabalhador volante, meeiro ou ainda arrendatário. Aqui, *a priori*, o objetivo é compreender se foi a oportunidade de compra de terras mais baratas no Oeste do estado que motivou a vinda

do migrante nortista para Matelândia ou se foi justamente para o trabalho no plantio de café, devido ao surgimento de novas lavouras no município e à falta de mão de obra especializada.

Ainda com base em Cancian, compreende-se que as razões vão além de motivações pessoais, e remontam à reorganização agrária e do espaço produtivo nas antigas regiões cafeeiras do norte e noroeste do Paraná, que foram povoadas e colonizadas ainda nas décadas de 1920 e 30. Originalmente, as lavouras de café estavam concentradas no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, primeiramente no vale do Paraíba e, depois, no interior, isso até fins do século XIX e inícios do século XX. Nessa mesma época, com o encerramento do regime de escravidão, passaram a ser oferecidos incentivos governamentais à colonização de terras por intermédio de companhias colonizadoras, avançado no interior paulista e, primeiramente, alcançando as regiões paranaenses do Norte Pioneiro e, posteriormente, do Norte Novo. Ali passaram a ser estabelecidas pequenas e grandes propriedades que subsidiavam a vinda de mão obra para o trabalho nas lavouras de café. Posteriormente, nas décadas de 1940 e 50, a exemplo do ocorrido em território paulista, devido ao esgotamento da capacidade produtiva das terras, o governo paranaense ratificou o programa de erradicação de lavouras de café antigas e com produtividade em declínio, para dar lugar às pastagens e à monocultura:

O sentido geral da organização agrária paranaense foi o de manter os cafezais enquanto eram novos, de alta produtividade e enquanto estavam remunerados satisfatoriamente. Faltando uma dessas variáveis, produtividade ou preços considerados adequados, a tendência foi realizar a sua substituição por lavouras temporárias e pastagens. (CANCIAN, 1981, p. 137).

Assim, reitera-se que os trabalhadores empregados nas lavouras de café em Matelândia nas décadas de 1960 e 70 foram “remanejados” ou vieram de regiões onde as lavouras de café estavam sendo substituídas por outras culturas mais adaptadas ao solo e ao clima. O que pesava nas decisões sobre o deslocamento de populações trabalhadoras eram os interesses dos produtores locais, políticos ligados ao governo estadual e federal, e dos empresários ligados a esses grupos. Desse modo, o café era uma cultura interessante para o governo enquanto fosse obtida uma alta produtividade. Depois, quando sua produção já não era mais satisfatória, seu cultivo era induzido a ceder lugar às pastagens e a outros cultivos. Segundo Cancián:

Os cafeeiros eram plantados nos lugares mais altos, menos sujeitos a geadas, e, próximo a um córrego ou mina d’água, situava-se a residência. Perto localizava-se pequeno pasto, mangueirões para a criação de porcos, pomar, horta e lavouras temporárias: milho, arroz, feijão, algodão, de acordo com as necessidades familiares e do pequeno mercado local, das cidades nascentes,

ao qual abastecia. (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização apud CANCIAN, 1981, p. 95).

A topografia e relevo possivelmente podem ter sido levados em consideração em relação à escolha dos melhores locais para o plantio do café no município de Matelândia, considerando a altitude média local do município e do próprio distrito de Agro Cafeeira em relação aos demais municípios situados mais a oeste em direção a Foz do Iguaçu, como Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Missal, entre outros. A frente migratória nortista ocupou terras mais distantes da sede municipal, disso decorrendo o surgimento de núcleos populacionais próximos dos limites territoriais do município, pois era ali onde, possivelmente, havia uma oferta maior de terrenos à venda ainda, provocando a concentração do plantio de café nesses locais.

Em relação ao desenvolvimento da cultura cafeeira em Matelândia, de acordo com Colodel, “[...] as primeiras sementes de café vieram de Maringá, e foram trazidas por Elizeu Biazus, por volta de 1952” (COLODEL, 1992, p. 268). Nesse período até meados do início da década de 1960, o cultivo foi iniciado exclusivamente pelos colonos “sulistas”, interessados no plantio do café e animados pelo bom preço do produto no mercado e pelo clima, que, até então, se acreditava ser “favorável” para o desenvolvimento do cultivo em questão.

Considerando as características da colonização de Matelândia, planejada com base na pequena propriedade policultora, é provável que os primeiros cafezais tenham sido plantados em conjunto com outros cultivos voltados à subsistência e abastecimento de um mercado local, nas pequenas propriedades de agricultores sulistas.

É importante salientar, com base em Colodel, o surgimento, nesse período, de sociedades ligadas ao plantio e à comercialização de café em Matelândia, o que, de certa forma, remete a uma herança das antigas sociedades coloniais presente em várias cidades e colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul. Não há, entretanto, elementos suficientes que me permitam afirmar se as sociedades descritas por Colodel em Matelândia, voltadas ao plantio e comercialização de café, tenham o mesmo princípio de ajuda mútua entre os associados das sociedades coloniais mencionadas no primeiro capítulo. É, contudo, fato que os colonos sulistas investiram no plantio de café, muitos mesmo sem experiência de cultivo dessa cultura. Ocorreu que essa primeira fase do cultivo de café em Matelândia logo também entrou em declínio, devido à falta de conhecimento técnico dos agricultores sulistas e também à falta de mão de obra especializada, fator que afetava a produtividade e a qualidade final do produto, o que não garantia um preço bom final no mercado consumidor: “A partir do final

dos anos 60, ela passaria a ser controlada por grupos predominantemente ‘nortistas’ e localizar-se-ia principalmente em Ramilândia e Diamante D’Oeste” (COLODEL, 1992, p. 270). Segundo a discussão de Colodel, o plantio de café ao final da década de 1960 passou para o controle de agricultores “nortistas”, concentrados na região dos atuais municípios de Ramilândia e Diamante do Oeste, localidades situadas a noroeste da sede do município e que pertenciam, na época, à Matelândia.

Embora Colodel informe que as plantações de café ao final da década de 1960 até o ano de ocorrência da geada negra em 1975 estavam concentradas nas duas localidades acima indicadas, ele não menciona o distrito de Agro Cafeeira. Assim, após as frustradas tentativas de desenvolvimento do cultivo pelos colonos sulistas, não menciona se ainda existiam plantações no período de ocorrência da “geada negra” em 1975. Também é questionável a questão do nome da localidade, considerando que remete a uma das associações de produtores de café criadas pelos colonos “sulistas” na década de 1950, e que pode estar associada a uma significativa produção de café na região. Embora os indícios até aqui levantados não apontem para uma possível existência de significativas plantações de café em Matelândia, é pertinente discutir a simbologia criada em relação ao cultivo de café e o nome do distrito de Agro Cafeeira, que permanece até os dias atuais, mesmo sem a existência das plantações de café de outrora. São algumas lacunas da historiografia local que ainda não foram discutidas e esclarecidas, além da possível presença de fronteiras no município motivadas por fluxos migratórios oriundos de diversas regiões do país.

Em relação à historiografia regional, mais especificamente sobre a história de Matelândia, uma das principais fontes disponíveis é o livro de Colodel intitulado *Matelândia: história e contexto*, publicado no início da década de 1990. O autor faz uma interessante pesquisa abordando questões históricas, socioeconômicas e culturais de Matelândia com base em fontes escritas e em diversos relatos orais. Embora o autor tenha abordado os antecedentes históricos da colonização do município de Matelândia e as diferentes facetas da história local, procuro explorar as lacunas da sua pesquisa, fazendo-o com base nas fontes já levantadas e na bibliografia disponível. No geral, Colodel discutiu a história do município de Matelândia, mas sem grandes críticas, nem aprofundou a discussão da possível presença de fronteiras culturais no município, tampouco a construção de uma identidade local. Embora ele mencione a existência de conflitos agrários no interior do município ao final da década de 1950 e no decorrer década de 60, litígios provocados principalmente por problemas relacionados a divisas de terras e ação de “grileiros” de terra, tal tema ficou pouco aprofundado pelo autor.

Outro ponto é referente à bandeira municipal do município e simbologia construída com base na produção cafeeira local, caracterizado pela presença do ramo de café no brasão do município. No momento procuro centrar a discussão no impacto econômico e populacional causado pela geada negra no município de Matelândia, relacionando esse acontecimento com a migração de trabalhadores volantes ou temporários e migrantes que se estabeleceram na região. E, por fim, cabe discutir se a relação entre a migração, o plantio de café e a sua representação simbólica no brasão da antiga bandeira do município, e nome do distrito de “Agro Cafeeira”.

2.2 A produção cafeeira em Matelândia:

Primeiramente, mediante a análise das fontes documentais, procuro registrar os indícios de que houve um cultivo de café em Matelândia em quantidades consideráveis a ponto de haver um interesse do poder público municipal do município de Matelândia, e também do IBC, em relação às lavouras de café existentes no município.

De acordo com sua súmula, a Lei Municipal nº 11/1963 “[...] autoriza o poder executivo municipal para receber contribuição do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e aprova o plano de aplicação”. Ainda segundo essa lei, em seu artigo primeiro: “Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a organizar projeto para aplicação dos recursos provenientes de “FUNDO DE DEFESA DO CAFÉ” outorgados a este município”. Esses dados acima nos trazem evidências da existência de uma cultura cafeeira no município de Matelândia já no ano de 1963 e que, apesar do fracasso da primeira fase de desenvolvimento do cultivo na região pelos colonos “sulistas”, outros agricultores provavelmente continuaram o plantio. Outro elemento importante é o interesse municipal no plantio do café, interesse que poderia estar ligado ao recebimento de verbas para infraestrutura e logística municipal, como melhoria de estradas, atendendo principalmente aos interesses dos cafeicultores no município, o que pode ser visto no artigo terceiro:

Ao poder executivo Municipal é atribuída a competência para a utilização dos fundos a que tem direito, conforme orientação do Instituto Brasileiro do Café, Resolução nº 238, devendo aplicar 80% (oitenta por cento) da Contribuição em OBRAS E EQUIPAMENTOS e 20% (vinte por cento) em ASSISTÊNCIA SOCIAL RURAL. (Art. 3º Lei municipal nº 11/63).

Para compreender melhor esse processo, procuro expor em tabelas estatísticas o aumento do número de trabalhadores fixos e temporários na região, empenhado em evidenciar, possivelmente, aumento da demanda por mão de obra nas lavouras de café no

município. Para isso formulei tabelas quantitativas com informações levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelos censos agropecuários no Paraná nos anos de 1970 e 1975. A intenção, nessa organização de tabelas gráficas quantitativas referentes aos anos de 1970, 1975 e 1980, é detectar possível evolução e declínio da produção cafeeira no município de Matelândia, e no Extremo Oeste do Paraná, ao longo de 10 anos, considerando a *geada negra* no ano de 1975. Também pretendo analisar e discutir o crescimento e o declínio do número de trabalhadores fixos, e temporários, no município de Matelândia, entre os anos de 1970 e 1975, destacando também o aumento e o declínio populacional do município nesse período. Busco, assim, evidências da influência da *geada negra de 1975* na decadência do cultivo do café e no declínio populacional no município e também no Paraná na década de 1970.

Assim, na primeira tabela logo abaixo, procuro analisar a influência do desenvolvimento das lavouras cafeeiras na região no processo migratório paranaense e para Matelândia. Analiso o aumento do número de trabalhadores no município a partir de 1970 e 1975 e a diminuição populacional já na década de 1980, procurando, nesses dados, indícios que possibilitem compreender os possíveis fatores que levaram a essa diminuição populacional.

TABELA 1: PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIA E SEXO, SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA – PARANÁ. (1970)

ATIVIDADE ECONÔMICA	TOTAL	HOMENS	MULHERES
AGRICULTURA E PECUÁRIA	1. 748.976	1.175.150	573.826
CAFÉ	506.449	364.298	142.151
MILHO EM GRÃO	630.088	398.435	231.653
SOJA EM GRÃO	75.548	47.978	27.570
TRIGO EM GRÃO	16.141	11.084	5.057

Fonte: IBGE, Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo, segundo a atividade econômica. Censo Agropecuário Paraná. (1970). Rio de Janeiro, 1975, p. 26. Série regional.

De acordo com essa primeira tabela, com base nas informações levantadas pelo censo agropecuário no Estado do Paraná em 1970, percebe-se a considerável quantidade de trabalhadores homens e mulheres ocupados no cultivo do café no Paraná. Embora o cultivo de milho na época também envolvesse uma grande quantidade de trabalhadores, o principal produto primário do Paraná na época era café. Devem ser considerados também, embora em

menor número, os trabalhadores envolvidos no plantio de soja, trigo e outras culturas não relacionadas na tabela.³

TABELA 2: PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIA E SEXO, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS (1970).

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA E SEXO		
	TOTAIS	HOMENS	MULHERES
MATELÂNDIA	8.647	6.046	2.601
MEDIANEIRA	20.513	11.132	9.381
CÉU AZUL	9.669	5.609	4.060

Fonte: IBGE. Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo, segundo as microrregiões e os municípios. Censo Agropecuário Paraná (1970). Rio de Janeiro, 1975, p. 212. Série regional.

³ Para mais informações a respeito, consultar os arquivos dos VIII e IX recenseamentos gerais do Brasil, nos livros referentes aos censos agropecuários no Paraná dos anos de 1970, 1975, e 1980, disponíveis nos escritórios do IBGE no Estado do Paraná.

TABELA 3: PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIA E SEXO E PESSOAL OCUPADO RESIDENTE NOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS. EXTREMO OESTE PARANAENSE (1975).

ATIVIDADE ECONÔMICA	PESSOAL OCUPADO POR CATEGORIA E SEXO			
	NÚMERO DE TRABALHADORES OCUPADOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES
EXTREMO OESTE PARANAENSE		370.564	225.057	145.507
CÉU AZUL		12.777	8.253	4.524
MATELÂNDIA		22.910	12.634	10.276
MEDIANEIRA		17.630	10.295	7.335

Fonte: IBGE. Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo e pessoal ocupado residente nos estabelecimentos, segundo as mesorregiões, microrregiões e municípios. Censo Agropecuário Paraná (1975). Rio de Janeiro 1979, p. 26. Série regional.

Analisando as Tabelas 2 e 3, percebe-se um aumento significativo no número de trabalhadores em Matelândia em 1975 em relação ao último censo agropecuário de 1970. O município saltou dos seus 8.647 trabalhadores para 22.910 trabalhadores num curto tempo de cinco anos, o que evidencia o “entusiasmo” do período em Matelândia com o plantio disseminado de café. É nesse contexto que vários migrantes vieram ou foram recrutados para trabalhar nas lavouras locais de café. Deve-se, porém, considerar que, além de café, hortelã e, posteriormente, rami também foram responsáveis por esse aumento significativo de trabalhadores fixados no município. Considerando a pequena disparidade populacional entre os municípios de Matelândia e de Medianeira, percebe-se uma diminuição do número de trabalhadores em Medianeira no ano de 1975.

TABELA 4. PESSOAL OCUPADO, DISTRIBUÍDO POR CATEGORIA E SEXO E PESSOAL OCUPADO RESIDENTE NOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS (1980).

	TOTAL	HOMENS	MULHERES
EXTREMO OESTE PARANAENSE	370.654	225.057	145.507
CÉU AZUL	9.292	6.034	2.446
MATELÂNDIA	12.107	8.075	4.032
MEDIANEIRA	14.813	9.107	5.706

Fonte: IBGE. Pessoal ocupado, distribuído por categoria e sexo e pessoal ocupado residente nos estabelecimentos, segundo as mesorregiões, microrregiões e municípios. Censo Agropecuário Paraná (1980). Rio de Janeiro, 1983, p. 340. Série regional.

Agora, analisando as Tabelas 3 e 4, referentes a 1975 e 1980, respectivamente, percebe-se uma diminuição considerável no número de trabalhadores de Matelândia, de Céu Azul e de Medianeira. Matelândia, dos seus 22.910 trabalhadores em 1975, restaram apenas 12.107 em 1980. Essa diminuição do número de trabalhadores empregados em atividades agrícolas no município pode ser uma evidência do fim do cultivo de café no Estado do Paraná. A mão de obra excedente, sem alternativa, migrou novamente para novas fronteiras agrícolas, a exemplo dos migrantes sulistas na região Oeste do Paraná, que, ainda nas décadas de 1960 e 70, já migravam para a região Centro-Oeste e Norte do país, e inclusive para o Paraguai. É válido salientar que, dentre os trabalhadores temporários e meeiros que estavam empregados nas lavouras de café, uma parcela pode ter migrado para os centros urbanos em busca de emprego. No caso de Medianeira, mesmo não sendo um grande produtor de café na época, pois sua base agropecuária estava centrada em outros cultivos — como soja e milho, em franca ascensão no oeste do Paraná —, também esse município foi afetado com a diminuição de sua população.

TABELA 5: COLHEITA, VALOR DA PRODUÇÃO E EFETIVO DAS PLANTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS CAFÉ (1970).

MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	INFORMANTES	COLHEITA NO ANO DE 1970 (CAFÉ) ÁREA (ha)	EFETIVO DAS PLANTAÇÕES EM 31/12/1970 PÉS EM IDADE PRODUTIVA
TOTAIS	134.647	360.896	760.443.084
EXTREMO OESTE	8.415	6.999	16.884.903
SUDOESTE PARANÁ	37	2	1.207

Fonte: IBGE. Colheita, valor da produção e efetivo das plantações dos principais produtos das lavouras permanentes, segundo as microrregiões e os municípios. CAFÉ. Censo Agropecuário Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1975, p. 385. Série Regional.

TABELA 6: COLHEITA, VALOR DA PRODUÇÃO E EFETIVO DAS PLANTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS PERMANENTES, SEGUNDO AS MESORREGIÕES, AS MICRORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS (1975). (CAFÉ)

Microrregiões e Municípios	Informantes	Quantidade (T)	Área (ha)	Pés em idade produtiva	Plantados em 1975
Extremo Oeste Paranaense	9.949	63.423	47.462	34.519.819	2.110.463
Céu Azul	455	745	1.511	1.248.640	153.602
Matelândia	778	3.602	3.947	4.167.805	338.530
Medianeira	15	10	26	38.800	21.000

Fonte: IBGE. Colheita, valor da produção e efetivo das plantações dos principais produtos das lavouras permanentes, segundo as microrregiões e os municípios. CAFÉ. Censo Agropecuário Paraná. 1975. Rio de Janeiro, 1979, p. 666. Série Regional.

Pela análise das Tabelas 5 e 6, evidencia-se a quantidade considerável de produção de café do município de Matelândia. Também é perceptível a grande disparidade em relação à produção de café, muito pequena, no município vizinho de Medianeira, que tinha a sua base

de produção primária voltada à pecuária e a outros cultivos. Esses dados podem ser compreendidos com base no número de informantes e a quantidade em toneladas de café produzida por cafeicultores informantes do censo nos municípios nos anos de 1970 e 1975. Com uma produção menor que de Matelândia, porém de certo modo considerável, temos em destaque o município de Céu Azul, que faz fronteira com Matelândia. De acordo com a Tabela 6, vale destacar que, no município de Matelândia, no ano que 1975 obteve-se uma produção total de 6.602 toneladas de café, com base nos 778 informantes da época. Já Céu azul município, distante 15 quilômetros de Agro Cafeeira e 20 quilômetros de Matelândia, obteve uma produção total de 745 toneladas, para uma base de 455 informantes. E, por fim, os dados de produção do município de Medianeira, distante 13 quilômetros de Matelândia, que possivelmente tinha um manejo de cultivo diversificado, voltado a outros cultivos, tinha apenas 15 informantes e uma produção de apenas 10 toneladas — muito menor se comparada à produção do município vizinho de Matelândia ou de Céu Azul. Dados como o número de informantes, quantidade produzida, área plantada e número de pés em idade produtiva evidenciam o alto potencial produtor de Matelândia — e do distrito de Agro Cafeeira — enquanto zona de produção cafeeira entre os anos de 1970 e 1975.

TABELA 7: TRANSFORMAÇÃO OU BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, ANO DE 1975, SEGUNDO AS MESORREGIÕES E OS MUNICÍPIOS. (CAFÉ EM COCO) – 1975.

MESORREGIÕES MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS	INFORMANTES	QUANTIDADE BENEFICIADA EM (T) (CAFÉ EM COCO)	PRODUTO OBTIDO CAFÉ EM GRÃO
		TOTAL	QUANTIDADE (T)
EXTREMO OESTE PARANAENSE	105	1.461	730
CÉU AZUL	2	4	2
MATELÂNDIA	-	-	-
TOLEDO	1	1.440	720

Fonte: IBGE. Transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários, ano de 1975, segundo as mesorregiões e os municípios. Café em Coco. Censo Agropecuário Paraná, 1975, p. 968. Série Regional.

A tabela 7 registra a quantidade de indústrias de beneficiamento de café, evidenciado pelo número de informantes por indústria de beneficiamento do produto, no caso o café. Assim, constata-se a presença de indústrias de beneficiamento de café no Oeste do Paraná, inclusive no município de Céu Azul, contando com dois informantes no ano de 1975. Embora em pequeno número, essas indústrias se mostram relevantes se comparadas à quantidade de indústrias de beneficiamento de café nas regiões de grande produção de café, como na região de Londrina na época. Esses dados foram levantados com base na produção em toneladas, pesquisada pelo IBGE nos de 1970 e 1975 e expostas na tabela 7. Há de se considerar os municípios de Matelândia e de Céu Azul como “exceções” em se tratando de produção de café no trecho entre Cascavel e Foz do Iguaçu. Vale dizer que a diversificação produtiva já vigorava nos demais municípios, voltados para cultivos como soja e milho, que necessitavam de menos mão de obra que o café. Acrescente a essa diversificação a gradativa mecanização nas lavouras, o que, conseqüentemente, culminava por desativar postos de trabalho de muitos trabalhadores rurais. Assim, gradativamente, o café cedeu lugar às pastagens para pecuária e a extensas áreas para agricultura mecanizada. A mão de obra ociosa que era empregada em atividades laborais nas plantações de café, essa mão de obra, agora sem alternativa de trabalho, teve que buscar trabalho em outras regiões do país.

Nesse ínterim, dados os fatores acima explicitados, ocorrência da fatídica “geada negra” em 1975 foi apenas um dos fatores que contribuíram para a drástica redução do cultivo de café no município. Ao contrário da minha hipótese inicial neste trabalho, as lavouras de café não deixaram de ser plantadas em Matelândia após a destruição provocada pela geada. Na verdade, pelos dados estatísticos daqueles anos anteriores a 1975 e posteriores, o que ocorreu foi um gradativo processo de reorganização agrícola local. Assim, no distrito de Agro Cafeeira e em outras localidades próximas, o café foi substituído por pastagens e por outras culturas, isso ocorrendo por outras razões que a geada. Até porque, em regiões mais distantes no núcleo urbano municipal, o café continuou sendo cultivado em proporções significativas — fato que é evidenciado por outras fontes relativas a dados socioeconômicos do município. Um dos documentos analisados é o denominado “relatório dos aspectos físicos, humanos e socioeconômicos do Município”, de autoria da administração do município de Matelândia e datado de 1977. Tal relatório foi produzido com o interesse local de buscar, por intermediação do governo estadual, encaminhar esses dados ao governo federal no intuito de requerer e justificar a instalação de uma agência do Banco do Brasil no município. O relatório faz um levantamento positivo da realidade socioeconômica local, para isso mencionando a grande

quantidade de estabelecimentos agrícolas e de pequenas propriedades. O relatório mostra ainda informações como a grande distância de algumas localidades da sede municipal, a perspectiva de ligação do município a novas estradas projetadas na época para o futuro. Dados da produção agrícola local e previsão de safra para os anos de 1978/1979 também estão evidenciados no relatório e constam do quadro abaixo.

TABELA 8: RELATÓRIO: ASPECTOS ECONÔMICOS DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA (1977).

AGRICULTURA		
SOJA	21.400 há	51.360 t
MILHO	27.000 há	64.800 t
TRIGO	8.800 há	7.920 t
MENTA	1.700 há	70 t
FEIJÃO	2.400 há	2.640 t
FUMO	203 há	430 t

- CAFÉ (RELATÓRIO FORNECIDO PELO IBC) Com aproximadamente 9.000.000 de pés plantados e uma previsão safra 78/79 da ordem de 200 a 250 mil sacas de café em coco.

FONTE: Aspectos econômicos do município. Dados econômicos. Ano corrente de 1977. Município e comarca de Matelândia. Relatório. Aspectos físicos, humanos e socioeconômicos do município. Folha 7. Matelândia: 1977.

Os dados do quadro acima, extraídos desse mencionado relatório dos aspectos econômicos do município, permitem constatar um notório papel de destaque que o governo local atribui à produção de café no município. Embora Matelândia possuísse áreas significativas destinadas a cultivos diversos e à pecuária, o café ainda detinha posição de destaque e relevância, seja por sua importância econômica, seja como referência simbólica e cultural — uma página inteira do relatório é ocupada somente sobre a importância da cafeicultura local. A intenção de demonstrar a importância desse cultivo no município, no contexto do ano de 1977 visava, além de expor o “potencial” produtivo local, justificar a instalação da agência bancária no município. Ainda segundo o relatório produzido pelo governo municipal:

O Instituto Brasileiro do Café – IBC – tem a sede do agrônomo aqui em Matelândia, cuja orientação técnica é sensível em todos os setores da economia cafeeira. A safra cafeeira de 78/79 é estimada pelo IBC em 200 a 250 mil sacas do café em coco, que estará gerando um movimento financeiro jamais visto neste município. (RELATÓRIO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA. 1977. Folha 8.)

Segundo esses dados, a expectativa de “lucro” em relação à próxima safra no contexto socioeconômico do ano de 1977 era grande, ao menos do ponto de vista da administração do município de Matelândia. Em outro trecho do relatório reitera-se que havia uma expectativa “positiva” com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a formação do lago, e a sua influência no cultivo do café na região. O segundo ponto refere que, com a mudança do clima (tornando-se mais úmido e mais quente), tudo repercutirá positivamente para o desenvolvimento das lavouras de CAFÉ, com o afastamento de possíveis geadas, em virtude de novas radiações solares, por causa das águas (RELATÓRIO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA. 1977. Folha 17 - grifos nossos). Já o quarto ponto expõe que “[...] a mudança no clima servirá de incentivo ao plantio de novos cafezais, quando Matelândia terá condições de ampliar desde já a área plantada” (Idem, Folha 17).

Analisando pontos descritos acima no relatório, é possível perceber, no mínimo, um discurso favorável à construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, pois em razão da perspectiva de que o município não seria afetado em sua área territorial pela inundação provocada pela construção da barragem. Haveria uma “influência positiva” do lago de Itaipu para o cultivo de café, pois ele seria um fator “repelente” de possíveis geadas. Nesse contexto, é perceptível a expectativa positiva da administração municipal com a cafeicultura local, e também com outras possibilidades positivas que a formação do lago traria ao município. Uma dessas possibilidades seria a de que a formação do lago provocaria o aumento do nível de rios e conseqüente mudança de traçado dessas rodovias e estradas que faziam a ligação entre a Rodovia BR-277 e municípios como Missal e Santa Helena:

O aumento desse fluxo rodoviário e movimento comercial em geral trará progresso e desenvolvimento às vilas e aos distritos de Matelândia, por onde passam a JG-001 – Rodovia Municipal de Matelândia, dando assim o escoamento ao tráfego e à produção de uma vastíssima área que ligará com a cidade de Matelândia. Originando um grande desenvolvimento ao comércio e em especial aos bancos instalados em Matelândia. (IDEM, Folha 18 - grifos nossos).

Analisando o trecho acima do relatório, percebe-se novamente a presença do discurso progressista e desenvolvimentista ligado aos interesses econômicos locais. Esse discurso estava fundamentado na possibilidade de mudança de rota de tráfego de veículos em virtude da previsão do alagamento de terras provocado com a cheia do lago de Itaipu e dos rios da região que desaguavam no rio Paraná. A possibilidade de um aumento do fluxo de veículos em uma rodovia municipal — a JG-001 — favoreceria os cafeicultores na medida em que a rodovia teria uma maior “importância” logística para a região. Assim, possivelmente, o

município receberia um aumento no repasse de verbas do governo do Estado para a manutenção dessa rodovia, o que favoreceria a população local. Anteriormente, no contexto de 1977, na análise de alguns pontos do relatório socioeconômico do município, é visível a presença de um discurso valorativo local. Tal discurso é favorável às obras de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e é nítido o apoio ao governo militar brasileiro na época — além de que a expectativa quanto à safra de café no ano posterior, de 1978/79, era grande.

Apesar de os dados estatísticos apontarem a existência de significativas plantações de café e produção econômica no Oeste do Paraná e na microrregião do município de Matelândia, é imprescindível analisar mais a fundo as motivações que levaram os colonos sulistas e, posteriormente, nortistas a apostarem no cultivo de café no município de Matelândia. Ainda que as fontes bibliográficas até aqui analisadas apontem motivações pessoais do tipo de “febre do plantio de café”, outros fatores de promoção da imigração e atração de mão de obra de trabalhadores “nortistas” possivelmente também influenciaram o plantio de café em Matelândia. Em minha pesquisa procuro, porém, me ater à relevância e à dimensão simbólica e cultural que o cultivo de café representou para o município de Matelândia.

2.3 Bandeiras, simbologia e representação

Atribui-se aos símbolos a capacidade de representação de valores e de identidades que podem estar relacionados a determinados grupos ou à ideologia que os representa. A imagem que determinados símbolos expressam, ou a ideologia à qual eles estão ligados, vai de acordo com o contexto em que estão inseridos ou que representam: “Por essa razão é que a interpretação do símbolo deve inspirar-se não apenas na figura, mas em seu movimento, em seu meio cultural e em seu papel particular aqui e agora” (TEMPSKI-SILKA, 2003, p. 7).

Os brasões, as bandeiras e os hinos, desde os primórdios da civilização e da formação dos primeiros reinos, já eram usados como uma forma de identificação de grupos humanos ou sociais. Com base nas considerações de Hobsbawm (1984), em *As Invenções das Tradições*, reitera-se que os brasões e as bandeiras, além da representação da soberania de Estados e governos, trazem valores e identificações expressos nas suas cores, desenhos e características que expressam a identidade de determinado grupo de poder ou “nação”. Brasões e bandeiras, entre outros símbolos, também podem ser entendidos enquanto forma de representação, de identidade ou de possíveis valores e ideais ligados a determinado grupo pertencente a essa sociedade. Ou ainda, pode estar expresso de forma que os sujeitos que convivam em

determinado espaço governado se identifiquem enquanto pertencentes a um Estado ou nação, seja pelas cores, seja pelos valores expressos nesses símbolos. É possível que a bandeira e o brasão de determinado grupo tenham um viés de representação político-ideológica, se não pela figura do político, possivelmente pelo lema e pela representação de valores expressos.

Tomando por base as discussões de Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, esses símbolos podem estar caracterizados por um “capital simbólico” ou representar um “poder simbólico”. Para Bourdieu, os sistemas simbólicos “[...] têm o mérito de designar explicitamente a *Função social*” (BOURDIEU, 2007, p. 10). Por um lado, é possível que a bandeira e o brasão, em determinado contexto histórico, cumpram sua função social ao representar valores, identidades dos sujeitos, ou, de outra forma, que haja uma identificação da maioria das pessoas de determinado local que convivem naquele determinado território, delimitado por fronteiras que compõem o município. Com os elementos e a forma como está expressa a simbologia da representação do governo municipal, é pertinente destacar:

Os símbolos são instrumentos por excelência da <<integração social>>: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 2007, p. 10).

Partindo desse pressuposto, é possível que alguns símbolos utilizados nos brasões e nas bandeiras podem destacar valores morais de bem comum. Por outro lado, porém, podem representar a reprodução de valores culturais e econômicos dos grupos dominantes ou dos políticos locais. No caso do município de Matelândia, a simbologia expressa no primeiro brasão e na sua primeira bandeira poderia estar relacionada à cultura e à etnia dos primeiros grupos de colonizadores ou, ainda, teria alguma ligação com a economia e a diversidade produtiva local ou recursos naturais no município. Anderson, em *Comunidades Imaginadas*, descreve a relação existente entre os *túmulos de soldados desconhecidos* e o fato de esses túmulos serem considerados um importante símbolo nacionalista. O significado cultural e ideológico de alguns símbolos ou de algumas cores presentes nas bandeiras pode estar relacionado à identificação de grupos locais com a região que a bandeira ou o hino estão representando.

Outro elemento importante refere-se à representação geográfica ou de elementos que representem as “riquezas naturais” locais. Essa representação remete elementos homogêneos a determinados grupos, elementos que, indiretamente, sinalizam a ideologia do “progresso” e

do “desenvolvimento econômico”. O discurso pautado no desenvolvimento era direcionado à quase “totalidade” da população, mas, em uma sociedade estratificada e estruturada em um modo de produção capitalista, a representação do desenvolvimento voltado a todos os segmentos sociais dificilmente iria além da representação simbólica. Por outro lado, a bandeira e o brasão possuem um cunho político ideológico importante, considerando-os enquanto símbolos de soberania local e de representação política. Jurt, em *Brasil: um Estado-Nação a ser construído — o papel dos símbolos nacionais, do império à república*, discute a importância dos símbolos nacionais e da simbologia no processo de construção e de legitimação do governo imperial e, posteriormente, da República no Brasil. Para Jurt, “[...] aos símbolos nacionais cabe uma função central, uma vez que visualizam de modo marcante os valores e conteúdos da autodefinição política de uma comunidade, através dos quais os cidadãos conhecem e reconhecem sua identidade política” (JURT, 2012, p. 471).

Um exemplo interessante do uso da simbologia para representação, ou na tentativa de construção de uma identidade local ou regional, é o movimento artístico e cultural conhecido como “paranismo”. Esse movimento teve ampla repercussão no Estado do Paraná, sobretudo na década de 1920, enquanto movimento artístico, cultural e ideológico, na busca de um símbolo ou características que representassem a identidade do paranaense:

Na verdade, o que se viu foi a transposição de um projeto identitário, que seria mais local para o nível do total, ou seja: a identidade pretendida para o Estado do Paraná adequava-se a sua capital, mas não necessariamente ao restante do território. A “divisão” populacional que se formava, sobressaindo de um lado os imigrantes europeus, próximos à região de Curitiba e, de outro, as centenas de paulistas, gaúchos e mineiros que migravam para o Paraná. (BAHLS, 2007, p. 68).

Considerando a pluralidade étnica do Paraná, tendo em vista os imigrantes de diferentes nacionalidades, e suas colônias instaladas em diferentes municípios no Estado, mostrou-se necessária a criação de símbolos que representassem as diferentes “etnias e sistemas culturais” que compunham a identidade paranaense: “Na visão dos intelectuais da época, era preciso construir uma noção identificadora para o território, e criar tradições que possibilitassem estabelecer a relação entre espaço e sociedade” (SZESZ, 1997, p. 143). Era necessário “forjar” uma identidade do “ser paranaense”, ainda que fosse na figura do imigrante, mas tendo base em ideais ligados ao “trabalho”, ao “progresso” e ao “desenvolvimento”. Da mesma forma, “[...] através da arte, portanto, esses homens tentarão construir esta identidade cultural do Paraná, onde até mesmo um tipo ideal será forjado apesar de toda a heterogeneidade da região, que através da mistura de raças dificultava tal

construção” (PEREIRA, 1996, p. 161). O movimento paranista mobilizou escritores e artistas, entre outros intelectuais ligados à cultura, na tentativa de construção de símbolos ou de uma representação do “paranaense”. Embora, no caso da bandeira e do brasão municipal de Matelândia, não tenha ocorrido tamanha mobilização, esse movimento nos fornece elementos importantes para a discussão da representação e simbologia expressa na bandeira municipal.

2.4 O escudo e o ramo de café. A bandeira do município de Matelândia, simbologia representação e identidade

O cultivo do café tem uma conotação histórica interessante no município de Matelândia, e estava representado inclusive no primeiro brasão da bandeira do município, emblema elaborado após a emancipação do município (em relação a Foz do Iguaçu) em 25 de julho de 1960. É preciso, *a priori*, ressaltar que essa emancipação não surgiu de uma mobilização política nem popular para a criação do município. Ressalto isso em vista do fato de que, segundo Colodel, no seu livro *Matelândia: história e contexto*, não há nenhuma menção a um possível clamor popular em defesa de valores identitários que favorecessem a emancipação. Segundo Colodel:

Pelo que pudemos constatar junto aos entrevistados, fica claro que a criação do município de Matelândia pouco teve a ver com os anseios da sua comunidade, chegando até a pegar de surpresa os seus moradores. O próprio município de Foz do Iguaçu não se posicionava contrário à criação de novas unidades municipais em seu território, de grande extensão e praticamente administrável, dados os poucos recursos com os quais contava a prefeitura naquela época. (COLODEL, 1992, p. 340).

A partir da interpretação de Colodel, ao entrevistar antigos moradores do município, conota-se que provavelmente não tenha ocorrido, nenhum apelo popular favorável ou contrário à escolha da imagem da bandeira e do brasão do município. Ainda pela argumentação de Colodel e também em relação aos sujeitos entrevistados, não é perceptível nenhum anseio popular ou uma possível disputa político-ideológica em relação à representação simbólica do recém-criado município.

Em relação ao antigo brasão do município de Matelândia, não foram encontradas maiores informações quanto à sua origem e autoria. A única fonte obtida foi uma cópia do antigo brasão impressa em papel e uma breve descrição das suas cores e símbolos, e os seus respectivos significados.

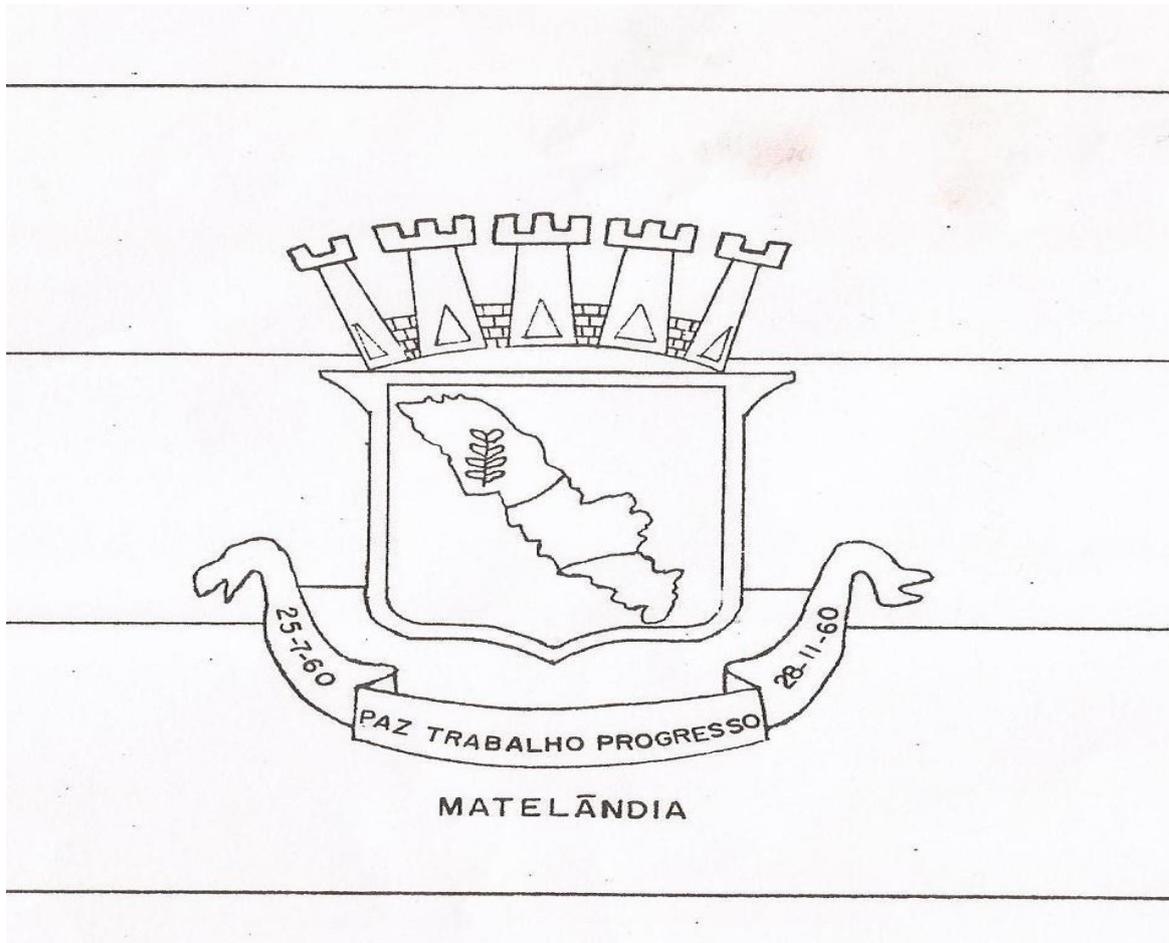


Imagem 3. Brasão antigo do município de Matelândia. (1960-1995). Fonte: Arquivo do museu municipal de Matelândia, Paraná. Autoria desconhecida.

A imagem acima é uma cópia daquela da antiga bandeira do município de Matelândia. Trata-se de um mapa que significa a representação geográfica e a delimitação territorial do município, no contexto da década de 1960 e em forma de escudo. Encontrado no arquivo municipal, há um documento em papel, sem identificação de data ou autoria, com o registro do significado dos símbolos e das cores presentes na bandeira. O escudo é o “símbolo municipal, que significa nobreza, amparo, defesa” e a parte azul abaixo do escudo “representa as águas, os rios existentes no município”. Características próximas são encontradas no movimento “paranista”, em que há exaltação das matas, dos rios e até do “ar” do Estado do Paraná. As torres presentes na parte superior do escudo simbolizam a “união da cidade, cercada com muralhas que garante uma fortaleza” — trata-se de desenho inspirado nas muralhas de castelos medievais europeus.

Em relação ao mapa presente no escudo, são perceptíveis claramente três divisões “territoriais e simbólicas” e distinguidas por três cores diferentes. A parte norte superior do

mapa do município está representada na cor amarela, que, segundo a descrição, representa cereais diversos produzidos no município. Geograficamente, essa área corresponde atualmente aos distritos Agro Cafeeira e Vila Esmeralda e aos atuais municípios de Ramilândia e Diamante do Oeste (que, na época da criação da bandeira municipal, eram apenas vilas pertencentes à Matelândia).

Outro elemento interessante é a presença de um ramo de café, na parte superior amarela do mapa do município — ramo de café que, segundo a descrição, está representando a “principal riqueza do município”. Esse elemento fornece um indício interessante, relacionado ao cultivo de café até meados de 1975, quando o cultivo de café entrou em franco declínio devido, principalmente, à ocorrência de forte geadas. Outro elemento interessante nessa representação é a relação entre as correntes migratórias e o plantio de café no município, considerando que levas de trabalhadores rurais se deslocaram para a região atraída pela oferta de mão de obra nas lavouras de café e, posteriormente, de rami. Destaca-se, nesse contexto, a frente migratória “nortista”, composta de migrantes originários do norte do Paraná e de estados como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, entre outros. Tudo tem ligação com o fato de que as lavouras de café e rami se concentravam nessa região mais ao norte, representada no mapa no brasão da bandeira municipal, embora se deva considerar que “[...] a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (BOURDIEU, 2007, p. 115).

A região central do mapa, no centro do escudo, está representada em verde-claro, o que, segundo a descrição do arquivo, “representa as pastagens, e qual a região em que está localizada no município”. Mais ao sul e a leste no mapa, ali consta uma área do mapa representado em verde-escuro. Segundo a descrição do arquivo, “representa a mata virgem”, a área territorial do município que está dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Segundo dados estatísticos do IBGE e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) de 2010, a superfície total da área do município de Matelândia atualmente é de 642 km², sendo que 56,49% da área total do município se encontra dentro do Parque Nacional do Iguaçu, e 19,87% da área total do parque se encontra dentro da área pertencente ao município (IBGE/IPARDES, 2010 apud SILVA, 2011, p. 75).

Por último, abaixo do escudo há uma faixa branca com a inscrição dos ideais de Paz, Trabalho e Progresso ali representados. De acordo com a descrição, *Paz* “Quer dizer tranquilidade pública, concórdia do povo”. *Trabalho*, “Serviço, esforço em comum de um

povo unido”. *Progresso*, “Desenvolvimento, marcha em frente do povo, transformação social”. Os dizeres simbolizados, na faixa abaixo do escudo, e representados no brasão do município, têm origem positivista, e também estão presentes na bandeira do Brasil. A palavra “progresso” remete a desenvolvimento, que, possivelmente, remete à lógica do discurso do progresso pelo trabalho, muito presente na retórica e no discurso do trabalhador rural “sulista”. Esse discurso é reforçado pelo discurso de “valorização” do trabalhador sulistas por parte das companhias colonizadoras e silencia qualquer importância às outras frentes migratórias na colonização regional, onde, segundo o imaginário popular, prevaleciam as ações de jagunços, posseiros ou de “forasteiros” sem lei naquelas décadas de 1960 e 70. Assim, com base na discussão de Woodward e Hall, em *Identidade e Diferença*, a classificação simbólica pode estar relacionada a um sistema de controle social:

Isso sugere que a ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre “locais” (*insiders*) e “forasteiros” (*outsiders*). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem e são relegados ao *status* de “forasteiros”, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. (WOODWARD, 2003, p. 46).

O termo “progresso” também é questionado se se considerar que desenvolvimento e transformação social nem sempre são sinônimos de melhoria de qualidade de vida. O desenvolvimento não é homogêneo a todas as classes sociais, considerando a lógica de acúmulo de capital e o desenvolvimento idealizado pelas companhias colonizadoras — desenvolvimento esse voltado ao crescimento da colônia e, posteriormente, à possibilidade de implantação de agroindústrias centradas na produção agrícola local.

É possível ainda questionar a fundamentação étnico-racial do discurso do “progresso”, e desenvolvimento. Ocorre que esse discurso pode não ter se fundamentado no Oeste do Paraná com base em raízes étnicas ou culturais. Companhias colonizadoras como a Maripá e a Colonizadora Matelândia, entre outras, forneciam uma estrutura básica de alojamento provisório e serviço de maquinário para a abertura de estradas. Além disso, desenvolveram toda uma infraestrutura, como a construção das primeiras escolas e igrejas, entre outras estruturas sociais, de forma a garantir a permanência dos colonos na região. A infraestrutura básica fornecida pela Colonizadora Matelândia visava atender às necessidades básicas onde o Estado não oferecia suporte.

O contrato de venda e cessão de glebas no Oeste do Paraná foi uma alternativa encontrada pelo governo do Estado para ocupar a região de fronteira. A negociação entre as partes

envolvia interesses do governo do Estado na ocupação dessas terras consideradas “devolutas”, e interesses das companhias colonizadoras na exploração econômica dos recursos naturais. Posteriormente, com a ocupação e colonização por meio do estabelecimento dos colonos, a criação e manutenção de uma estrutura básica, além da criação de escolas, alojamentos, entre outras estruturas, ficava a cargo também das companhias. O acordo favorecia a ocupação e colonização da região pela ação de companhias colonizadoras de capital privado. Ao mesmo tempo em que desobrigava o Estado de obrigações básicas como a criação e manutenção de escolas, hospitais, nessas novas áreas de colonização.

Dessa forma, alguns colonizadores e pessoas ligadas às companhias colonizadoras se encarregavam do serviço básico de abertura de ruas e estradas, presenciaram e participaram das profundas transformações que ocorreram em poucas décadas. Com o crescimento dos pequenos vilarejos e a estruturação dos povoados, é possível que o discurso progressista tenha se fundamentado com princípio na ação das colonizadoras e dos sujeitos na transformação do espaço local. Assim se fundamentou uma imagem valorativa desses sujeitos ligados ao “progresso”, desenvolvimento local por meio do trabalho.

Assim, foi dessa forma construindo um discurso modernizador e progressista pautado no papel dos colonizadores sulistas e das companhias colonizadoras na região. Dessa forma, suas ações estavam voltadas à superação das dificuldades da época. Fossem dificuldades de topografia ou de falta de recursos, valorizaram a imagem e o papel de alguns imigrantes “sulistas” na transformação do espaço local.

As relações de alteridade, presentes nas décadas de 1960 e 70, são baseadas principalmente no amparo cultural de determinado grupo, o que me permite classificar um grupo e diferenciá-lo do outro. Analisando, o processo migratório Matelândia, a divisão geográfica do território municipal, em três áreas distintas é notável, com a presença de fronteiras simbólicas, ou ainda étnicas, isto considerando a perspectiva de pluralidade étnica do município de Matelândia e parte da mão obra que se deslocou para a região em virtude da demanda por trabalhadores nas lavouras de café. No caso de Matelândia, a colonização iniciou-se no início de 1950, com a vinda dos primeiros migrantes “sulistas”, que fixaram residência na região. Entende-se, contudo, que essa diferenciação se estabeleceu com a migração “nortista”, de trabalhadores e famílias. Isso ocorreu principalmente em virtude da “febre” do plantio de café e hortelã em Matelândia até o ano de 1975, quando o cultivo entrou

em declínio com a dizimação das lavouras de café, sobretudo, devido à ocorrência de fortes geadas, no caso do café, como a conhecida “geada negra”, em julho de 1975.

Em relação ao café, é preciso enfatizar a questão da imagem do ramo de café, simbolizado na região superior ou norte do mapa do território do município de Matelândia. A representação do ramo de café na bandeira do município e a descrição de sua representação enquanto principal riqueza do município reflete a importância do cultivo do café na perspectiva econômica, e também simbólica, por estar representado na bandeira municipal. Ao analisar as leis e os decretos municipais, foi constatado que, quanto ao timbre municipal, com a representação do brasão, o mesmo ramo está presente na bandeira do município e começou a aparecer nos documentos oficiais somente em meados de 1968, o que justificaria a simbologia e o emprego do ramo no brasão da bandeira municipal. A sua inscrição representa a principal riqueza do município. Sabe-se agora, porém, que esse do ramo na bandeira do município, embora indique a importância econômica do café para o município de Matelândia, de certa forma, já logo após a ocorrência do fenômeno climático da geada, ocorreu a destruição praticamente total das lavouras de café no município, e em 1975, o café perdeu a importância que tinha anteriormente na região, embora seu plantio tenha se retomado em algumas localidades no interior de Matelândia. Considerando o longo tempo para o replantio após a geada e o longo período de desenvolvimento de novas lavouras de café até a sua colheita, a atividade acabou se tornando inviável para muitos agricultores. Dessa forma, as lavouras de café perderam espaço para cultivos como soja, milho e trigo, lavouras cujo período de plantio, desenvolvimento e colheita e bem menor que o do café.

Por outro lado, os cereais diversos, além do café, expressos no ramo e na cor amarela, no mapa⁴, podem estar relacionados à identidade do migrante “sulista” e “nortista”, significando que, possivelmente, os sujeitos inseridos naquele espaço se identificam com os símbolos municipais e os valores ali representados: “Assim a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social” (WOODWARD, 2003, p. 10). Essa seria uma compreensão do espaço do município e de suas frentes migratórias partindo da perspectiva da heterogeneidade, respeitando-se as diferentes identidades e culturas presentes no mesmo espaço. Há então uma “tentativa”, de “homogeneizar” as diferentes identidades e perspectivas dos migrantes. O uso dos termos “trabalho” e “progresso”, enquanto símbolos de representação e “desenvolvimento

⁴ Para ver o Brasão descrito em cores, ver a imagem do brasão nos anexos, e na página 63.

social” permitiria transmitir valores e ideais de identificação mútua aos diferentes grupos e sujeitos estabelecidos no município, delimitado por suas fronteiras naturais e simbólicas.

Assim, mesmo quando os hinos ou brasões são criações encomendadas a autores estranhos à comunidade, constituem testemunho importante. Se não foram criados por munícipes, os símbolos são por eles aceitos e reconhecidos como representativos de seu pensamento. Lembremos que os símbolos resultam da convergência de ideias, de construções convencionais; tornam-se legítimos porque têm a cultura vigente na base. (HUPPES, 2002, p. 78 apud NICOLINI, 2013, p. 78).

Assim, o ramo de café é visto enquanto um produto da economia “local” e fator de relevância simbólica e cultural na constituição do brasão municipal. Nesse sentido, a simbologia é usada enquanto forma de identificação e de reconhecimento em um município onde temos a presença de migrantes “nortistas” e “sulistas” e, a princípio, não temos indícios de identidade de valores de um grupo único. Nessa perspectiva, o ramo de café representava o seu plantio por migrantes de diferentes etnias e um cultivo expressivo que era símbolo da identidade local e, dessa forma, visto e aceito.

Essa população agora identificada no ramo de café é notável a presença não somente de diferentes grupos migrantes, mas de diferentes formas culturais, a se pensar nos termos da discussão de Giménez, em *Cultura, Identidade y Memória*, em que há uma relação dialética indissociável entre as diferentes culturas a partir da perspectiva de *hibridização cultural*: “Desde essa perspectiva, podemos decir que no existe cultura sin sujeto ni sujeto sin cultura” (GIMÉNEZ, 2009, p. 9). No caso de Matelândia, todavia, essa divisão territorial ou simbólica presente no mapa, e no escudo na bandeira do município, em uma primeira análise não vai além da representação das “riquezas e valores” do município e sua população. Isso a considerar a bandeira enquanto símbolo da representação do município e sua existência perante as outras. Segundo Woodward (2003), porém, a “territorialidade” não é “essencializada”, não é possível homogeneizar os diferentes grupos sociais inseridos no mesmo território. De modo geral não há uma identidade única, pois as representações propostas na bandeira evocam identidades híbridas. Elas se constroem e se reconstroem, com base no contexto e no espaço em que se inserem.

No caso do café no município de Matelândia, é certo que até 1975 foi importante para a economia local, mas o seu cultivo era simbolicamente de fato “importante” para a população local? O cultivo do café poderia ser associado à imagem dos trabalhadores que migraram para trabalhar nas lavouras ou, ainda, associado ao trabalhador sulista que cultivava o café como se

fosse uma categoria? Ocorre que, após a destruição dos cafezais em todo o Estado do Paraná por conta, principalmente, do fenômeno climático conhecido como “geada negra”, em 1975, o café deixou de existir e ser replantado em algumas localidades do município, embora ainda continuasse presente em sua forma simbólica na bandeira municipal até o ano de 1996, quando foi reformulada.

Uma hipótese que levanto é que, embora o café continuasse sendo plantado e produzido em algumas localidades do município após a ocorrência da geada negra em 1975, essa produção foi perdendo expressão e valor simbólico havido no contexto anterior. Um segundo ponto que questiono é referente à representação simbólica do ramo de café no brasão, geograficamente representado na região noroeste do município, onde se localizam atualmente os municípios e anteriormente até sua emancipação os distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste. A emancipação dos respectivos municípios de Diamante do Oeste ocorre em 21 de dezembro de 1987, mediante a Lei Estadual n.º 8.674, e Ramilândia em 30 de janeiro de 1991, mediante a Lei Estadual n.º 9.562 (vide sites das Prefeituras Municipais de Diamante do Oeste e de Ramilândia). Com a emancipação desses dois municípios, que anteriormente eram distritos de Matelândia, seria contraditória a sua representação territorial geográfica ainda que simbólica e não denominada no brasão do município de Matelândia. Considerando esses fatores, é plausível a justificativa de alteração do brasão e da bandeira municipal, embora ainda se devesse questionar se seriam essas as únicas justificativas ou motivações para a mudança da bandeira e brasão?

A súmula do Projeto de Lei n.º 04/1996 “Dispõe sobre formas de apresentação dos símbolos do município de Matelândia e dá outras providências”. Esse projeto de lei municipal, de autoria da Câmara do município, propunha a alteração da antiga bandeira e brasão municipais. Um elemento que chama a atenção é a justificativa do projeto de lei, pois dizia que visava à alteração da bandeira, assim como os símbolos municipais: “[...] determina o artigo 2º da lei Orgânica do Município de Matelândia que são símbolos municipais, a Bandeira, o Hino e o Brasão, por representarem a nossa cultura e história” (PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 04/1996). Nesse ponto é pertinente questionar o papel dos símbolos municipais enquanto representantes da cultura e da história local. O argumento utilizado é plausível se considerarmos a simbologia empregada no antigo brasão, a presença do ramo de café e as demais cores empregadas na região central do mapa em amarelo em que representavam as “riquezas” econômicas locais.

Nessa perspectiva, a produção econômica local e sua presença do brasão no município demonstrava a intenção de representar, por meio do que era produzido, parte da cultura e até da identidade local. Do mesmo modo, quanto à história local, pois, na visão da administração municipal, era representada pela simbologia expressa no brasão, ou ainda considerando a migração e estabelecimento dos primeiros migrantes “sulistas” e, posteriormente, os migrantes “nortistas”, que deram ênfase à produção de café na localidade. Em outro trecho do documento, em que se encontra a justificativa do projeto de lei para a mudança do antigo brasão, é notável a preocupação de se demonstrar a presença territorial e geográfica do município dentro de determinado contexto histórico, assim descrito. A representação do mapa do “território”, do município, teria por base a questão da autonomia e soberania locais. Também poderia estar ligado a uma relação de pertencimento ao Estado do Paraná, utilizando o ramo de café enquanto elemento de construção de uma territorialidade local, assim preservando a ideia de pertencimento e considerando que o Paraná era um dos maiores produtores de café do Brasil nas décadas de 1960 e 70.

Embora a bandeira municipal tenha sido alterada, o discurso de pertencimento e de delimitação em relação a um espaço territorial do município está presente inclusive já na justificativa do projeto de lei municipal do ano de 1996: “Num sentido mais amplo, será um referencial para que nos integremos dentro de um contexto cultural e histórico, valorizando nossa presença num espaço geográfico definido institucionalmente” (PROJETO DE LEI MUNICIPAL N°04/1996). Como já mencionado anteriormente, com a emancipação dos municípios de Diamante do Oeste (1987) e de Ramilândia (1991), sob essa perspectiva a redefinição da territorialidade do município e a reformulação do Brasão, enquanto símbolo de representação, se mostrou necessária. A nova bandeira e brasão municipal foram criados pela Lei municipal n° 1.021/1996, que “*Dispõe sobre a forma de apresentação dos símbolos do município de Matelândia e dá outras providências*” (Lei n° 1.021/1996) Por meio dessa lei municipal, o antigo brasão e a bandeira municipal de Matelândia foram alterados, embora a faixa branca abaixo do Brasão, com dizeres “Paz, Trabalho e Progresso”, permanecesse na atual bandeira e brasão municipal.

O geógrafo brasileiro Milton Santos, em suas obras, além de outras questões, discute a concepção de espaço e território, e como esses princípios são construídos historicamente. Utilizando a base metodológica do “materialismo histórico-dialético”, o autor analisa como se constituem as relações sociais entre os sujeitos dentro de determinado espaço ou território. Essas considerações são importantes para discutir a ocupação de determinados espaços

voltados ao cultivo de café. A sua representação simbólica dentro de um espaço territorial do município, representado pelas subdivisões no Brasão, de forma que a representação do ramo de café pode não estar ligada tanto a questão dos grupos, considerando o município de Matelândia enquanto um espaço de encontro de migrantes e frentes migratórias. Assim, diferentemente, é possível que a representação do café tenha relação com o princípio de “identidade territorial” do município perante o Estado.

Assim, compreende-se que o espaço é organizado socialmente, ele é fruto das relações sociais e da negociação de valores e de identidades dentro de um território delimitado e constituído (SANTOS, 1979). Entende-se, então, que essas lógicas de negociação de valores e identidades se alteram de acordo com o contexto histórico vivido: “Assim, território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo” (SILVA; SAQUET, 2008, p. 31). Assim, posso considerar que, em Matelândia, havia um território ao qual foi atribuído o cultivo de café. E a imagem do ramo dessa planta, compreendida enquanto símbolo de representação territorial do município, também estaria ligada à identidade dos moradores locais. Analisando o fluxo migratório para o município nas décadas de 1950 a 70, há que se considerar que estava ausente uma identidade que predominasse sobre a cultura, costumes e identidade de toda a população local. É possível, assim, a existência do princípio de uma identidade híbrida no município e decorrente da construção de uma territorialidade predeterminada em um espaço social delimitado.

Abordando os conceitos de território e identidade, a representação do café no município pode estar associada ao princípio de “identidade territorial” local. Assim, o café, entendido enquanto um cultivo predominantemente “nortista”, cultivado em regiões do norte e noroeste do Estado do Paraná, se “popularizou” também na região oeste do Paraná em alguns municípios formados por migrantes sulistas.

Em alguns municípios colonizados no mesmo período de colonização de Matelândia é notável a representação étnica, identitária e cultural. Um dos exemplos é referente à arquitetura das construções locais também de portais na entrada de alguns municípios, que remetem a colonização local por determinada etnia. Esses símbolos locais evocam a uma identidade étnica local, de modo que há uma identificação ou não dos moradores locais em relação à determinada cultura ou identidade “predominante”. Esses elementos também

buscam reforçar o sentimento de pertencimento dos moradores locais e, de certa forma, a autonomia local perante o Estado.

Analisando, porém, as características multiculturais da colonização do município de Matelândia, que recebeu frentes migratórias consideráveis de migrantes sulistas e nortistas, não é perceptível, em um primeiro momento, a presença de uma identidade cultural local predominante no município. A presença do ramo de café na bandeira do município e sua utilização simbólica pela municipalidade podem estar relacionadas à criação de uma “identidade territorial local” pela combinação das correntes de migrantes sulistas e nortistas no município e, que a princípio, pela inexistência de fronteiras étnicas tampouco predominância de determinado grupo social ou cultura, tanto que o próprio hino municipal exalta o cultivo do café e do rami no município. Dessa forma, a construção de uma identidade territorial local visava à representação da existência e autonomia de Matelândia perante os demais municípios e também o Estado. A questão da identidade territorial local tinha relação com o cultivo do café no município de Matelândia. Assim é preciso enfatizar como a cultura, ou ainda simbologia relacionada ao cultivo, sobreviveu ao longo dos anos, mesmo após o cultivo ter entrado em declínio e desaparecer de Agro Cafeeira e de outras partes do município. É possível ainda pensar que a representação do ramo de café no brasão pudesse ter alguma relação com a significativa “importância” do café enquanto símbolo de representação de alguns municípios do Estado.

Outra fonte analisada é o Jornal Povo e Terra, editado e publicado em periodicidade média de dois meses pela Prefeitura Municipal de Matelândia. Esse jornal, possivelmente de circulação local e regional, iniciou suas primeiras publicações em 1984. Alguns elementos já chamam a atenção, dentre eles o nome “Povo e Terra”, bastante sugestivo quanto aos assuntos publicados, consistindo em diversas manchetes relacionadas às comunidades e aos distritos do interior do município e matérias relacionadas à agricultura e à educação local. No canto esquerdo superior, ao lado do título do jornal, é destacada a presença do antigo brasão municipal, e está ali inscrito enquanto fator representante da identidade territorial local. Outro elemento que se destaca é o certo teor crítico das publicações do jornal, com algumas pequenas charges críticas relacionadas a contexto político brasileiro da época, e a realidade socioeconômica local. É válido enfatizar que, além do característico teor crítico do jornal, suas publicações, relacionadas à vida no campo, quase sempre estão voltadas às pequenas propriedades. Diferentemente dos dados publicados no relatório municipal no ano de 1977,

esse jornal, embora seja de autoria da Prefeitura Municipal, expunha também os problemas locais enfrentados.

Desse modo, optou-se por analisar as publicações desse jornal enquanto fonte histórica documental produzida, em especial as relacionadas ao cultivo de café no município de Matelândia. Foram informações construídas considerando que o público de destino desse material era direcionado possivelmente para a população local do município no período.

Em relação às fronteiras simbólicas e à construção de identidades no município, ao analisar a imagem do brasão fica evidenciada a divisão territorial do mapa do município em três partes. Ainda assim não está evidente a presença de fronteiras simbólicas no brasão. O ramo de café possivelmente esteve associado ao encontro de diferentes fluxos migratórios e à formação de uma identidade territorial comum a todos os migrantes que se instalavam no município. Essas evidências levam a acreditar que não havia imposições ou restrições à vinda de imigrantes de determinadas regiões ou etnias para a região do município e, desse modo, a diferenciação entre os diferentes grupos que para ali migraram (nortistas, sulistas e nipônicos) estaria restrita à cultura e ao fenótipo de cada indivíduo e sem transferir distinções para a cultura dos demais grupos residentes no município.

Mesmo assim, contudo, ao analisar a matéria “Nossos Distritos e Vilas”, do Jornal Povo e Terra, edição nº 3 do ano 01 de 1984, ali se encontram diferenciações discursivas presentes na publicação. Segundo o jornal, as informações publicadas foram fornecidas por um vereador de Matelândia residente no distrito: “O encontro de duas culturas” é o subtítulo publicado no início da matéria, o que sugere dúvida interpretação em relação à migração, ao povoamento e à formação do distrito na visão do jornal (POVO E TERRA, 1984, p. 8). Segundo o jornal:

Quem reside em torno da sede municipal e mais ao sul logo constata que do Diamante reside outro povo, com costumes e maneiras diferentes de ver a vida e o trabalho para o seu sustento. É o povo que veio do norte, principalmente na esteira das grandes fazendas com a cultura do café, da hortelã, do rami, do algodão e da pecuária de corte. Mesmo assim transparece lá a presença do sulista, especialmente junto à liderança comunitária. É o encontro das correntes migratórias em todo o Oeste do Brasil. Tem-se consciência de que este fato sociológico exige um trabalho cultural específico. Todos sentem as diferenças. As lideranças geralmente são sulistas. Parece persistir um relacionamento de dominadores e dominados. (POVO E TERRA, 1984, p. 8).

Nesse discurso da matéria jornalística percebe-se uma notória relação entre a cafeicultura no distrito de Diamante do Oeste na época, hoje município, e a atração de migrantes nortistas para aquela localidade. Ao analisar o brasão do município e as respectivas subdivisões geográficas, a princípio não se percebe a presença clara de fronteiras físicas ou simbólicas. No processo migratório para o município, da década de 1950 prevalece a vinda de migrantes sulistas, processo que persiste ainda nas décadas de 60 e 70, porém em menor número. Daí para frente sucede a chegada de contingentes de migrantes nortistas, contingentes em grande parte atraídos pela oferta de trabalho nas lavouras de café e de rami em Matelândia, conforme destacado pelo *Jornal Povo e Terra*.

Como se viu, a matéria no jornal aborda o distrito de Diamante do Oeste, território na época pertencente à Matelândia. A imagem do ramo de café presente no brasão na porção norte do mapa do território do município sugere que, nessa região do município, estava concentrada a maior parte das lavouras de café. Ligando esse conhecimento dos fatos veiculados no jornal com a imagem do ramo de café no brasão, faz sentido que a maior parte da população local do distrito de Diamante do Oeste tenha origem ou fenótipo característico de migrantes nortistas.

O que chama mais a atenção é, contudo, o discurso de diferenciação sociocultural presente no jornal ao se referir à população do distrito: “Um povo diferente”. Obviamente a fonte aponta para a diferenciação do sistema de trabalho do nortista caracterizando essa diferenciação sociocultural em relação ao migrante sulista também presente no mesmo espaço. Partindo do princípio da construção de fronteiras simbólicas com base na discussão de Elias e Scotson, em *Estabelecidos e outsiders* (2000), é contraditório relegar diferença entre dois grupos que não são naturais naquele espaço, pois tanto nortistas como sulistas são ali imigrantes, ainda que a dinâmica de ocupação do espaço territorial do município tenha concentrado, em algumas localidades, maior número de migrantes de uma ou outra origem. Este fator é reflexo do setor produtivo, em que a maior parcela das lavouras de café se concentrava nas regiões norte e noroeste do município, o que compreende os distritos, na época, de Ramilândia e Diamante do Oeste. Assim é justificável a presença simbólica do ramo de café enquanto símbolo de representação de um cultivo e, subjetivamente, da cultura nortista ligada ao trabalho com o café — o mesmo café que, junto com a suinocultura em Matelândia no ano de 1984, segundo o jornal, “[...] estão desestimulados pela política de preço oficial” (POVO E TERRA, 1984, p. 9).

O jornal, ainda na mesma matéria, faz menção de “destacar” a presença sulista na administração local, embora a presença nortista na localidade seja consideravelmente maior. Essa presença sulista na administração local pode ter relação com questões políticas locais ou mesmo ainda pode estar ligada à diretoria da antiga Cia. Colonizadora Matelândia e a interesses privados, dos quais, no entanto, não se tem nenhuma informação ou evidência. Outra hipótese, mais plausível, é que a influência sulista na administração local remonte ainda à discussão iniciada no primeiro capítulo do trabalho, enfatizando que, na sua mentalidade do agricultor migrante no Sul do Brasil, a posse de uma propriedade de maneira que pudesse garantir um provimento futuro para os seus descendentes era muito importante. Essa lógica do empreendedorismo o transforma no colonizador, aquele que, no discurso progressista, “desbrava”, planta e colhe os frutos do seu trabalho. Dessa forma, o ser proprietário de terras lhe dava o *status* e o respeito, de forma que o modo de trabalhar do sulista o diferenciava do migrante nortista. E a questão de a administração local e as “lideranças locais” serem de origem sulista, isso é um reflexo dessa imagem construída ao longo de décadas do “sulista”. Essa diferenciação do migrante nortista também é perceptível em algumas entrevistas orais realizadas com moradores que viviam na região na época. A entrevistada é de origem catarinense, porém residiu vários anos no interior de São Paulo e no norte do Paraná, onde lidou com o cultivo de café. Posteriormente veio a se estabelecer em Céu Azul, quase na divisa com Matelândia, aproximadamente no ano de 1974, antes da ocorrência da geada negra em 1975:

Mas eles não tinham a visão dos “catarina” que nem eu te falei, eles não tinham essa visão que os catarina tinham, os catarina... Eram bem poucos bem poucos. Aí então o que comprou uma fazenda foi esse pai desses da fonte aí que tinha uma fazenda de café que depois acabou. Deixa eu ver quem tinha mais era paulista, quem tinha fazendona lá em Santa Rita era paulista também foram tudo embora. Que tinham, esses trabalhava ali no café não conheço nenhum que chegou a comprar terra. Por que eles ganhavam meio pouco no norte viajavam no norte, isso estrada. Não é igual o catarinense que fez esse ano esse tanto e vai pensar pra frente, né, o nortista, coitado, não crescia, não. (DARODA, Entrevista concedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, 4/12/2014).

Nesse caso, a visão da entrevista é reforçada pela ação da memória ao longo dos anos, ao mencionar a sua experiência pessoal na lida com o café. A experiência do migrante nortista, na visão dela, não foi muito promissora, devido a uma questão sociocultural e trabalhista do sujeito e à falta de visão de empreendedorismo. Embora ressalte que uma parte dos migrantes fossem catarinas, como mencionado pela entrevistada, ou sulistas de modo geral ou ainda paulistas, estes também classificados enquanto nortistas, migraram para a

Matelândia, mas já possuíam propriedades em outras regiões. Já possuíam certa estrutura que lhes garantia a possibilidade de compra de maiores áreas de terra. Essa realidade era diferente da do migrante nortista, que, geralmente, era pequeno proprietário ou trabalhador temporário, que migrava, mas sem muita perspectiva de crescimento econômico, devido à sua própria condição econômica.

Assim, indiretamente, formula-se um estereótipo, uma imagem estigmatizada do migrante nortista, em que o sistema de trabalho é elemento diferenciador entre sulistas e nortistas, mesmo ocupando o mesmo espaço e independentemente da origem das pessoas que migraram para Matelândia, sejam proprietários ou ainda na condição de trabalhadores temporários, ou meeiros. Na edição número 6 do Jornal Povo e Terra, de dezembro de 1984 a janeiro de 1985, aparece matéria referente ao distrito de Agro Cafeeira. Nessa matéria ressaltou a existência de um discurso próximo ao encontrado na matéria anterior referente a uma herança da migração sulista. Trata-se de fato que remonta ao tempo das colônias de imigração no Sul do Brasil, e se reconfigurou no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Matelândia. Ali fica explicitada a importância, para o sulista, da questão de ser proprietário de terras. Essa questão é evidenciada pela matéria com base em informações prestadas pelo vereador Juventino Duarte, vereador local do distrito de Agro Cafeeira:

E continua “a maioria das pessoas vieram como percenteiros de poucos latifundiários, isto é, trabalhavam dando uma percentagem de 20 a 25 por cento aos donos da terra. Aqueles que conseguiram comprar um pedaço de terra são famílias que vivem bem na vila; os que não conseguiram ainda vivem a penar por aí”. (POVO E TERRA, 1984,1985, p. 9).

Com base no trecho acima, fica evidente que a possibilidade de compra de um terreno era uma garantia de um futuro mais promissor. Não se pode, contudo, generalizar, considerando que esse é um discurso construído com base em experiências pessoais e com base na realidade local do distrito. Dessa forma, a compra de uma propriedade nem sempre era uma garantia de melhores condições de vida. Acreditar nessa garantia seria uma posição bastante subjetiva e complexa e que rende discussões, o que requer uma análise territorial e social mais específica em cada localidade — assunto que fugiria do tema desta pesquisa. Da mesma forma, o termo “progresso” aparece algumas vezes no jornal e alimenta diferentes discursos, principalmente de políticos e lideranças locais. E, tomando por base a relação entre o cultivo de café em Matelândia e as narrativas e discussões relacionadas, é interessante mencionar outro trecho do jornal referente ao distrito de Agro Cafeeira:

De 1954 até 1970, o café foi o grande propulsor do progresso através da fazenda Agro-Cafeeira chegando ao ponto do ex prefeito Olivio Massarollo ter pleiteado a ideia de mudar a sede do município para a vila. “No auge do café – 60 – 70 – existiam aproximadamente 15 milhões de pés de café” – revelação feita por Rineo Marcolin, filho de um dos pioneiros, Sr. Elisiário Gubert. (POVO E TERRA, 1984,1985, p. 9).

Um exemplo de que o termo “progresso” é contraditório é o fato de terem existido, aproximadamente, 15 milhões de pés de café entre os anos de 1960 e 1970. Para alguns, as imensas plantações simbolizaram o “progresso” local, entretanto há diferentes opiniões, como as descritas na mesma matéria por um depoimento prestado por outro colonizador local:

O Sr. João Pegoraro – pioneiro e primeiro administrador da Colonizadora Matelândia, nos diz que “o café não chegou a ser um grande negócio. Deu muito prejuízo, tanto aos proprietários como aos trabalhadores, além de ter provocado muitas brigas”. Com o fim do café devido às geadas e os baixos preços no mercado, os moradores de Agro-Cafeeira tomaram o rumo da agricultura razoavelmente diversificada [...]. (POVO E TERRA, 1984,1985, p. 9, 10).

Analisando as matérias no jornal, é notória a presença de discursos dos que defendem o “progresso” que o cultivo do café possa ter propiciado para a economia local. Já para outros, o café não chegou a ser um grande negócio. Mesmo assim, a simbologia e a memória relativa ao seu cultivo e presença no município continuaram presentes. Um exemplo disso é o próprio jornal, mantida pela iniciativa da prefeitura municipal local. Em diferentes matérias está presente o assunto do cultivo do café no município e a memória dos sujeitos que trabalharam nas lavouras, e vivenciaram o processo de transformação local e regional. De certo modo, o jornal estava voltado aos moradores do campo e trabalhadores rurais, devido ao cunho social de duas publicações, e parte também era do interesse de políticos locais. A base temática das matérias publicadas era a economia local, pois a maior parte das receitas econômicas provinha da economia agrária.

Em outra publicação do Jornal Povo e Terra, do ano 2, edição n. 9, de junho e julho de 1985, já se percebem algumas mudanças no *layout* do jornal. Na capa, no lugar do famoso brasão municipal no canto superior esquerdo, há agora uma caricatura de duas trabalhadoras rurais e uma propriedade fictícia ao fundo da imagem. Essa edição, na capa, ainda destaca o aniversário de 25 anos do município de Matelândia com a manchete: “Matelândia: 25 Anos de trabalho e amor a Terra” (POVO E TERRA, 1985, p. 1). Acima há três imagens que remetem a dois momentos distintos da história do município. A primeira remonta aos primeiros anos de colonização e as outras duas são de crianças em um desfile cívico, trajadas com vestimentas características de trabalhadores rurais da época, e com carriolas carregando consigo pés café,

ramos de trigo, entre outros cultivos existentes no município. E, por fim, uma última imagem de duas crianças carregando um número 25 confeccionado, representando os 25 anos de emancipação político-administrativa do município. Nesse contexto é pertinente destacar outras duas publicações, em que a primeira é a que segue abaixo do subtítulo das imagens já descritas acima:

Trabalho, esforço, coragem, amor a esta terra, são palavras que sintetizam o Jubileu de Prata de Matelândia. O povo desta terra está de parabéns. A nossa história teve início com os bravos pioneiros do sul. Progredimos com a integração do norte e do sul. Um novo povo está a surgir. Uma nova síntese cultural vislumbra-se no horizonte, mesclando todas as raças aqui acolhidas. Esta terra já tem dono. Todos aqueles que aqui fixaram suas raízes e estão a fixar fazem parte desta terra. (POVO E TERRA, 1985, p. 1).

É interessante, nesse trecho da publicação, a presença dos termos *trabalho*, *esforço* e *coragem*, bem como uma valorização da imagem dos colonizadores sulistas com a frase “bravos pioneiros do sul”. Embora a colonização tenha se iniciado com os colonizadores sulistas, não há menção à presença de paraguaios, de indígenas, entre outros habitantes locais que já habitavam a região. Por outro lado, há um discurso integracionista entre as culturas nortistas e sulistas, com o encontro de duas frentes migratórias distintas. O próximo trecho, na página dois, é uma pequena coluna de autoria do editorial do jornal. Essa publicação reforça a relação existente entre o processo migratório e colonizador de Matelândia e a ideia de uma identidade territorial local:

Outro detalhe marcante nos desfiles dos distritos de Diamante e Ramilândia foi a presença da raça negra (principalmente dos de origem nordestina), mostrando que a nossa colonização foi fruto de pessoa procedentes de várias regiões brasileiras, no caso: Marquesita e a cidade de Matelândia, a presença dos brancos e da colonização sulista (italiana). Ramilândia e Diamante, a presença dos nortistas, principalmente os de origem mineira. Isto vem a provar que o nosso município é formado por várias tendências culturais e, para que tenhamos uma administração participativa e democrática, se faz necessária a presença, igualdade de atenção e respeito tanto aos sulistas como aos nortistas. (POVO E TERRA, 1985, p. 2).

No trecho acima está elaborado um discurso de afirmação à colonização mista do município, embora predominem áreas ou distritos em que há uma maior concentração de determinados grupos culturais, divididos entre sulistas e nortistas. Essa divisão geográfica em distritos em que há predominância de determinados grupos culturalmente diferentes, essa divisão remete ao conceito das fronteiras de inclusão e de exclusão discutidas no primeiro capítulo com base em Banton, em *A Ideia de Raça* (1979). Outro elemento pertinente são as características linguísticas e culturais dos sujeitos que migraram para Matelândia entre as

décadas de 1950 e 70 e que os diferencia entre sulistas e nortistas. É desse modo que o sujeito histórico é distinguido enquanto sua origem de acordo com suas características étnico-culturais ou forma de trabalho.

Cabe insistir, contudo, no entendimento de que o elemento cultural não daria conta de explicar o emprego da simbologia do ramo de café no antigo brasão do município. Assim, em relação ainda à sua imagem enquanto um símbolo de representação de uma porção territorial do município, o cultivo de café esteve sempre associado à cultura e ao trabalho dos migrantes nortistas. Embora, na colonização de Matelândia, colonos tenham sido atraídos para plantar café em razão da propaganda local da Colonizadora Matelândia, o que atraía efetivamente era que o cultivo estava em “alta” e se desenvolvia bem na região. Assim, foram os dois fatores, que atraíram muitos colonos sulistas para cultivar café nessa região. Desse modo, é plausível o argumento de que a representação simbólica do ramo de café no antigo brasão municipal esteja associada a uma identidade territorial local, visto que as diferentes grupos presentes tinham suas diferenças culturais, mas eram todos “aceitos” nessa empreitada generalizada do café. Era essa empreitada que fazia superar as diferenças de interesses e de reivindicações de cada grupo e distrito do município. Na região onde estavam instalados cabia realizar uma empreitada comum, que unificava a sua identidade, representada simbolicamente pela *unidade territorial local, ou identidade territorial* expressa no antigo brasão do município.

Quando o jornal local se refere ao distrito de Diamante do Oeste enquanto povo “diferente”, é importante mencionar a localização geográfica do distrito, o que inclui conjuntamente, na época, o distrito de Ramilândia. Os dois distritos estavam situados na região noroeste do município, e igualmente representados no mapa na região de cor verde escura com um ramo de café simbolizando um dos cultivos mais populares nas décadas entre as décadas de 50 e 80 no município de Matelândia. Considera-se, mais uma vez, o princípio de que o a representação do ramo de café estava associada à cultura e ao trabalhador nortista. De certo modo é justificável a sua presença justamente naquela região do mapa onde estava situada a maioria dos migrantes nortistas, ou seja, nos distritos de Diamante do Oeste e de Ramilândia.

Outra fonte encontrada, dessa vez na Câmara Municipal de Matelândia, chama a atenção um tanto pela sua peculiaridade, considerando o praticamente extinto cultivo de café no município já na metade dos anos 1990. Trata-se do Projeto de Lei n° 56/1997, de autoria da Câmara Municipal de Matelândia, que, segundo a súmula: *Institui programa municipal de*

incentivo à cultura do café no município de Matelândia. (PROJETO DE LEI n° 56/1997). Mais interessante é que, de acordo com o artigo segundo do referente projeto de lei, o município subsidiará 50% das mudas aos agricultores interessados em entrar no projeto:

“Art. 2° Os incentivos de que trata esta Lei consistem no fornecimento de mudas de café aos produtores rurais até o limite de 3.000 (três mil) unidades, anualmente, a cada produtor”. (PROJETO DE LEI n° 56/97).

“& 1° - Fica autorizado o município a subsidiar 50% (cinquenta por cento) do valor das mudas adquiridas, sendo o restante responsabilidade do produtor rural”. (PROJETO DE LEI n° 56/97).

“Art. 6° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a criar a rubrica orçamentária e abrir crédito para a cobertura das despesas decorrentes da implantação desta Lei”. (PROJETO DE LEI n° 56/97).

“Art. 7° Fica o município autorizado a firmar convênios e parcerias com o Estado, a União ou outros órgãos que eventualmente disponham de programas semelhantes ou de apoio à cafeicultura”. (PROJETO DE LEI n° 56/97).

Esse projeto de lei chamaria atenção devido a sua “peculiaridade”, não fosse o caráter histórico e cultural do cultivo de café no município de Matelândia, desde os primeiros anos de migração e colonização no início da década de 1950 — relembrando que os antigos distritos de Diamante do Oeste e Ramilândia se emanciparam e transformaram-se em municípios, respectivamente, em 1987 e 1991. Assim, a mudança do brasão se justificaria pelo fato de esses municípios não pertencerem mais à Matelândia, embora a maior parte das plantações de café remanescentes estivesse situada na região pertencente a esses dois municípios, já fora da área de atuação do município de Matelândia.

O que parece ocorrer é uma tentativa de resgate de um cultivo que, simbólica e culturalmente, foi importante na história de colonização e transformação do município. Embora o café fosse considerado um cultivo predominante em regiões do município povoadas por nortistas, ele foi cultivado no início por colonos sulistas, colonos que migraram para a região atraídos pelo relativo sucesso das primeiras plantações de café e na esperança de um futuro mais promissor que nas suas terras de origem. Do mesmo modo que diversos migrantes nortistas também migraram para Matelândia pelos mais diversos motivos, alguns movidos pela esperança de conseguir uma vida melhor ou, simplesmente, atraídos pela oferta de trabalho nas fazendas de café e ou de rami no interior do município.

O projeto de lei de autoria da Câmara Municipal de Matelândia foi aprovado em votação no plenário, porém foi vetado pelo prefeito municipal na época. Diante disso, com a

aprovação de um advogado, foi redigido um parecer ao veto do projeto, o qual foi novamente aprovado, e o veto do prefeito derrubado pela Câmara Municipal. É interessante salientar que o projeto teve a aprovação da maioria dos vereadores do município, do contrário não seria aprovado. Essa polêmica evidencia, por parte da administração municipal, uma tentativa de resgate de um cultivo histórico no município, seja pela sua importância econômica ou simbólica nas primeiras décadas de colonização do município. É possível que o projeto possa ter viés histórico e simbólico de um cultivo influente na colonização local do município, e que ainda é presente no nome de localidades como Agro Cafeeira (Matelândia), mais Linha Cafezinho e IBC, no caso do atual município de Ramilândia.

CAPÍTULO 3 IDENTIDADE HISTÓRIA E MEMÓRIA.

Na pesquisa histórica, a fonte escrita geralmente é um elemento fundamental para o embasamento teórico e o desenvolvimento metodológico do trabalho, indicando quais caminhos o historiador percorreu para chegar às considerações, aos questionamentos e às hipóteses levantadas. Se tratando, da produção historiográfica local e regional relacionada ao povoamento e à colonização dos municípios do oeste do Paraná, em muitos casos dependendo da temática, do enfoque e da abordagem do pesquisador, as fontes escritas disponíveis são limitadas, o que induz o pesquisador à busca de outras fontes, dentre elas destacando-se o uso da fonte oral.

A importância do uso da história oral na pesquisa no campo da história e memória é justificável em razão da multiplicidade de questionamentos e abordagens relacionadas à história de um modo geral. As narrativas relacionadas a determinados acontecimentos ou transformações em curso ao longo da história são construídas e moldadas pelos sujeitos históricos tendo vista os significados atribuídos a essa realidade da história local ou regional com influência na formação de uma memória individual e coletiva.

Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é, por meio da história oral, discutir a questão da memória de moradores locais que, de alguma forma, presenciaram o processo migratório e a transformação do espaço local. Tendo como lembrança a geada negra ocorrida em 1975 e que destruiu, as lavouras de café do Paraná, inclusive no município de Matelândia. Por meio de entrevistas procuro discutir as lacunas e a visão dos sujeitos históricos que vivenciaram o processo migratório para o município de Matelândia, o plantio de café e a identidade dos cafeicultores sulistas e nortistas. Em especial questiono se os imigrantes, em sua maioria, vieram na condição de proprietário de terras ou apenas como trabalhadores volantes em propriedades de terceiros ou, ainda, se alguns vieram trabalhar, mas já visando adquirir fundos para a compra de seu próprio terreno.

Outro elemento que pretendo discutir são as possíveis associações e dissociações presentes nas narrativas dos entrevistados em relação à sua experiência de vida individual e coletiva na região, embora as atribuições e os significados seguissem uma tendência a sofrer alterações ao longo do tempo: “Os significados que os migrantes atribuem à sua experiência passada, e as maneiras pelas quais a história de vida é entendida, lembrada e contada, também mudam com passar do tempo” (THOMSON, 2002, p. 359).

Ao entrevistar moradores que migraram à Matelândia no período anterior à ocorrência da geada negra em 1975, e tiveram relativo sucesso, ou seja, conseguiram se estabelecer como proprietários e prosperar, busco uma determinada visão dos fatos ocorridos no passado através da memória. A suspeita é que um trabalhador rural temporário ou arrendatário, que, por sua vez também enfrentou dificuldades, mas não conseguiu prosperar ao ponto de conseguir se tornar proprietário de terras, tenha uma visão específica dos fatos. Assim também a memória em relação ao processo de transformação e às percepções ocorridas ao longo dos anos também podem ter sofrido alterações, que repercutem na narrativa do entrevistado.

Além de discutir o impacto da geada no local a partir das fontes orais, abordo a identificação (ou não) dessas pessoas com antiga bandeira municipal, e a representação do ramo de café no brasão municipal antigo. Procuo questionar também o nome do distrito de Agro Cafeeira e a sua possível associação com o cultivo do café na localidade. E se, possivelmente, existe alguma forma de identificação dos moradores locais com o nome do distrito. O processo migratório para Matelândia tendo como base os fluxos migratórios de “sulistas” e “nortistas” pode ser analisado a partir da perspectiva multiculturalista, considerando que, *a priori*, não há uma cultura local ou identidade predominante ou que remeta efetivamente a determinada identidade não representada na bandeira municipal, nem na arquitetura, ou possíveis símbolos “municipais”. Com base na discussão de Bourdieu em assunto de “distinção”, através dos relatos orais pretendo discutir se havia alguma forma de distinção social entre os diferentes grupos de pessoas que migraram e estavam estabelecidos em Matelândia, considerando a confluência de dois fluxos migratórios expressivos e a possível presença de fronteiras culturais e de fronteiras geográficas no território pertencente ao município de Matelândia no período de 1960 a 1980.

É válido ressaltar que o nome do distrito de Agro Cafeeira permanece inalterado desde a sua fundação até os dias atuais. O nome Agro Cafeeira faz menção às áreas plantadas para o cultivo de café nessa localidade. Assim também ocorre com o hino municipal, datado de 1972, que, na primeira estrofe, faz menção a uma terra “fecunda” que tem café e rami: “*A nata do Paraná fecundo. Esta terra é o solo daqui. Que fascina o Brasil e o mundo. Eclodindo em café e rami*” (VARGAS, 1972). Esse trecho referente à primeira estrofe do hino municipal de Matelândia é mais um elemento que reforça o discurso de enaltecimento da produção econômica local de café ou ainda evoca uma relação de pertencimento àquela localidade.

3.1 Narrativas, História e Memória

Embora as atribuições e os significados tenham tendência de sofrer alterações ao longo do tempo, as memórias presentes no livro do Colodel sofreram alterações e enquadramentos. Isso pode ser afirmado, primeiro, porque foram memórias selecionadas em virtude da construção de um livro que relatasse a história do município a partir da visão dos primeiros colonizadores, e de sujeitos ligados à religião, à cultura e à sociedade local. Esse processo remete à discussão de Pollak, em *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Ao citar Halbwachs, descreve o princípio de negociação e seletividade de memórias coletivas e individuais (POLLAK, 1989, p. 3). Traçando um paralelo com a discussão de Dealtry, enfatizo o papel do esquecimento no processo de construção de uma memória “oficial” local onde a prioridade são memórias e fatos determinados, ou selecionados em detrimento de outros: “Ou seja, a história da constituição de uma nação – em especial uma nação europeia - é sempre a história do vencedor” (DEALTRY, 2002, p. 193). Dealtry, ao citar Renan, menciona a construção forjada de uma memória dos vencedores em relação à ideia de Estado e Nação na Europa. Buscando trazer essa discussão para a história local da colonização, é possível perceber um discurso semelhante dos primeiros “colonizadores” ao ressaltarem e enaltecerem o papel de determinados sujeitos para o desenvolvimento local. Em outras palavras, com base em Dealtry enfatizo o papel do esquecimento na formulação de memórias através das narrativas orais. Assim, entende-se que o sujeito, ao lembrar e procurar registrar determinados fatos em detrimento de outros, prioriza um discurso valorizador do seu papel, ou do grupo ao qual se identifica enquanto pertencente, destacando a importância ou não de determinados acontecimentos passados.

A se lidar com as fontes orais, o pressuposto inicial é que os relatos tenham um valor histórico. O caráter subjetivo e indiciário dessas fontes relata uma visão dos fatos ocorridos e que pode diferir da interpretação formulada pela análise documental do processo histórico ocorrido e visto sob a ótica da documentação escrita. As fontes orais, além dos fatos enunciados, trazem consigo a visão pessoal do entrevistado. Essa característica é comum ao se trabalhar com entrevistas orais onde os fatos descritos sofrem interferência da memória, de enquadramentos e de esquecimentos. Assim, segundo Thompson:

A história oral possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que

vivenciaram e participaram de determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário. (THOMPSON, 1992, p. 19).

Em um olhar diferente do historiador que observa do presente para o passado, a fonte oral não somente observa e descreve os fatos, como também vivenciou o processo em questão. A entrevista pode conter elementos e informações não mencionadas em outras fontes escritas. Ocorre, contudo, que o relato oral pode sofrer enquadramentos ou distorções e ocultar fatos — estes não mencionados pelo entrevistado de modo proposital ou devido à ação do esquecimento.

Assim, no decorrer da pesquisa, a possibilidade de trabalhar com a história não buscou o complemento de informações já levantadas e o preenchimento de lacunas. As narrativas dos entrevistados, enquanto fontes históricas, vão além da visão dos sujeitos históricos e da sua relação com o desenvolvimento da cafeicultura no município de Matelândia. Além de informações que não constam nas fontes documentadas existentes, a metodologia de trabalho com história oral possibilita diferentes interpretações relacionadas à migração e à construção de fronteiras culturais e de identidades entre a sua colonização no início da década de 1950 e final dos anos 80. A visão dos sujeitos históricos sobre a sua experiência de vida, como relatada nas entrevistas, traz elementos que, muitas vezes, não estão presentes na historiografia e nas fontes locais referentes ao tema em questão. Os relatos são enriquecedores na medida em que o sujeito histórico muitas vezes foi participante ativo do processo em questão:

O fato de ser uma narrativa oral, que resulta de uma interação entre entrevistado e entrevistador — uma conversa, podemos dizer, torna essa fonte específica em relação a outros documentos pessoais, como as memórias e autobiografias. (ALBERTI, 2005, p. 171).

Desse modo, o historiador deve atentar para a influência que a memória exerce sobre o relato do entrevistado ao se referir a eventos ocorridos no passado. O perigo é incorrer em certos determinismos e anacronismos históricos, os quais podem transparecer despercebidos em alguns relatos orais ao se basear na realidade atual enquanto consequência direta de decisões e de fatos ocorridos no passado.

Durante a pesquisa de fontes documentais, procurei também fazer um levantamento prévio de possíveis fontes orais. Nessa busca, priorizei pessoas que residiam em Matelândia no início da colonização, ou seja, os pioneiros que ainda estavam vivos e residiam no município. Outro critério utilizado foi encontrar pessoas que lidaram com o café entre as

décadas de 1950 e 1980 no município de Matelândia. É interessante mencionar que algumas entrevistas surgiram ao acaso durante conversas aleatórias com moradores de Matelândia e de Céu Azul. Foi assim que fiquei sabendo da experiência de ao menos dois entrevistados, ambos relacionados com o café em Matelândia em período anterior à ocorrência da geada negra em 1975.

O trabalho com história e memória e o uso de entrevistas orais gravadas com pessoas exige tempo e paciência por parte do pesquisador. O historiador deve estar ciente das dificuldades impostas pelo tempo e pelas limitações do âmbito da pesquisa. Durante o levantamento que fiz em busca das fontes orais para o desenvolvimento do trabalho, encontrei dificuldades diversas, em especial a de não encontrar as pessoas em suas casas. O dispêndio de tempo com os deslocamentos exige certo planejamento. Outra dificuldade diz respeito à memória dos entrevistados, isso devido propriamente ao recorte temporal da pesquisa. Muitos sujeitos entrevistados pelo historiador Colodel no final da década de 1980 já faleceram ou não se encontram em condições de saúde que permitam a realização de entrevistas. Algumas das dificuldades que encontrei se referem ao fato de que algumas pessoas que poderiam trazer relatos interessantes a respeito da temática não residiam mais no município. Em outros casos, as condições de saúde e memória não permitiam mais ao cidadão relatar a sua experiência e os fatos históricos que presenciou e ou de que participou. Há casos em que o entrevistado se nega a receber o pesquisador e a autorizar a gravação de entrevista, ou a relatar a sua experiência, isso por motivos pessoais que aqui não cabe avaliar.

A questão da desconfiança quanto ao trabalho do historiador também é um desafio que se encontra ao trabalhar com história oral. Afinal, nem todas as pessoas estão realmente dispostas (por variados motivos) a conversar ou a relatar a sua experiência ou fatos ocorridos no passado. Outra dificuldade que encontrei foi a de ganhar a confiança de alguns entrevistados, pois estavam temerosos quando a ação de golpistas, entre outros oportunistas que se apresentam na região. Há meliantes se aproveitam da “ingenuidade” e das limitações físicas e psicológicas de pessoas mais idosas para praticar delitos. Outro problema encontrado se refere à qualidade da pronúncia das palavras durante as narrativas por parte dos entrevistados (mesmo estando ótima a qualidade da gravação). Em se tratando ainda de pessoas de mais idade, esse problema geralmente se agrava devido ao uso de alguns termos derivados de dialetos ou “sotaques” mais carregados, dificultando significativamente o trabalho de transcrição das entrevistas orais.

Após um levantamento prévio e o contato inicial, foram realizadas três entrevistas orais com antigos moradores de Matelândia. A metodologia adotada foi a de entrevista livre, com algumas perguntas diretas. Esse modelo de entrevista tem como base a conversação e busca trazer ao entrevistado bastante liberdade para se expressar. Assim, o entrevistado pode fornecer um maior número de informações e de detalhes que possam dar maior relevância à entrevista. Algumas pessoas até ficam receosas quanto ao uso de gravador durante a entrevista, mesmo considerando que foram previamente informadas da gravação, e que esta era estritamente destinada a fins acadêmicos. Na realidade, algumas pessoas, especialmente as de idade mais avançada, têm certo receio em relação à gravação de entrevista. “A maioria das pessoas, porém, admitirão o uso do gravador com muito pouca ansiedade e rapidamente deixarão de preocupar-se diretamente com ele” (THOMPSON, 1992, p. 264).

Nessa perspectiva, a metodologia de pesquisa baseada na conversação funcionou com relativo sucesso durante o desenvolvimento das entrevistas. As pessoas abandonaram a timidez aos poucos e conforme explicava o tema, a justificativa e os objetivos da minha pesquisa, informando que poderiam ficar tranquilas quanto ao uso do gravador. Thompson também discute a importância da escolha do local da entrevista e como o ambiente onde a pessoa vai ser entrevistada pode influenciar na narrativa. Também é interessante o uso de algum material que sirva de referencial de memória para o entrevistado, como mapas ou instrumentos do seu uso cotidiano e que possam remeter a lembranças relacionadas a determinado contexto histórico. Com o uso de fotografias e de mapas pode-se influenciar o entrevistado a lembrar de fatos ligados a essas imagens (THOMPSON, 1992, p. 265). Durante as minhas entrevistas, além de levar um pouco da minha pesquisa junto, usei algumas imagens da época para mostrar às pessoas e assim incentivar positivamente a entrevista.

Na pesquisa, certamente a entrevista oral não substitui a fonte escrita e sua relevância, embora tenha trazido elementos a mais geralmente não presentes nas fontes documentadas. Segue-se, então, que a história oral enquanto metodologia de pesquisa foi empregada neste trabalho complementando as evidências apontadas pelas fontes escritas. Procurei, assim, traçar um paralelo entre as discussões apresentadas pelos jornais e demais documentos, e as narrativas, relacionando à migração o desenvolvimento da cafeicultura e a presença de fronteiras culturais no município de Matelândia. Analisando as narrativas, busquei interpretar os significados atribuídos a determinados fatos, como o fato da geada negra de 1975. Isso inclui a discussão da alteridade entre os migrantes sulistas e os migrantes nortistas, alteridades que se entrelaçaram no trabalho da cafeicultura local.

Em uma das entrevistas adotei uma metodologia diferente ao adentrar a casa dos entrevistados. Era, no caso, um casal de pioneiros do município sentados à sombra de uma árvore. Expliquei as minhas intenções com a pesquisa e iniciei uma conversação aberta na forma de diálogo com dois sujeitos. Estavam juntos e considerei não haver problema em ouvir deles uma narrativa conjunta, pois um poderia completar a fala do outro e trazer mais elementos para a discussão: “Um velho casal, ou um irmão e uma irmã, frequentemente proporcionarão correção de informações positivamente úteis. Pode ser também que cada um estimule a memória do outro” (THOMPSON, 1992, p. 266). Desse modo, esse método de entrevista se revelou bastante interessante e produtivo, com mais informações e de detalhes. A primeira conversa com o casal de pioneiros começou de forma tímida. Iniciei com uma pergunta introdutória, sobre o ano em que chegaram à Matelândia e sobre como era a situação local, se já existiam casas:

Nós em chegamos em 52, né. Eu vim em 51 e ela em 52, depois. Eu vim e já voltei pro Rio Grande e já voltei de mudança em 52. Com a mudança com a família, com dois filhos e tamo ainda aqui, morei aqui e... Mas não tinha quase casas aqui. Puro Mato! A estrada a estratégica⁵ uma vez, é aqui não era, não era federal. Era estratégica, subia aqui nessa rua aqui, parava ali em cima, em frente à igreja, por ai⁶, ali pra baixo não tinha mais... (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

A estrada estratégica ou federal descrita pelo entrevistado é a atual Rodovia BR-277, que corta o município de Matelândia. Na época era uma estrada de chão que iria de Guarapuava até Foz do Iguaçu. É notável, a fala acima, uma característica comum de vários colonos sulistas que migraram para a região Oeste do Paraná. Primeiro vinha um parente ou o patriarca da família, que posteriormente retornava à sua terra de origem para trazer o resto da família. Como mencionei anteriormente, alguns relatos orais fornecem informações que não estão nas fontes escritas e bibliográficas. Além de fornecer outros indícios a respeito do contexto histórico da colonização local, esses relatos podem sugerir diferentes interpretações de alguns fatos. Um desses fatos é referente ainda às péssimas condições das estradas da época, como lembrado pelo casal entrevistado:

Sabe, era muita dificuldade, mas era muito companheirismo, muita ajuda um com o outro, era mais assim, não era que nem hoje e Deus pra todos e cada um para si. Na verdade hoje tem recurso, né, não precisa pedi pro outro, né, sim, mas na época tinha que ir Cascavel, ou Foz do Iguaçu, né, e é 75 quilômetros cada lado, e estrada não era a BR de hoje, não, tavam abrindo isso, quando nós viemos tinha ainda todos os desvio, não tinha os bueiro

⁵ A estrada estratégica mencionada na entrevista, é a atual rodovia BR-277, que passa por Matelândia.

⁶ O prolongamento ou desvio da referida rodovia mencionada que ia até a igreja, segundo a indicação do entrevistado, seria a atual avenida Paraná, que passa em frete à praça e à igreja católica de Matelândia.

feito, escorregadio... Tu não ouviu falar que fechavam um portão na BR quando chovia? Dava chuva, pra não estragar a estrada fechavam o portão, até que não secasse não passava não e... e quando viemos de mudança, nós pegamos portão pra cá de laranjeiras, nós tivemos que pousar em Laranjeiras... E... tinha um guarda, e... Um homem que cuidava, pago pela companhia de estradas... (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

Um fato chama a atenção nesse trecho da entrevista. É a existência de um funcionário, uma espécie de “vigilante” a serviço da companhia⁷ de estradas, encarregado de controlar o acesso à rodovia em caso de chuvas ou de intempéries que poderiam provocar atolamento de veículos e possíveis danos ao leito da rodovia. Essa informação não está presente em referências bibliográficas, como no livro de Colodel, *Matelândia: história e contexto*. É comum encontrarmos relatos orais que descrevam as dificuldades da época, principalmente em relação à precária situação das estradas da época, mas essa informação do portão é única.

Voltando à questão da migração, das fronteiras e do cultivo de café em Matelândia, buscando compreender como se desenvolveu esse cultivo no município, perguntei aos entrevistados se eles se recordavam do período inicial desse plantio:

Meu pai (sogro) tinha feito uma experiência, o Biazus⁸ tinha feito uma experiência, uma quadra, plantou umas cova lá, e tava bonito o café. Depois então se entusiasmaram e começaram a derrubada lá, e lá em cima formaram um cafezal grande... Sim, e deu, deu bem os primeiros anos, estavam contentes. Depois começou dar aquele frio, estragou, era muita despesa, pessoal desanimou. Desanimaram por causa que deu aquela geada forte por que o café matal de soro bonito, crescia e carregava, deu aquela geadona... aí, aí a geada preta, acabou então... A turma meio abandonaram, experimentaram tratar, tinham comprado até aquela época lá a firma, a colonizadora, uma máquina para fazer fumaça... Com motor para fazer uma fumaça, em cima dos cafezais pra defender da geada. (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

Nesse outro relato, mais elementos não descritos em outras fontes escritas a respeito da histórica local surgem. Um desses elementos é a relação existente entre o cultivo de café em Matelândia e a migração de colonos sulistas e nortistas para o atual município. O Biazus mencionado na narrativa acima reservou um terreno do tamanho de uma quadra para o plantio experimental de café. Uma hipótese que levanto é que essa quadra destinada ao plantio de café era mais uma estratégia da diretoria da Colonizadora Matelândia, estratégia aliada à sua propaganda para atrair mais colonizadores para a região, pois é preciso considerar que,

⁷ Provavelmente o entrevistado estava se referindo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), ao mencionar a companhia de estradas.

⁸ Trata-se de Olivo Constantino Biazus, diretor da Companhia Colonizadora Matelândia no início da colonização.

segundo os relatos dos entrevistados, o sulista não tinha experiência com o café, mas mesmo assim acabavam migrando à Matelândia para plantar café.

É importante mencionar que, com base no relato de Biazus, constatei que não foram somente os colonos sulistas que ficaram fascinados com a possibilidade de plantar café na região. Migrantes nortistas, dentre eles paulistas e nipônicos, e descendentes de europeus que já trabalharam em fazendas de café no sudeste brasileiro, também se interessaram pelo cultivo ao verem a plantação experimental do senhor Biazus:

A influência do café, ele tinha plantado na chacinha num lote lá em cima... Então vinham os compradores, o cara vinha comprar terra, vinham esse do norte São Paulo, tinha uns japoneses nordestinos que vinham aqui, eles então mostravam... E porque eles eram do café. Eles iam lá, viam aquele café, lá vinha bonito o café parecia... olha acho influenciava. Então vamo comprar aqui, vamo vê, vamo plantar, então formaram esse cafezal lá. Agro Cafeeira, veio então, veio os nordestino... vamos por que plantar o café mas não tenho quem toca. A gente não entende, nós viemo aqui pra plantemo e tal derrubamo, então o véio pagou. Fizeram assim, botaram... (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

A plantação experimental de café era uma estratégia da Colonizadora Matelândia para incentivar a migração de colonizadores para a região do município. Desse modo, é possível constatar que o do apogeu do plantio de café em Matelândia não surgiu ao acaso. Havia interesses por parte da companhia colonizadora, como representado na figura de Biazus a favor do desenvolvimento desse cultivo. Considere-se também que o café era um dos principais produtos de exportação do Paraná até a geada negra em 1975. O mencionado distrito de Agro Cafeeira, onde surgiu um grande cafezal segundo o entrevistado, atraiu nordestinos por conta desse cultivo. Alguns nortistas migraram para trabalhar, mas alguns outros, com melhores condições, observando a qualidade dos pés no terreno experimental de Biazus, compraram terras para plantar também.

Investigando a presença de fronteiras simbólicas e culturais entre 1950 e 1980 em Matelândia, encontrei mais indícios da associação do migrante nortista à cultura do café nas narrativas orais. Segundo a narrativa acima, alguns migrantes nortistas, para cultivar café, chegaram a tomar arrendamento de terras que eram de propriedade dos primeiros colonizadores sulistas. O que ficou evidenciado até o momento é que, na frente migratória nortista, havia os que se estabeleceram enquanto pequenos proprietários e havia os arrendatários, que arrendavam, para moradia e cultivo, uma parte de uma propriedade alheia. E ainda constatei a migração de trabalhadores rurais temporários, popularmente conhecidos

como “boias-frias”, que eram recrutados para trabalhar nas fazendas de café e rami localizadas nos atuais municípios de Diamante do Oeste e Ramilândia.

Um dos motivos que podem ter incentivado a migração de nortistas era a falta de experiência dos migrantes sulistas quanto ao cultivo do café. A migração nortista pode, então, ter sido incentivada para suprir a carência de mão obra “especializada” nas lavouras de café da região:

E quem cultivavam eram os nortistas, mas era do meu pai. Eles trabalhavam... Arrenda né eles trabalhavam. Gaúcho não entendia nada. (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

A falta de experiência do migrante sulista com o cultivo do café está presente também em outro relato oral, de uma migrante do Estado de Santa Catarina, mas que morou anos no estado de São Paulo antes de migrar novamente para uma fazenda no município de Céu Azul, que faz divisa com Matelândia:

E de Santa Catarina entendiam pouco desse negócio de café, né... Eles pouco entendiam, mas acabaram gostando e trabalhando no café. Era puro café, tinha nortista, tinha paranaense, e tinha esses de Santa Catarina que vinha com dinheiro para comprar terra, mas não entendia muito. Mas se misturava com os paulistas, né, e daí... Não tinha muita prática desse negócio de fazer arruação, e o paulista lá tem prática, de fazer arruação, chacoalhar o café quando chove, fica em carma de rápida, aquele... aquele rua que eles fala, né, pra depois rastelar, tudo rastelar e abanar. A gente trabalhava com café dias inteiro. Mas era lindo, fazia aqueles monte assim de café puro. (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, 4/12/2014).

Entretanto, mesmo com a falta de prática, muitos colonos sulistas migraram para Matelândia para plantar café, entre outras atividades. Os que continuaram com a atividade contavam com a mão e experiência de arrendatários e de trabalhadores temporários nortistas, que vinham para trabalhar nas lavouras de café no município. É pertinente mencionar outro trecho da entrevista do casal Biazus, em que eles mencionam que, na época, até tinham comprado uma máquina para fazer fumaça, na tentativa de disseminar o calor na lavoura e dissipar ou ainda amenizar os efeitos da geada. Essa tentativa de salvar as lavouras de café com o uso de uma máquina que fazia fumaça também é mencionada em outra entrevista, realizada no ano de 2011.

Essa outra entrevista está descrita em algumas citações em minha monografia de especialização intitulada *A Geada Negra de 1975 em Matelândia: história e memória (1965-1975)*. Nesse trabalho abordei mais especificamente o possível impacto econômico e social da

geada negra em 1975 nas lavouras de café no município de Matelândia. Além de dados estatísticos e econômicos, discuti a questão da memória, quando entrevistei alguns moradores mais antigos do distrito de Agro Cafeeira. O meu foco foi analisar os significados e as possíveis consequências sociais provocadas pelo fenômeno climático no desenvolvimento e na história local. Através dos relatos busquei evidenciar a maneira como as pessoas se recordavam do fenômeno e os possíveis marcos ou significados atribuídos. Busquei nesses elementos indícios do “impacto” econômico causado, relacionando a possível influência da geada no processo de mecanização local e êxodo rural. Eu mencionava que o nome do distrito remetia ao período de cultivo de café, cultivo que há algumas décadas não mais ocorria.

Voltando à questão da entrevista presente nesse trabalho, é perceptível, no relato abaixo, a menção ao uso da máquina de fumaça, conforme descrito:

Quente depois começou a esfriar e... Deu geada muito forte, matava... muitos pés de café. Aí foi experimentado bastante coisa, até trouxeram motores para fazer fumaça no meio do cafezal pra ver se podia erguê a geada, o frio, e mais não resolveu nada. Então viram que o trabalho era em vão mesmo, pensando em plantar outras coisas e terminar com o café. (FONTANA. Entrevista cedida a Mauricio Dezordi, Matelândia, 9/5/2011).

Em sequência a entrevistada faz uma menção idêntica aos relatos referentes ao uso de máquinas de fumaça, e de técnicas “frustradas” na tentativa de salvar as lavouras de café dos efeitos da geada:

O que terminou o café foi a geada. Quando estava aquele café bonito carregado de flor e tudo, o pessoal, as pessoas se juntava as família, e fazia aqueles fogo no meio do cafezal pra levantar aquela fumaça... Máquinas de fumaça... Nossa, o pessoal até chorava de ver a lavoura daquele jeito, tava branco, branco de vê, branqueava de flor, quando vê no outro dia amanhecia preto... (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, 4/12/2014).

Embora um dos entrevistados residisse em Matelândia, outra no distrito de Agro Cafeeira, e a terceira no interior de Céu Azul, quase na divisa territorial com Matelândia, os seus relatos têm um elemento em comum. Trata-se da lembrança do uso de máquinas de fumaça, o que evoca uma continuidade dessa memória ao longo do tempo e espaço na vida desses sujeitos. Não são memórias individuais. Mediante uma apropriação das discussões de Halbwachs, em *A Memória Coletiva*, é pertinente ressaltar que as lembranças da “máquina de fumaça” presentes na narrativa de Biasus e de Fontana se relacionam com o princípio de memórias coletivas. Trata-se de lembranças do mesmo acontecimento, mas resultantes de

experiências diferentes num determinado tempo e território — lembranças reconstruídas nos resquícios de memória desses indivíduos. Segundo Halbwachs:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança: é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A geada negra estabeleceu um marco de referência, ou um fato que remete a diferentes memórias. Essas memórias podem compartilhar as mesmas referências e fatos, embora a interpretação e a visão dos fatos produzida por cada sujeito histórico seja única. Durante a pesquisa encontrei diferentes relatos e interpretações do mesmo fato, no caso um fenômeno climático de grandes proporções. Desse modo, a memória residual dos fatos presenciados em 1975, e anteriormente, é formada de continuísmos que repercutem na atualidade. Ainda que a cultura do café tenha deixado de existir em Agro Cafeeira após a geada em 1975, o nome da localidade ainda alimenta memórias e histórias. Trata-se de memórias retransmitidas inclusive por descendentes com base nos relatos de seus antepassados, e que alimentam outras memórias individuais, mas de âmbito coletivo, mesmo que esses novos sujeitos não tenham presenciado esses fatos: “Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida” (HALBWACHS, 1990, p. 81).

A geada negra em questão deve ser entendida enquanto fato histórico que provocou transformações no contexto da década 1970, época em que teve grande repercussão na cafeicultura paranaense. Pode parecer que se trata de um fato isolado, mas esse evento suscitou narrativas de memórias coletivas de diferentes sujeitos e lugares. Assim, o presente é resultante de ações e eventos ocorridos no passado, e os sujeitos históricos podem gerar diferentes interpretações do mesmo fato relatado no contexto em que ocorreu.

Ainda em relação aos relatos orais, continuo investigando indícios da presença de fronteiras étnicas e simbólicas. Buscando compreender a dinâmica de migração e ocupação do espaço local, fiz alguns questionamentos sobre se havia alguma preferência étnica para as pessoas que migraram para a região de Matelândia. Um dos meus questionamentos foi quanto à possível restrição ou preferência à migração de determinadas etnias em detrimento de outras. Segundo Biazus:

Não, não, aqui quem vinha que gostasse e queria ficar era aceito, não tinha discriminação de nada não. Tinha catarinense, tinha paulista, tinha mineiro, e... Os nortistas do norte do Paraná que também vieram e se formou as cidades assim... Não eram todos de uma região, é uma mistura de gente. (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

De acordo com o relato de Biazus, a princípio não havia restrições à vinda de migrantes de outras etnias à Matelândia na sua colonização no início da década de 1950. Aconteceu, contudo, que, na dinâmica de ocupação do espaço, prevaleceram divisões territoriais locais nos distritos com predominância de determinado grupo em um e não em outro. As relações de alteridade, embora não estejam presentes nos relatos desses antigos colonizadores, no discurso da imprensa local, porém, é notória essa diferenciação de identidade ou sociocultural. Assim, creio ser plausível o argumento da relação entre o ramo de café no brasão do município e o princípio de uma *identidade territorial local*. Desse modo, o cultivo de maior expressão na época no município — o café — passou a simbolizar a identidade de todos os migrantes sulistas, nortistas e nipônicos, transparecendo a ideia de uma região que a todos acolhia, embora esse seja um argumento contestável caso se considerem as relações de alteridade presentes no povoamento local. Perguntei também aos Biazus a respeito da representação do ramo de café no antigo brasão do município, e se tinha alguma ligação com o cultivo de café na localidade. Segundo Biazus:

Que dava café, do café. Por que deu café aqui era o começo, é esse ali como que fizeram o brasão. Ah! Aqui deu forte o café, até tinha um beneficiamento de café aqui em cima. Sim, e depois foi transferido ali bem na Nativa. Era um beneficiamento de café, a Nativa ali em cima. E tinha aqui em cima onde que tem o ginásio, tinha uma, uma... coisa... uma máquina de... descascar, beneficiar... E ia, ia pro Paraguai... Mas dava café, mas Deus o livre! A turma se admirava, os nordestino, mais do que lá pra cima, onde que... Depois que deu aquele frio, lá... (BIAZUS, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Matelândia, 17/10/2014).

Segundo a narrativa acima de Biazus, o café se tornou um cultivo de forte expressão em Matelândia, o que justificar a representação da imagem do ramo de café no brasão municipal. A “Nativa” mencionada é uma empresa cerealista que operava até alguns anos atrás na saída de Matelândia para Cascavel, às margens da Rodovia BR-277, mas na época beneficiava o café produzido em Matelândia, segundo Biazus. Chama atenção, na sua narrativa, a admiração dos migrantes nortistas quando faziam a colheita nos pés de café. Esses pés de café, segundo o relato, produziam mais até que “lá pra cima”, referindo-se, possivelmente, ao norte do Paraná ou interior de São Paulo, regiões onde tradicionalmente se cultivava café há muito mais tempo que no Oeste do Paraná.

Narrativa um pouco diferente e de linguagem simples é apresentada por outra entrevistada, a senhora Valim. De origem nortista, ela migrou, juntamente com a sua família, de Minas Gerais para o Paraná, onde se estabeleceu no interior do município de Matelândia para trabalhar nas fazendas de café. Diferentemente dos demais entrevistados, de origem sulista, as suas principais memórias estão ligadas a um cotidiano de trabalho visto sob a ótica de uma migrante nortista. A sua residência simples, na periferia de Matelândia, remete a um passado de profundas transformações na vida da entrevistada e do espaço social local e do próprio município. Diferentemente dos trabalhadores sulistas, que chegaram à região no intuito de plantar café sem um conhecimento básico da atividade — como já evidenciado nos relatos anteriores —, ela, como os demais trabalhadores nortistas, ela já estava habituada às práticas laborais básicas de uma lavoura de café, se adaptando também às condições locais. De qualquer forma, é no contexto de migração desses trabalhadores nas décadas de 1960 e 70 que o cultivo do café esteve associado ao migrante nortista e ao modelo de trabalho desses sujeitos. Sendo assim, solicitei à entrevistada que me relatasse um pouco da sua experiência com o cultivo de café em Matelândia, e foi então que percebi que seu relato era um tanto diferente do que estava esperando:

Você tem que pegar medir, um metro por metro, você... Você vai abre assim, você não pode abrir covas assim, vamos supor você está aqui, aí que fazer aqui... aqui... tem que ficar de esquina, o buraco feito esquinado. E, portanto, tem que pegar aquela cavadeira que tem duas, aquela lá, e não pode abrir de qualquer maneira para plantar. Era tudo na mão que nem aqui tá limpinho, tinha que limpar o chão fazer o monte de folhas, fazia os monte de folha amontava ali, e desrrijava o café, ai ajuntava com o rodo e ponhava num balaio e tinha um terreirão e ia jogando os balaio de café no terreiro. Era legal, bem legal, todo mundo gostava. Mas era mutirão de gente, não é pouco, é gente de tudo quanto é lugar, igual colher algodão. (VALIM, Entrevista concedida a Maurício Dezordi, Matelândia, em 9/12/2014).

O relato acima descreve a prática do plantio do café, e a maneira como dever ser feito o trabalho. Essa descrição parte de uma lembrança pessoal da entrevistada e da sua experiência laboral na lavoura. Outro fato mencionado foi a decadência do cultivo do café em Agro Cafeeira – Matelândia, após a ocorrência da geada negra em 1975. Não foi, contudo, o fim do cultivo do café em toda a extensão territorial do município, como foi evidenciado anteriormente pelos dados estatísticos. Mesmo com a destruição das lavouras de café, alguns agricultores retomaram seu plantio, enquanto outros migraram para outras regiões do país em busca de outras oportunidades, e uma vida mais promissora.

Segundo Valim, ela aprendeu a lidar com o cultivo de café na sua terra de origem — Minas Gerais:

À moda antiga, né. Meu pai tocava café lá em Minas Gerais. Nossa terra, Minas Gerais, é, sim. Aham! Aí eles desissaram tudo, né, botou fogo, já era queimado no dia da geada. Botou fogo e fez roça — plantação de milho, plantação de outras coisas... É, arrancavam café pela raiz, levavam pras estufa de tijolo, lá pra Medianeira, e levava. (VALIM. Entrevista concedida a Maurício Dezordi, Matelândia, em 9/12/2014).

Além da dizimação dos cafezais pela geada negra em 1975, ocorria também a política de erradicação das lavouras de café aplicada pelo IBC após os estragos provocados pelo fatídico fenômeno climático. Mesmo assim, alguns agricultores retomaram seu plantio em outras regiões do município. Em contrapartida, muitos outros migraram para outras regiões do país em busca de outras oportunidades, e de uma vida mais promissora. Foi o caso dos irmãos da entrevistada. Alguns ainda trabalharam em uma madeireira e, posteriormente, migraram para os outros estados nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Ainda questionei a entrevistada sobre por que seus irmãos não compraram terras aqui na região, mas, segundo Valim:

Mato Grosso e Rondônia, poucos ficaram, só eu e minha prima que mora em Medianeira, minha família e a família dela, aqui que são parentes. Não, eles gostam de andar... Eles queriam fazer futuro, mas não tinha. O que tinha vendeu, meu irmão tinha lote, vendeu, meus primo também tinha, vendeu, comprou terra em Rondônia. O outro em Mato Grosso. (VALIM. Entrevista concedida a Maurício Dezordi, Matelândia, em 9/12/2014).

Analisando a narrativa acima, é possível perceber um movimento migratório característico das décadas de 1970 e 80. Vários migrantes, em sua maioria pequenos proprietários, sem condições de mecanizar a lavoura ou de adquirir uma propriedade maior, venderam suas terras e migraram para novas fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. Descrição próxima também é mencionada por Daroda, referente à migração de trabalhadores nortistas para a região Centro-Oeste do Brasil:

Ah! Era muito nortista. Eles acabaram tudo no Mato Grosso. Muito embora pro Mato Grosso, uns voltavam pra São Paulo, outros tinham assim, por exemplo, 10 alqueires de café e contava com aquilo, e viviam super feliz, a geada veio e eles não tinham como sobreviver. E por que não tinha soja, né, aí depois que veio entrando soja, e destocava, arrancava, e ninguém tinha dinheiro pra destocar... Vinha os destocadores com trator-esteira, igual nosso café lá que era 18 alqueires, vinha os trator de esteira destocar. Aí arrancava tudo com raiz, fazia aquelas... cortava assim, assim, e tacava fogo... (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, em 4/12/2014).

Segundo a entrevistada, o único meio de sobrevivência após a geada negra em 1975 era o agricultor se adequar à nova realidade aderindo à monocultura e à mecanização, embora nem todos tivessem condições ou tampouco experiência para lidar com outro cultivo, ou com a pecuária. Com base na entrevista, compreende-se que os donos de pequenas propriedades não sobreviviam à seletividade do processo de mecanização agrícola — sistema exclusivista que se sustentou nas médias e grandes propriedades, em que os proprietários tinham condições econômicas para arcar com os altos juros de financiamento em meados da década de 1970 e 80. Seguindo essa lógica, é evidente a ligação entre êxodo rural e migração para novas fronteiras agrícolas, onde se buscava meios de adquirir uma maior quantidade de terras por um valor mais acessível. Essa realidade está evidenciada a seguir também:

Aconteceu, não puderam pagar e perderam e o banco não perder, não perde, aí foi desanimando, desanimando... como que o pequeno vai viver? Pagar hora de trator... né. Máquina de passar veneno custa um dinheirão. (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, em 4/12/2014).

Outro elemento importante mencionado na entrevista de Valim é a itinerância dos imigrantes nortistas que migraram para a região Oeste do Paraná e, depois, para outras regiões do Brasil. A princípio, de acordo com a descrição de Valim, seus irmãos alegavam não ter futuro na cidade de Matelândia, o que os motivou a migrar novamente. Segundo a entrevistada, eles gostavam de andar, o que sugere que seria uma característica cultural de alguns migrantes nortistas de sempre migrar. Seguindo essa linha de pensamento, o que se encontra é uma espécie distinção cultural de viés laboral. Em outras palavras, essa diferenciação vai além das relações trabalhistas entre empresas, patrões e empregados. A forma de trabalhar, que difere do trabalhador nortista para o sulista, é o elemento que alimenta a diferenciação social entre esses dois grupos.

Ao analisar a fala da entrevista de Daroda, constata-se um discurso valorativo do imigrante sulista e uma diferenciação na narrativa dela em relação aos demais. Trata-se de uma visão dos fatos e de um discurso construído com base na experiência de vida da entrevistada no mesmo contexto histórico. Esses elementos apareceram na entrevista a partir de um momento em que a entrevistada já se encontrava ambientada com o gravador. Então direcionei a entrevista com perguntas surgidas das respostas obtidas, numa forma de conversação. Entrevista desse tipo — tipo conversação — além de deixar o entrevistado mais despreocupado quanto ao aparelho gravador, possibilitou um aprofundamento de inúmeras questões, deixando de ser meramente sistemática, baseada apenas em perguntas e respostas.

Nessa perspectiva, direcionei as perguntas de modo a buscar compreender os elementos em que se fundamentava o discurso valorativo do trabalhador sulista, como evidenciado abaixo:

O pessoal de Santa Catarina, eu acho que ele sabe mais trabalhar que o paulista. Que o paulista, se não dá certo, ele ficava teimando. E ficava naquela, queimou esse pedaço esse ano vamos plantar mais um, vamos começar lá de baixo plantar de novo... E o catarinense não, o catarinense vai longe, não isso, vou plantar isso e não é isso só. E cultural mesmo já vem dos velhos, né? Do sistema de vida. E eles não podem se desligar das coisas não, a família do meu marido é tudo catarinense, de Joaçaba, Herval do Oeste... E o catarinense quer ter sobra pra viver... sobra bastante pra vender... Eles têm as vaca de leite, eles contam os bezerro, vai ter os bezerro pra vender, e tem que vender o leite. Então o nortista é muito de tudo um pouco, o nortista, né. (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, em 4/12/2014).

Com base nos relatos da entrevistada acima, é evidente a alusão a elementos que diferenciam o sistema de trabalho do migrante sulista em relação ao do nortista. Seguindo essa premissa, a ideologia do progresso — presente — se fundamentou principalmente na forma de trabalhar do sulista. Embora seja uma questão cultural, esse sistema de trabalho tem ligação com a discussão iniciada no primeiro capítulo, em que discuti a especialização do trabalho do migrante no Sul do Brasil. Especialização e transformação do produto em mercadoria configuravam em uma lógica em que o trabalhador rural inserido nesse meio era obrigado a produzir excessos, de modo a garantir, além da sua subsistência, reservas para o mercado e assim obter lucro sobre a sua produção.

Nessa perspectiva, a narrativa acima, da entrevistada em “defesa” de um sistema de trabalho em que o agricultor deve produzir sobras para poder vender e garantir reservas futuras. Do mesmo modo, a obtenção de lucro por meio de produção de excessos se justificaria por uma questão cultural da herança familiar de garantir a propriedade para os descendentes. A garantia de uma propriedade ou a posse dela era tão ou mais importante que o próprio dinheiro para o imigrante sulista no Sul do Brasil. Essa questão cultural e trabalhista fundamentou diferentes discursos ao longo de décadas em defesa da terra, ou daquele que produz. Ou seria do cidadão que produz o que interessa ao mercado nacional naquele determinado contexto histórico? O fato é que estamos diante de uma fronteira cultural, fronteira pautada na relação de trabalho com a terra — relação que culmina por vezes com a “estigmatização” do migrante nortista tendo em vista o seu sistema de trabalho voltado à subsistência em pequenas propriedades policultoras, porém sem se especializar em determinado cultivo. Ou ainda levando em consideração a relação dos inúmeros arrendatários presentes no interior de Matelândia — assunto de que trato no próximo subtítulo.

Em outra parte da narrativa a entrevistada parte de uma análise do presente para o passado. Sendo assim, a memória sofre influência do momento presente ao mencionar a situação atual de algumas famílias e a consequência de ações ocorridas no passado que influenciaram no presente. Para Delgado, “[...] a memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente” (DELGADO, 2006, p. 38). Daroda narra com certa “tristeza” a situação atual de alguns migrantes nortistas ou de seus descendentes que anteriormente eram pequenos proprietários no interior de Céu Azul:

Mas sabe o que dava dó, é que tinha nortista que estava tão bem colocado ali em cima de cinco alqueires que dava dó de ver, tudo arrumadinho, plantadinho, plantadinho café. Vendeu pra fazendeiro, e foi embora acabou gastando, gastando aquele dinheirinho, pouco que era uma mixaria... Não valia muito... Muitos que foram pra cidade passaram até fome, sabia. Não tinha estudo, né, não tinha... Foram pra cidade, muitos foram até pra São Paulo, capital. Esses foram os que passaram fome mesmo. Pegou aquele dinheirinho e pensou agora não acaba mais. E foi pra São Paulo capital, aí que passou mesmo, que é lá que a boca é quente. E outros veio pra cidade aqui, e hoje está enfiado em BNH... Aposentado muito mal... E de famílias boas, ali tinha famílias boas e acabou vendendo e tão mal... É uma pena, e ficou essa região aqui dividida de hoje, muita gente enfiada em BNH ai... Agro Cafeeira era puro paulista lá, e Pernambuco, baiano, hoje em dia já quase não tem mais aqui, né? Hoje em dia, a pobreza que toma conta. Às vezes os velho morreu, e estão enfiado aonde, nos bairros, os filhos trabalhando, os filhos que era dono de propriedade... (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, em 4/12/2014).

Traçando um paralelo com a discussão do primeiro capítulo do trabalho, é relevante a importância dada, por alguns sujeitos, em especial migrantes sulistas, à condição de ser proprietário de terras. Dadas as considerações de Elias, em *Estabelecidos e Outsiders* (2000), em relação à construção de fronteiras étnicas, entende-se que a diferenciação surge a partir da relação entre “nós e eles”. A construção de um discurso modernizador inicia-se no princípio da diferenciação entre “modos diferentes” de se trabalhar. O imigrante sulista já trazia, em sua cultura e herança familiar, um sistema de trabalho baseado na produção de acúmulo de produção. Por fim, o discurso modernizador perpetuado contribuiu para a estigmatização do migrante nortista. Alguns sujeitos acabavam ainda “classificados” por não se adequarem a esse sistema de produção excludente, ou não tinham condições de mecanizar suas lavouras, ou eram simplesmente arrendatários em grandes fazendas. Muitos pequenos proprietários acabaram cercados pelas grandes propriedades e venderam suas terras, indo residir na periferia de cidades, como declarado acima por Daroda. É nessa diferenciação entre sistemas de trabalho em que está pautado o discurso do “progresso”, bem como a construção

estereotipada do trabalhador nortista. Esta visão remonta ainda à discussão do primeiro capítulo, das colônias agrícolas de imigrantes no Sul do Brasil ao final do século XIX.

Com a história oral foi possível evidenciar a estratégia de atração de novos moradores para o município de Matelândia implantada por um dos diretores da Colonizadora Matelândia. Segundo relatado por um dos entrevistados, havia uma quadra de um lote dedicado a uma plantação de café experimental para ver como o cultivo se adaptava em Matelândia. Devido ao crescimento da plantação e relativo “sucesso”, isso aliado à propaganda da colonizadora, várias pessoas se dirigiam ao local em que o café estava sendo cultivado em Matelândia e se animavam com a perspectiva de plantar café e de vender seu produto no mercado — isso à vista dos cafezais bonitos crescendo na plantação experimental.

3.2 Locais de memória ou locais de história

Em relação à construção de símbolos de representação de uma cultura de uma etnia ou de uma região, procuro agora aqui apresentar a discussão realizada por Nora sobre os locais de memória. Segundo Nora, “[...] os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama por que ela a ignora” (NORA, 1993, p. 12). Há casos em que os locais de memória, ou ainda as denominações de determinadas localidades, remetem a um passado pouco conhecido, ou tem significados distintos e bem diferentes. Isso inclui, por exemplo, a origem do nome “Matelândia”, que já foi origem de alguns equívocos cometidos por parte de jornalistas ao remeterem a origem do nome do município à erva-mate extraída e cultivada em ervais em alguns locais do Oeste do Paraná no final do século XIX e início do século XX. Em tais ervais antigos, o cultivo se fundamentou no sistema conhecido por “obrages”, com grandes latifúndios, que empregavam mão de obra dos chamados “mensús”. Segundo uma carta-resposta ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, o autor da carta — Biazus, um dos primeiros moradores de Matelândia — questiona o colunista do jornal sobre essa origem do nome do município:

O nome Matelândia não provém de mate (erva), como à primeira vista poderia sugerir. Não existe, em Matelândia, mate em estado nativo, e não tenho conhecimento da existência também de nenhum pé de mate cultivado. Provém, sim, do nome “Matte”, de Miguel Emílio Matte, que tentou a colonização de vasta área, de sua propriedade então que abrangem os municípios de São Miguel, Medianeira Matelândia e Céu Azul (naturalmente parte dos municípios), fracassando diante das dificuldades insuperáveis da época (1930 a 1936), mesmo dando tudo de si. (BIAZUS, 1970).

Nesse caso, o nome Matelândia, assim atribuído ao município, não deriva do cultivo de erva-mate, considerando ela não existiu na região do município, segundo a descrição de Biazus. Embora seja uma planta nativa das florestas subtropicais do Sul do Brasil, o leva a sugerir que ela deva existir na sua forma natural na região. Assim, o local de memória remete à imagem de Miguel Emílio Matte, o qual empreendeu um projeto colonizador entre anos de 1930 e 1936, segundo Biazus, tendo Matte fracassado devido às dificuldades encontradas na época.

Ainda segundo Biazus, “A economia do município estava baseada em rami (maior produtor brasileiro “per capita”), hortelã, suinocultura e café (aproximadamente 2.500.000 pés) [...]”. (BIAZUS, 1970). Há de se considerar que uma parcela considerável desse montante de pés de café estava localizada no distrito de Agro Cafeeira, de Matelândia. É interessante destacar que o nome do distrito permanece o mesmo atualmente, embora os cafezais tenham sido dizimados devido ao fenômeno climático conhecido como “geada negra” em 1975. E as demais plantações no distrito desapareceram devido à política de erradicação dos cafezais promovidas pelo Instituto Brasileiro do Café, o IBC. Sendo assim, o nome Agro Cafeeira é também um local de memória que alimenta narrativas, percepções relacionadas à espacialidade e à territorialidade e mudanças que ocorreram ao longo de décadas. Embora não existam mais cafezais na região, o nome retrata a existência de um passado memorável, de uma memória a ser preservada sobre o local. Assim, a denominação do distrito está ligada à existência, no passado, de lavouras cafeeiras, e, por sua vez, de pessoas que migraram para a região, algumas ali permanecendo e outras que partiram a novas frentes de trabalho:

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Com base nas considerações de Halbwachs em relação à sobrevivência da memória coletiva ao longo dos anos em um espaço que nos cerca, pode-se mencionar o papel de construções, de nomes e de fotografias. Esses objetos, além de servirem como suportes de memória, remetem a memórias coletivas e a um passado comum a muitos sujeitos históricos.

Um ponto a se destacar é como uma identidade, ou um marco simbólico, resulta em representação de determinado local ou espaço. Toma-se, por exemplo, o distrito de *Agro Cafeeira*, que oficialmente tem esse nome em menção a uma conhecida fazenda que cultivava

café na localidade. Populares, porém, ao se referirem ao distrito, informam que o conheciam simplesmente por Bolzão, ou Bolsão, e não por Agro Cafeeira. Segundo o “Povo e Terra” — jornal local —, o nome tem origem na história da família Bolzon naquela localidade. Assim, por se tratar de uma família muito conhecida no local, pessoas se habituaram a dizer que residiam no Bolzon — nome mais conhecido.

Outras evidências apontam que a possibilidade de cultivar café na localidade foi um elemento propulsor da imigração local, seja de sulistas, seja de nortistas. E a memória coletiva construída, ou ainda em sua forma fragmentada, enquanto resquício de fatos ocorridos no passado alimenta discussões. Analisando as fontes impressas e jornais localizados, é pertinente salientar a existência de discursos contraditórios em relação ao cultivo de café no município. Na edição número 6 do Jornal Povo e Terra, de dezembro de 1984 a janeiro de 1985, há uma matéria referente ao distrito de Agro Cafeeira mencionando uma contradição relativa a esse nome: “Parece que o nome de Agro Cafeeira não foi bem assimilado, mesmo porque o tempo do café já passou” (POVO E TERRA, 1984/1985, p. 9).

Isso ajuda a explicar a falta de identificação de boa parte da população com o nome da localidade, considerando que o nome Bolzon era mais conhecido popularmente do que Agro Cafeeira. Embora oficialmente Agro Cafeeira seja, até hoje, o nome do distrito, e mesmo que o nome remeta a uma identificação local com o café, o que pesa mesmo é que, depois da ocorrência da geada negra em 1975, ele deixou de ser cultivado na localidade.

Nessa perspectiva, reforço a existência de localidades conhecidas em que a instituição do nome da localidade faz menção à localização ou ao funcionamento de alguma estrutura, ou ainda que tenha tido relação com algum migrante ou grupo cultural residente no local. Cito, por exemplo, a localidade no interior de Matelândia conhecida como “Campo do Bahia”, em menção a uma fazenda de um cidadão de origem baiana que residia naquela localidade. Outro exemplo é descrito por um dos entrevistados, quando mencionei uma fazenda conhecida como dos “Pernambuco”. Segundo os relatos da entrevistada, a resposta para esse nome era simples: “Por que era só pernambucano que vinha naquela fazenda. Só pernambucano. Essa região, mesmo pra cá de Matelândia, era só pernambucano, e eles era trabalhador, hein! Põe gente trabalhador nisso, os Pernambuco” (DARODA, Entrevista cedida a Maurício Dezordi, Céu Azul, em 4/12/2014). Este é outro exemplo de locais que são mais conhecidos pelo grupo ou cultura ali existente, sobrenome de alguma família ou pelo local de origem de algumas pessoas que residem em determinado local. O atual município de Ramilândia, na sua origem,

era denominado de “Mina”, isso em alusão a uma mina de água que existia na localidade. Depois, alguns anos mais tarde, o local passou a ser chamado Ramilândia, isso em alusão à antiga Fazenda Rami e o cultivo expressivo dessa planta naquele local. Mesmo assim, contudo, a questão do nome de determinada localidade é bastante genérica, podendo gerar diferentes interpretações quanto aos nomes de origem, ou pelo qual o local é conhecido.

A narrativa oral tem, em sua origem, memórias de fatos passados, experiências individuais ou coletivas de sujeitos que fornecem indícios de fatos através do olhar *in loco* do sujeito histórico. Determinados nomes de locais podem estar relacionados a identidades, ou a instituições, tendo em vista o contexto da época em que aquele nome passou a designar esse local. Com base nas considerações de Nora (1993) e de Le Goff (1996), considero que a existência de alguns locais e o nome pelo qual são identificados remete à existência de “locais de memória” ou “locais de história”.

Durante um levantamento de fontes e informações referentes à pesquisa no atual município de Ramilândia, constatei a existência de uma construção de referência local denominada “IBC” ou “Casa Amarela”. Para chegar a essa informação, primeiramente me dirigi à administração municipal e à secretaria da agricultura, buscando informações e fotografias referentes ao período em que cultivavam café no interior do município. Segundo informações nessa busca, esse local encontra-se distante, aproximadamente, 19 quilômetros da sede municipal na estrada que liga Ramilândia a Diamante do Oeste. E a construção é assim denominada não tanto em razão de sua importância histórica, mas enquanto marco de referência local dos antigos moradores, pois era onde funcionava, durante o “auge” do cultivo de café, um escritório do IBC. O nome Casa Amarela, com que é popularmente conhecida a construção e toda a região adjacente, é menção à pintura da construção. Assim, esses dois nomes, um ou outro, servem para referir à localidade toda, ao mesmo tempo em que rememoram fatos históricos ligados àquela localidade. Com base nessas informações, compreende-se que a existência de um antigo escritório do IBC na localidade fornece indícios quanto ao considerável cultivo de café naquela região. E, mesmo após o declínio do cultivo de café e das atividades relativas a ele naquele local, a construção foi mantida. Ao procurar essas informações e outras relacionadas ao café, as pessoas indicavam as localidades de IBC (ou Casa Amarela) e Linha Cafezinho, que levam esses nomes em menção ao expressivo cultivo de café ali havido nos anos 1960 e 70.

Da mesma forma, as fotografias trazem informações e indícios de fatos, acontecimentos e momentos registrados em outro momento histórico. Muitas vezes as imagens trazem elementos não relatados em documentos ou arquivos. Algumas imagens, além de reavivarem lembranças, podem estar ligadas à memória coletiva de vários sujeitos. No caso, algumas imagens representam a coletividade e a identidade de algumas pessoas que, de certo modo, se identificam com a imagem que está ali representada. A imagem abaixo vislumbra uma representação imagética do já quase extinto cultivo de rami — de que derivou o nome da localidade: Ramilândia.



Imagem 4. Representação do trabalho em uma máquina de “bater” rami em um desfile cívico municipal no dia 7 de setembro de 2014. Fonte: Prefeitura Municipal de Ramilândia.

Destaca-se que a imagem acima e sua simbologia, relacionada ao cultivo de rami, tem a intenção de retratar as origens e identidades locais de grande parte dos moradores do município — um contingente de trabalhadores e migrantes nortistas que se instalaram na antiga Fazenda Rami, propriedade, na época, dos irmãos Itimura, de origem oriental. Nos primeiros anos 1960, esses trabalhadores se dedicaram ao cultivo e beneficiamento do rami na fazenda de mesmo nome da planta.

Da mesma forma, as fotografias trazem informações e indícios de fatos, acontecimentos e momentos registrados em outro momento histórico. Muitas vezes as imagens trazem elementos que não relatados em documentos nem em arquivos. Por se tratar de fotografias pessoais, oriundas de arquivos familiares, requerem certo tempo e trabalho do historiador para se chegar a ter acesso a esse material. Uma fotografia obtida nessas condições

foi tirada em 1963, no distrito de Agro Cafeeira – Matelândia. A imagem traz alguns elementos muito interessantes em relação à história local, principalmente relacionados ao cultivo de café no atual distrito em meados da década de 1960.



Imagem 5. Trabalhadores posam junto a uma carreta agrícola de tração animal carregada com sacas de café. Fonte: Arquivo da Família Didomênico. Agro Cafeeira - Matelândia. 1957.

No dia que obtive acesso a essa imagem, uma pessoa da família detentora da foto informou que o seu pai era o dono da junta de bois com a carroça, e fazia frete transportando cargas. No registro fotográfico, segundo a descrição dos familiares, a carroça está carregada com sacas de café que estavam armazenadas e seriam transportadas até a indústria de beneficiamento, ou armazém, onde eram vendidas. Um fato que chama a atenção é que a fotografia original era pequena e foi transformada em um quadro maior. Isso certamente reflete uma preocupação dos familiares em preservar a memória local da família e, conseqüentemente, dos sujeitos presentes na imagem.

Com base na imagem acima, procuro me ater ao contexto histórico local de produção da imagem na época. Deve-se considerar que as fotografias eram artigos relativamente de valor elevado, e as câmeras fotográficas que geralmente existiam em circulação na época

eram em bem menor quantidade que na atualidade. Assim, embora algumas fotografias fossem tiradas aleatoriamente, o registro fotográfico tinha, na época, a intenção de registrar momentos “importantes”, ou de interesse local, e de que fazia sentido obter registro no contexto do período em questão.

Historicamente a fotografia compõe, juntamente com outros tipos de texto de caráter verbal e não verbal, a textualidade de uma determinada época. Tal ideia implica a noção de intertextualidade para a compreensão ampla das maneiras de ser e agir de um determinado contexto histórico: à medida que os textos históricos não são autônomos, necessitam de outros para sua interpretação. Da mesma forma a fotografia – para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar. (MAUAD, 1996, p. 10).

Apropriando-me das considerações de Le Goff e também de Nora, reforço a ideia de que o nome do distrito, assim como as fotografias produzidas nas décadas de 1950 e 60 relacionadas ao café na região, são exemplos de locais de memória:

Nesse sentido, as fotografias guardam, na sua superfície sensível, marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, próxima àqueles que as possuíam, as guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. (MAUAD, 1996, p. 10).

Os significados e as interpretações produzidos a partir da visão dos sujeitos ao analisarem as fotografias também mudam de acordo com o contexto atual vivido e devido ao esquecimento de outros fatos ligados ao específico contexto histórico da imagem. O cultivo de café, então, tal como aparece na fotografia, é parte de uma realidade local que não coincide, necessariamente, com a atual memória ou registro histórico a que temos acesso. Entretanto, mesmo que essa memória coletiva relacionada ao cultivo de café no distrito de Agro Cafeeira não tenha sido silenciada nem apagada, pois, de certa forma, está ligada à identidade e à histórica local, mesmo assim, atualmente, também não se percebem esforços ou movimentos favoráveis ao resgate ou à preservação dessa identidade e avivamento dessa memória relacionada à história local.

Em outro contexto, possivelmente no final da década de 1970 e início da década de 80, algumas informações me chamaram a atenção, por revelar indícios de problemas sociais. São informações de ocorrências que teriam tido relação com a mecanização agrícola e com o avanço da pecuária no município de Matelândia, mais especificamente no antigo distrito e atual município de Ramilândia. A matéria intitulada *O boia-fria – uma presença*, publicada

pelo Jornal Povo e Terra, de Matelândia no ano de 1984, descreve um pouco a realidade local dos moradores do distrito:

Os entrevistados falaram muito sobre o bóia-fria, que representa a maioria da população urbana da vila. Tudo começou quando a Fazenda Rami⁹ despediu suas quase 900 famílias para ingressar na pecuária de corte. Onde entra o pé do boi, sai o do homem. Com a desativação do café e a crise geral, mais e mais gente foi-se acumulando nas vilas populares. (POVO E TERRA, 1984, p. 7).

Essa matéria reflete a disparidade social existente entre as diversas regiões do município e desnuda as relações de alteridade presentes no processo de colonização e de ocupação do espaço local. Assim, é possível que as imagens abaixo tenham relação com a presença dos “boias-frias” em Ramilândia, e as quase 900 famílias que ficaram sem emprego e terra para trabalhar, segundo a matéria veiculada no Jornal Povo e Terra de 1984.



Imagem 6. Manifestação de trabalhadores rurais em Matelândia. Fonte: Arquivo do município de Matelândia. Data desconhecida.

⁹ Segundo dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), coletado junto à secretaria de agricultura de Ramilândia, a área total da Fazenda Rami é de 4.272 (Há). Uma área extensa e que justifica a concentração de 900 famílias de trabalhadores rurais naquela na fazenda localizado entre os municípios de Ramilândia, Missal e Diamante do Oeste.

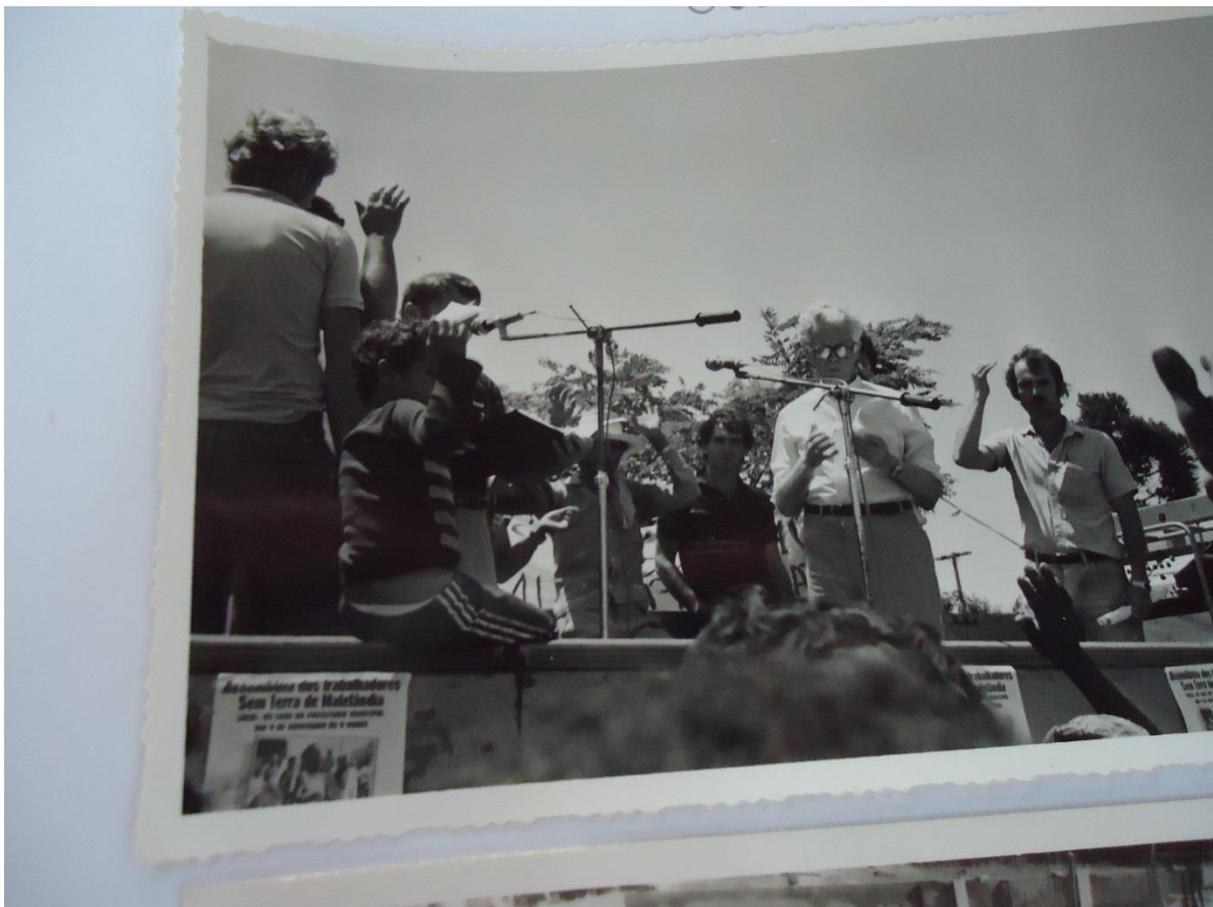


Imagem 7. Assembleia dos trabalhadores sem-terra de Matelândia. Fonte: Arquivo do município de Matelândia. Data desconhecida.

Analisando de forma crítica as imagens acima, na primeira imagem destaca-se a presença de grande número de trabalhadores rurais com faixas e cartazes reivindicando “terras para trabalhar”. Percebe-se que a imagem foi tirada no perímetro urbano de Matelândia, o que é comprovado pela presença da estrutura da igreja católica ao fundo. A segunda imagem retrata uma assembleia dos trabalhadores sem-terra de Matelândia, um possível embrião do MST na região Oeste do Paraná. As duas imagens nitidamente refletem as relações de alteridade presentes no município. Outro ponto que merece atenção é que esses eventos foram desconsiderados pela historiografia, pois autores como Colodel, que escreveram livros sobre a história do município, não os mencionam. Os arrendatários de Ramilândia mencionados no *Jornal Povo e Terra* possivelmente se juntaram a esses movimentos na luta pela terra, como registrado nas imagens.

Considerando que os arrendatários não eram donos do que eles produziam, então foi possível ao arrendador desalojar essas muitas famílias de trabalhadores de café e rami para

implantar a pecuária de gado, transformando as terras em pastagens. A questão é que eram muitas as famílias de arrendatários em Matelândia, especialmente no antigo distrito de Ramilândia. Pode-se relacionar essas imagens com outra matéria do Jornal Povo e Terra do ano de 1984, intitulada “Café. Uma opção que pode voltar”. A matéria retrata, em sua manchete, trechos de outra publicação do Jornal Folha de Londrina, referentes à situação do café e das pequenas propriedades no Paraná no ano de 1984. E ainda faz menção à presença de boias-frias nas periferias da cidade, e está assim descrito pelo jornal:

Nos últimos 10 anos o Paraná viu desaparecerem mais de 100 mil pequenas propriedades rurais, e com a concentração de posse da terra em grandes fazendas, viu desaparecer a cultura do café. Cafezais foram transformados em pastagens, ou em outras culturas, como a soja e o trigo, facilmente mecanizados. As famílias que outrora lavravam o café hoje são boias-frias engordando os cordões periféricos das cidades... (POVO E TERRA, 1984, p. 17. OP. CIT. FOLHA DE LONDRINA, 12 de junho de 1984).

De certa maneira, essas matérias de jornal, referentes aos boias-frias que acabam parando nas periferias das cidades, se relacionam com os trabalhadores desempregados da Fazenda Rami em Ramilândia, pertencente, no contexto da época, à cidade de Matelândia. É possível que muitos desses trabalhadores tenham se unido na luta pela desapropriação de extensas áreas de terra consideradas improdutivas. Ou que tenham, simplesmente, reivindicado terra para trabalharem, como mostram as imagens acima. Esses eventos são resultantes do processo de mecanização das lavouras, mas principalmente da desistência, dos grandes latifundiários locais, de insistir no cultivo de café e rami. Os motivos que levaram esses latifundiários e vários pequenos e médios proprietários a desistir de cultivos de café foram diversos, contudo é válido destacar o que já foi mencionado pelos jornais — a política de preços que tornou o mercado menos atrativo para o plantio de café e a instabilidade climática devido à ocorrência de sucessivas geadas, que acabaram desanimando os produtores rurais. Assim, toda a mão de obra braçal arregimentada nessas fazendas acabou ficando sem trabalho e sem alternativa, por isso se mobilizando em movimentos sociais na luta pela terra.

De certo modo, há uma relação entre as matérias jornalísticas referentes aos boias-frias, as imagens das manifestações de trabalhadores rurais na luta pela terra e os relatos orais de Valim, de Daroda demonstram, em suas falas, referências à itinerância dos migrantes nortistas, e sua forma de trabalho ligada à constante migração. E a entrevista de Daroda se refere aos migrantes nortistas que se estabeleceram como pequenos proprietários na região, mas que venderam tudo e foram morar nas periferias das cidades. São memórias distintas, advindas de estruturas sociais e origens diferentes, mas que apresentam o espaço e as

memórias relativas a um elemento em comum, de modo que esses sujeitos constroem as suas identidades e representações ligadas a práticas relativas ao cultivo de café. Embora não compactuem da mesma visão dos fatos, seus relatos são uma dimensão da realidade social no contexto histórico em discussão entre o início da década de 1950 e início da década de 80.

Por fim, essas imagens e essas falas devem ser entendidas enquanto fontes históricas e locais de memória na medida em que remetem a outros fatos e a outras lembranças ligados a eles. As memórias coletivas quase sempre estão interligadas por fatos ou acontecimentos comuns vividos ou observados por diferentes sujeitos no mesmo local. Ou ainda em locais distantes, mas que, de certa forma, remetem a acontecimentos similares em espaços e contextos diferentes.

CONCLUSÃO

Em relação ao projeto inicial de pesquisa, como apresentado no início do mestrado, pode-se dizer que o trabalho, subsequentemente, sofreu algumas alterações em relação ao foco e à metodologia. Inicialmente o projeto estava voltado mais basicamente para o impacto econômico e social da geada negra de 1975, no distrito de Agro Cafeeira, na época pertencente ao município de Matelândia, e a questão da memória dos trabalhadores das lavouras de café e dos moradores do distrito que presenciaram esse fenômeno. Ocorre que, com o decorrer das disciplinas cursadas, o contato com os textos apresentados e discutidos, assim como os conceitos e leituras, permitiram vislumbrar novas perspectivas de trabalho e objetos de pesquisa relacionados à temática. Novas fontes surgiram e um leque de possibilidades se abriu, obrigando a redefinir meu objeto de pesquisa. Novos conceitos e questionamentos surgiram das leituras das disciplinas cursadas e que contribuíram qualitativamente para o desenvolvimento da redação do trabalho, dada à relevância do tema em questão.

Inicialmente passei a narrar uma breve contextualização do processo migratório e da organização das companhias colonizadoras, com antecedentes históricos e contradições do povoamento e da exploração econômica no Oeste do Paraná e na região das três fronteiras em Foz do Iguaçu no início do século XX. Uma das hipóteses levantadas é que a vinda e a presença de migrantes nortistas na região a partir do início da década de 1960 tenha se incentivado pela possibilidade de plantio de café em Matelândia, até porque, segundo Colodel, as lavouras locais careciam de mão de obra especializada devido à inexperiência do trabalhador sulista no plantio e beneficiamento do café.

Possivelmente esse fator poderia ter incentivado a vinda desses trabalhadores nortistas, ou ainda sua migração poderia ter sido subsidiada por agricultores locais que necessitavam de mão obra para o plantio e a colheita do café. Depois, porém, segundo as discussões de Cancian e de Tomazi em relação à reocupação e reestruturação produtiva das terras no norte do Paraná, é que se tornou possível a hipótese de que a frente migratória nortista tenha sido atraída para áreas novas recém-colonizadas no Oeste do Estado em parte por “expulsão” de outras regiões em que o café cedeu lugar à pecuária e à monocultura. Essa prática de reestruturação produtiva era incentivada pelo governo do Estado do Paraná e pelas elites agrícolas locais como parte da política de erradicação de lavouras de café antigo e menos produtivas, o que, conseqüentemente, desempregou centenas de trabalhadores rurais que

trabalhavam nas lavouras de café nessas regiões paranaenses próximas dos limites com terras paulistas.

Outra hipótese que levantei diz respeito à ideologia de trabalho ou ao discurso do “progresso” construído em torno da imagem do colono sulista. Embora a assim construída imagem do trabalhador sulista e a forma de trabalhar remetam a uma construção de identidade desse grupo, somente essas características laborais não possuem elementos suficientes que apontem a construção de identidade e a distinção social em relação a outros grupos étnicos de migrantes que se estabeleceram também em Matelândia, no Oeste do Paraná, na sua colonização. Os dados ainda são inconclusivos e não permitem afirmar se o discurso do progresso e sua associação à imagem do trabalhador sulista tenha se fundamentado somente considerando a sua estrutura social e trabalhista e o sistema de trabalho voltado inicialmente às necessidades básicas e que, posteriormente, passou a atender aos interesses do mercado.

Ao se analisar a imagem do brasão municipal é possível constatar a notória presença de um ramo de café na subdivisão geográfica territorial mais ao norte do município de Matelândia, justamente onde se concentrava a maior parte das lavouras de café e de migrantes de origem “nortista” que começaram a chegar por volta do início da década de 1960 a Matelândia. É possível ainda que a presença do ramo de café esteja associada a um apelo identitário local na possível tentativa de se construir uma identidade ou símbolo municipal. É possível ainda é que essa simbologia expresse uma integração entre os diferentes grupos étnicos que compunham a população local, ou quais possíveis interesses do governo local na composição desses símbolos.

A questão da divisão geográfica presente no antigo brasão do município estaria relacionada ao princípio da presença de uma identidade territorial local, de modo que a presença do ramo de café aponte para a possível importância econômica do cultivo de café para o município. Pode-se entender ainda que tenha relação com a identidade local dos sujeitos que migraram para o município. Dessa forma, a presença do café na porção norte do mapa pode ter relação com a forte presença de migrantes nortistas nessa região do município representada no mapa. E também estaria relacionado à imagem do trabalhador nortista e sua experiência com o cultivo de café.

Ao, contudo, analisar as publicações do Jornal Povo e Terra, nas edições entre 1984 e 85, foi possível perceber uma diferenciação étnica nas publicações do jornal no que se referia, na época, aos distritos de Diamante do Oeste e de Ramilândia. A imagem do imigrante

nortista estava associada aos trabalhadores rurais, conhecidos por “boias-frias”. Esse fato está evidenciado pelo jornal na matéria referente ao distrito de Ramilândia e o contingente desses trabalhadores rurais residentes naquela localidade. Isto se deve também a uma “itinerante” característica de muitos desses migrantes “nortistas”, questionando o fato de migrarem a trabalho sem uma preocupação, conhecimento ou condições plenas para o estabelecimento desses migrantes enquanto proprietários de terras. Essa característica evidenciada por alguns relatos orais ajuda a explicar a estigmatização do trabalhador nortista a partir do princípio de construção de fronteira simbólica. A diferenciação entre “nós e eles”, entre sulistas e nortistas, estava fundamentada, principalmente, no sistema de trabalho entre grupos de migrantes diferentes.

A construção de um discurso do progresso leva, contudo, em conta características trabalhistas e socioculturais reforçadas por um sentimento de diferenciação característico da forma como se trabalha com a terra. Ou ainda tão ou mais importante era o fato de ser proprietário de terras, o que garantia um “*status social*”. É devido a essa característica cultural que muitos imigrantes sulistas se estabeleceram no Oeste no Estado em busca de oportunidades. A “luta” pelo estabelecimento dessas famílias perante as dificuldades e limitações impostas pelo espaço de origem e os recursos limitados na época da colonização, esses fatores ajudaram a transformar o migrante sulista em “colonizador”, e “desbravador”. Essa caracterização fundamentou o discurso do progresso pelo trabalho na imagem do colono bem-sucedido. Esse colono, contudo, fundamentalmente não precisava ser especificamente um “sulista”. Mesmo assim, entretanto, o estereótipo de diferenciação entre o imigrante colonizador e os demais migrantes na região alimentou discursos étnicos em defesa da terra e da propriedade.

O trabalho com história oral possibilitou um olhar diferenciado em relação ao objeto de pesquisa e a colonização de Matelândia. Tendo em vista o acesso a informações e a fatos não relatados pela historiografia local, a metodologia de trabalho com base na conversação foi bastante produtiva também do ponto de vista técnico e teórico-metodológico. Uma vez que se possibilita ao entrevistado maior liberdade para falar sobre diferentes assuntos, mesmo muitas vezes com assuntos não relacionados diretamente ao objeto da pesquisa, as respostas remetem muitas vezes a outras questões e a indícios que enriquecem a entrevista.

Ao se discutir a presença de fronteiras, a experiência de vida pessoal do entrevistado aflora, assim como o papel da memória ao relatar fatos passados a partir da situação de vida

atual do sujeito, assim influenciando a sua narrativa. Por outro lado, com base nas entrevistas, foi possível perceber que era através do sistema de trabalho e da cultura que se entrelaçou entre nortistas e sulistas e fundamentou o discurso do progresso perpetuado por grupos, diretores e elites políticas locais e nacionais.

Durante o levantamento de dados e fontes para o desenvolvimento da pesquisa, deparei-me com vários “locais de memória”, assim denominados porque têm relação com determinado contexto histórico passado. Ou ainda estão relacionados a diferentes memórias, tratando-se de determinados locais, objetos, construções e nomes aos quais pessoas estão ligados pelo passado, ou aquilo que representam ou representavam em outro contexto. Exemplo de um local de memória é o distrito de Agro Cafeeira, que recebe esse nome em razão da existência, até o ano de 1975, da fazenda Agro Cafeeira e da grande quantidade de cafezais no local.

E mesmo após o fim do cultivo de café na localidade, é interessante mencionar que o nome local não foi alterado, mesmo após a destruição das lavouras de café pela geada. Ainda de acordo com o Jornal Povo e Terra do ano de 1984, uma parcela da população não se refere ao local por Agro Cafeeira, e sim pelo nome Bolzon. Esse nome, assim mencionado por alguns populares residentes no distrito, é em referência a uma família conhecida no local, e também era popularmente mais conhecido pelos moradores locais por esse nome.

Enfim, o presente trabalho de pesquisa, de modo geral, é inconclusivo, isso levando em consideração as diferentes questões discutidas e as possibilidades de abordagem da temática. A epistemologia interdisciplinar apresenta diferentes possibilidades de abordagens a partir do recorte temporal e espacial estabelecido e das possibilidades futuras de continuidade da pesquisa. Uma das possibilidades de discussão é pesquisar a possível ligação entre os imigrantes europeus que se estabeleceram nas lavouras de café no Estado de São Paulo e os imigrantes estabelecidos no Sul do Brasil. É possível aprofundar o estudo sobre os migrantes e a denominação “nortista” de todos os migrantes originários do sudeste norte e nordeste do Brasil e que vinham para o Oeste do Paraná. Nessa categoria se encontravam descendentes de imigrantes Europeus que trabalhavam nas lavouras de Café no sudeste brasileiro e também migraram para o Paraná, e eram chamados de nortistas. Assim se considera a perspectiva dos descendentes desses imigrantes ao se estabelecerem no Oeste do Paraná no intuito de plantar café, mesmo sem experiência prática com o cultivo. É possível aprofundar algumas questões pertinentes à construção de fronteiras e de identidades no Oeste do Paraná. É necessário

compreender melhor as relações sociais estabelecidas pelos diferentes grupos sociais na perspectiva de construção de uma identidade territorial local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, José L. C. **A dinâmica das fronteiras.** Os brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai. São Paulo: Annablume Editora, 2010.
- ALBERTI, Verena. História dentro da história. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2007.
- BANTON, Michael. **A ideia de raça.** Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins fontes, 1979 [1977] (VIII, “Etnogênese”, p. 153-173).
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007.
- BIAZUS, Faustino. Entrevista gravada, concedida a Maurício Dezordi em 6 de novembro de 2014.
- BIAZUS, Olivo Constantino. Carta resposta datilografada endereçada à redação do jornal Correio do Povo de Porto Alegre – RS. “Documento sem título de identificação” “Grifos meus”. Matelândia: 1970.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense – 1900/1970.** Curitiba, PR: Grafipar, 1981.
- COLODEL, José Augusto. **Matelândia: história e contexto.** Cascavel, PR: Assoeste, 1992.
- COLODEL, José Augusto. **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense.** Santa Helena, PR: Educativa, 1988.
- CUNHA, Manuela C. da. **Antropologia do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DARODDA, Adelaide A. da. Entrevista gravada, concedida a Mauricio Dezordi em 4 de dezembro de 2014.
- DELGADO, Lucília de A. N. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: MG: Autêntica Editora, 2006.
- DEZORDI, Mauricio. **A geada negra de 1975 em Matelândia: história e memória (1965-1975).** Assis Chateaubriant, PR: 2011. Monografia de Especialização. CTESOP.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Doris Rejane. No além da Colônia de São Leopoldo: o avanço da ocupação colonial e os empreendimentos na Colônia do Mundo Novo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil.** Vol. III. Porto Alegre, RS: Letra e Vida Editora Suliani, 2013.

FONTANA, Domingas. Entrevista gravada, concedida a Maurício Dezordi em 09 de maio de 2011, em Matelândia.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais.** Foz do Iguaçu: 2008. Revista Ideação. V.10 – nº1 – p.41-62, 1º sem. 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. Cultura, identidad y memoria. Materiales para una sociologia de los procesos culturales em las franjas fronterizas. **Frontera Norte.** Vol. 21, Núm 41, Enero-Junio de 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das letras, 2009.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70).** Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

GREGORY, Valdir. Fronteiras, migrações e imaginários. In: VANDERLINDE, Tarcísio (Org.). **Fronteiras: impactos ambientais na terra prometida.** Marechal Cândido Rondon – PR: Evangraf, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1990.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (ORG). 1984. **A invenção das tradições.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

HUPPES, Ivete (Org.). **Vale do Taquari: sinais de uma identidade.** Lajeado: UNIVATES, 2002.

INCRA- Recibo de inscrição do imóvel rural no CAR. Ramilândia, Prefeitura municipal, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário – Paraná: Rio de Janeiro, 1975. Série Regional. Vol.3 Tomo 19. 8º. **Recenseamento Geral – 1970.**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário – Paraná: Rio de Janeiro, 1979. Série Regional. Vol. 1 e 2. Tomo 18. 1º e 2º parte. **Censos Econômicos de 1975.**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário – Paraná: Rio de Janeiro, 1983. Série Regional. Vol. 2. Tomo3 – Nº 20. 1º e 2º partes. **9º Recenseamento Geral do Brasil 1980.**

Jornal Povo e Terra. Prefeitura Municipal de Matelândia. Ano I - jul./ago. 1984, nº 03.

Jornal Povo e Terra. Prefeitura Municipal de Matelândia. Ano I - dez./jan. 1984/85, nº 06.

Jornal Povo e Terra. Prefeitura Municipal de Matelândia. Ano II - jun./jul. 1985, nº 09.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-Nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **MANA**, v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012.

KLEIN, H. S. Migração internacional na História das Américas. In FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América.** São Paulo: Editora da USP, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** O município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

Lei Federal nº 5.764/71. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/interpretacoes-da-legislacao-cooperativista/90604-entendendo-o-conceito-de-sociedade-cooperativa>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Eucitec, 1997.

MARX, Karl. **O capital** — crítica da economia política. Vol. I Livro primeiro. O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATELÂNDIA. **Lei municipal nº 11/63.** De 17 de junho de 1963. Autoriza o poder executivo municipal para receber da contribuição do Instituto Brasileiro do Café e aprova o plano de aplicação.

MATELÂNDIA. **Lei municipal nº 1.021/96.** De 22 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre a forma de apresentação dos símbolos do município de Matelândia e dá outras providências.

MATELÂNDIA. **Projeto de Lei nº 56/97.** De 28 de agosto de 1997. Institui programa municipal de incentivo à cultura do café no município de Matelândia.

Município e Comarca de Matelândia. **RELATÓRIO. Aspectos físicos. Humanos e Socioeconômicos do Município.** Matelândia, Prefeitura Municipal, 1977.

MYSKYW, Marcos. **A fronteira como destino de viagem:** a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Niterói, RJ: 2009. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense – UFF.

NICOLINI, Cristiano. **A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no vale do taquari:** etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e

do 47º Festival do Chucrute. Santa Cruz do Sul, RS: 2013. Dissertação de mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, p. 1-12, 1981.

PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário do Paraná na I República**. Curitiba/PR: 1996. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná – UFPR.

POMBO, Olga. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Foz do Iguaçu: 2008. Revista Ideação. V.10 – nº1 – p. 9-40, 1º sem. 2008.

RENAN, Ernest. “**Que é uma nação?**”. São Paulo: Plural; **Sociologia**, USP 4: 154-175 1. Sem. 1997.

RONCAYOLO, Marcel. “Região”. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986.

SAYAD, A. “O que é um imigrante?” e “O ‘pecado’ da ausência ou os efeitos da emigração”. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed USP, 1998. p. 45-72; p. 105-13.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no Sul do Brasil**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

SILVA, Janice C. D. **Uso da terra nas propriedades rurais de São Miguel do Iguaçu localizadas no entorno do Parque Nacional do Iguaçu – PR**. Francisco Beltrão, PR: Unioeste - Dissertação de Mestrado, 2011.

SILVA, Sueli S Da.; SAQUET, Marcos A. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Rio de Janeiro: 1998. **GEO UERJ** – Ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2º sem. 2008.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1997.

TEMPSKI-SILKA, Valton Sérgio von. **Histórico dos brasões e bandeiras do Estado do Paraná**. 21. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras. História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 22, nº 44, p. 341-364, dez. 2002.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques. Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 417-442, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a08v20n2.pdf>>.

VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

VALIM, Maria Odete M. Entrevista gravada, concedida a Mauricio Dezordi em 29 de dezembro de 2014.

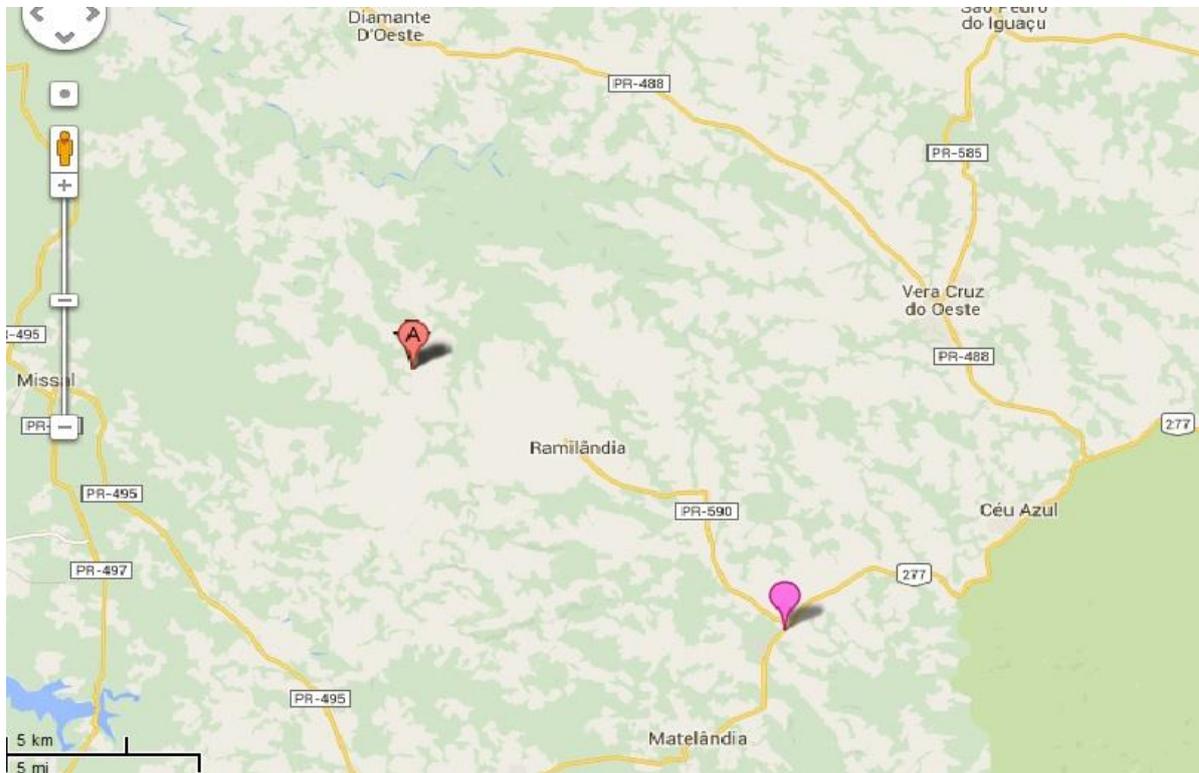
VARGAS, Vera. **Hino do Município de Matelândia**. Regulamentado pelo **Decreto-Lei Federal nº 4.545/42**. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteúdo/conteúdo.php?conteúdo=362>. Acesso em: 10 out. 2014.

WACHOWICZ, Ruy, Christovam. **Obrageros, mensus e colonos: História do Oeste paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. D. (Org.). **Identidade e diferença - a perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

ANEXOS

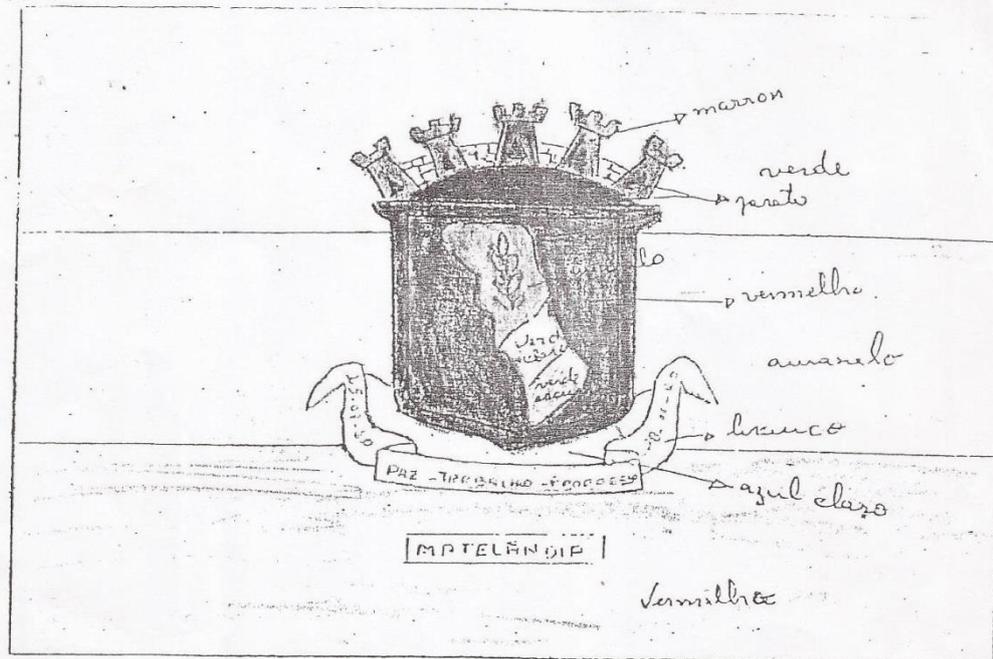
Anexo – 1: Mapa da localização aproximada da Fazenda Ramí.



Anexo – 2: Pé de café remanescente em Matelândia.



Anexo – 3: Descrição do antigo brasão do município de Matelândia. (1960-1995)



as escritas ficam em preto.

BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA

SIGNIFICADO DAS CORES E DO ESCUDO DA BANDEIRA:

ESCUDO : "SÍMBOLO MUNICIPAL" Significa Nobreza, Amparo, Defesa.

- Vermelho do Escudo: Grandeza, audácia, valor.
- Azul abaixo do Escudo: Representa as águas, os rios existentes no município.
- Torres na parte superior: Símbolo da união de cidade, cercada com muralhas que garante uma fortaleza (antiguidade)
- Mapa no escudo: Representação geográfica do Município.
- Amarelo do Mapa: Cereais diversos com ramo de café representando a principal riqueza.
- Verde Claro do Mapa: Representa as pastagens, e qual a região que está localizada no Município.
- Verde escuro do Mapa: Representa a mata virgem (Parq. Nac. do Iguaçu)
- Faixa e os dizeres :

Paz: quer dizer tranquilidade pública, concórdia do povo.

Trabalho: Serviço, esforço em comum de um povo unido.

Progresso: Desenvolvimento, marcha em frente do povo, transformação social.

Anexo – 4: Imagem da casa amarela, antigo escritório do IBC no interior de Ramilândia.



Anexo – 5: Vista parcial da casa amarela ou IBC, interior do município de Ramilândia – PR.



